

Apostila SEDUC CE

Comum a todos os cargos

DEMONSTRAÇÃO

Para comprar acesso o WhatsApp (85)
8632-4802

<https://web.whatsapp.com/>

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

Teoria esquematizada e 110 questões de
provas estilo UECE/FUNCE

(gabaritadas e/ou comentadas)

Arlindo Souto

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- História da educação brasileira: do Movimento dos Pioneiros da Educação aos dias atuais. 1.1. Lei federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1.2. Lei federal nº 10.639/2003, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". 1.3. Lei federal nº 11.645/2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". 1.4. Planos Nacionais de Educação: 2001 -2010; 2014 – 2025 e 2026 – 2036.1
- Estrutura e funcionamento da educação básica. 2.1. Tendências pedagógicas contemporâneas. 2.2. Gestão democrática da escola pública. 2.3. Projeto Político Pedagógico.29
- A didática e o processo de ensino e aprendizagem. 3.1. Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação. 3.2. A sala de aula como espaço de aprendizagem. 3.3. A didática como fundamento epistemológico do fazer docente. 3.4. Planejamento de curso, unidade e aula: elementos estruturantes.44
- Principais teorias da aprendizagem. 4.1. Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo. 4.2. As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem. 4.3. Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais. 4.4. Temas contemporâneos: bullying, relações étnico-raciais, educação especial, educação ambiental, protagonismo juvenil.53
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 5.1. Fundamentos e princípios que orientam a BNCC. 5.2. O ensino médio no contexto da educação básica. 5.3. Organização curricular.64
- Professor: formação e profissão. 6.1. Base legal que orienta a formação docente. 6.2. A pesquisa na prática docente. 6.3. A dimensão ética da profissão.74
- Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Médio. 7.1. Marcos legais sobre Educação Integral. 7.2. Currículo e Educação Integral. 7.3. Itinerários Formativos.81
- Avaliações em externas em larga escala na educação básica. 8.1. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee). 8.2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). 8.3. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).88
- Políticas de equidade no escopo do PNE 2026- 2026.94
- Documento Curricular Referencial do Ceará: Ensino Médio94

1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO MOVIMENTO DOS PIONEIRO DA EDUCAÇÃO AOS DIAS ATUAIS.

1. Introdução

A história da educação brasileira é marcada por **mudanças políticas, sociais e econômicas**. Durante muito tempo, o acesso à educação foi restrito a determinados grupos sociais. A partir do século XX, especialmente com o **Movimento da Escola Nova**, ganhou força a defesa de uma educação **pública, gratuita, laica, obrigatória e voltada para a formação integral do indivíduo**.

Um dos grandes marcos desse processo foi o **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932**, que propôs uma ampla reconstrução do sistema educacional brasileiro.

2. Linha do tempo — principais fatos

Período/Ano	Fato importante	O que lembrar para a prova
1932	Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova	Defesa da renovação educacional e da escola pública, gratuita e obrigatória.
1934	Constituição de 1934	Fortalece a responsabilidade do Estado com a educação
1937	Estado Novo	Centralização política e mudanças na educação
1942–1946	Reformas Capanema	Organização do ensino secundário e profissional
1961	1ª LDB – Lei nº 4.024/1961	1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - estabeleceu parâmetros nacionais para a organização da educação brasileira, reconhecendo a coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino.
1968	Reforma Universitária – Lei nº 5.540/1968	Organização do ensino superior
1971	Lei nº 5.692/1971	Reforma do ensino de 1º e 2º graus
1988	Constituição Federal	Educação como direito de todos e dever do Estado e da família
1996	LDB – Lei nº 9.394/1996	Principal marco legal da educação brasileira atualmente
1996	FUNDEF	Financiamento e valorização do ensino fundamental
2007	FUNDEB	Ampliação do financiamento para toda a educação básica
2014	PNE – Lei nº 13.005/2014	Metas e diretrizes para a política educacional
2017	Reforma do Ensino Médio	Alterações na organização curricular

2 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Período/Ano	Fato importante	O que lembrar para a prova
2024	Novo Ensino Médio – Lei nº 14.945/2024	Nova reorganização do ensino médio

3. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova — 1932

É um dos **assuntos mais importantes** desse tema.

O Manifesto foi publicado em **1932**, durante o governo de Getúlio Vargas, e reuniu **26 educadores e intelectuais**, entre eles **Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho**.

Principais ideias:

- defesa da **escola pública**;
- educação para **todos**;
- **gratuidade** do ensino;
- **obrigatoriedade**;
- defesa de uma educação **laica**;
- valorização da educação como instrumento de transformação social;
- organização nacional do sistema educacional;
- defesa de uma escola mais **ativa e renovadora**.

O documento criticava a fragmentação e a falta de organização do sistema educacional brasileiro e defendia uma reconstrução educacional nacional.

Dica de prova

Manifesto de 1932 = Escola Nova + educação pública + gratuita + obrigatória + laica.

 **Pegadinha:** o Manifesto **não criou uma lei educacional**. Ele foi um **documento de caráter político e educacional**, defendendo propostas para a reconstrução da educação brasileira.

4. De 1930 a 1960 — organização do sistema educacional

A década de 1930 representa um período de forte discussão sobre a necessidade de organizar nacionalmente a educação.

A **Constituição de 1934** trouxe importantes disposições educacionais, enquanto o período do **Estado Novo (1937–1945)** foi marcado por maior centralização.

Durante o governo Vargas, ocorreram as chamadas **Reformas Capanema**, especialmente na década de 1940, reorganizando diferentes níveis e modalidades de ensino.

Em **1961**, foi aprovada a primeira **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 4.024/1961**.

5. Período da Ditadura Militar

Durante o regime militar, a educação sofreu importantes reformas.

Lei nº 5.540/1968

Relacionada à **Reforma Universitária**, reorganizando o ensino superior.

Lei nº 5.692/1971

Reformou o ensino de **1º e 2º graus**.

Uma característica muito cobrada é a valorização da **formação profissionalizante** no ensino de 2º grau.

Dica

Memorize:

1968 → Ensino Superior

1971 → 1º e 2º graus

6. Constituição Federal de 1988 — grande marco

A Constituição Federal de 1988 representa um dos principais marcos da educação brasileira contemporânea.

O **art. 205** estabelece que a educação é **direito de todos e dever do Estado e da família**, devendo visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para a cidadania e à qualificação para o trabalho.

O **art. 206** estabelece princípios como:

- igualdade de condições para acesso e permanência;
- liberdade de aprender e ensinar;
- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- gratuidade do ensino público;
- valorização dos profissionais da educação;
- gestão democrática;
- garantia de padrão de qualidade.

Dica de prova

CF/88 = EDUCAÇÃO COMO DIREITO.

Memorize principalmente:

Art. 205 → direito de todos + dever do Estado e da família.

Art. 206 → princípios do ensino.

7. LDB — Lei nº 9.394/1996

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** é um dos principais instrumentos legais da educação brasileira.

A LDB organiza a educação nacional e estabelece normas para a **educação básica e superior**, além de tratar da organização dos sistemas de ensino, profissionais da educação, recursos financeiros, entre outros aspectos.

Educação básica

Compreende: **Educação Infantil → Ensino Fundamental → Ensino Médio**

Dica

Não confunda:

- **Constituição de 1988** → estabelece o direito à educação e princípios fundamentais.
- **LDB/1996** → organiza e disciplina a educação nacional.
- **PNE** → estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional.

8. PNE — Plano Nacional de Educação

A **Lei nº 13.005/2014** aprovou o Plano Nacional de Educação, inicialmente com vigência de dez anos. A lei estabelece diretrizes e metas para orientar as políticas educacionais.

Entre suas diretrizes estão:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- redução das desigualdades educacionais;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania.

Atenção: a vigência do PNE de 2014 foi prorrogada até **31 de dezembro de 2025** pela Lei nº 14.934/2024.

9. Educação brasileira nos dias atuais

A educação brasileira contemporânea busca conciliar:
acesso + permanência + qualidade + equidade + inclusão + aprendizagem.

Entre os desafios atuais estão:

- redução das desigualdades educacionais;
- alfabetização;
- melhoria da aprendizagem;
- valorização dos profissionais da educação;
- inclusão educacional;
- ampliação do acesso à educação infantil;
- permanência dos estudantes na escola;
- integração das tecnologias digitais à educação.

10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL — PARA MEMORIZAR

Norma	Principal assunto
CF/1988 – arts. 205 a 214	Direito à educação e organização educacional
Lei nº 9.394/1996 – LDB	Diretrizes e bases da educação nacional
Lei nº 11.494/2007	Antigo FUNDEB
Lei nº 13.005/2014	Plano Nacional de Educação – PNE
Lei nº 14.113/2020	Novo FUNDEB
Lei nº 14.945/2024	Reestruturação do Ensino Médio

🌐 RESUMÃO PARA A PROVA

1932 → Manifesto dos Pioneiros → Escola Nova
1961 → 1ª LDB
1968 → Reforma Universitária
1971 → Reforma do 1º e 2º graus
1988 → Constituição → educação como direito de todos
1996 → LDB atual
2014 → PNE
2020 → Novo FUNDEB
2024 → Novo Ensino Médio

MACETE FINAL

“32 – 61 – 68 – 71 – 88 – 96 – 14 – 20 – 24”

- 👉 **32:** Pioneiros
- 👉 **61:** 1ª LDB
- 👉 **68:** Universidade
- 👉 **71:** 1º e 2º graus
- 👉 **88:** Constituição
- 👉 **96:** LDB atual
- 👉 **14:** PNE
- 👉 **20:** FUNDEB
- 👉 **24:** Ensino Médio

Pegadinha recorrente: não confundir **Manifesto dos Pioneiros (1932)** com legislação. O Manifesto é um **documento de renovação educacional**, enquanto a **LDB** é uma **lei**.

A trajetória educacional brasileira combina propostas renovadoras e marcos legais, e essa relação fica mais clara ao comparar o Manifesto de 1932 com a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, destacando continuidades e mudanças.

QUESTÕES DE PROVAS ESTILO UECE

01. (2025 - Prefeitura de Pinhalão - PR - Pedagogo) O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932) é um marco na história da educação brasileira. Em relação às suas proposições sobre escola pública, gratuita, laica e obrigatória, indique a alternativa correta, ou seja, indique a resposta que é assertiva e reafirmada com a preconização da LDBEN 9394/96.

- A O Manifesto inspirou a adoção do ensino religioso confessional como disciplina obrigatória e se manteve até o momento atual.
- B A defesa da gratuidade restringiu-se ao ensino primário, não afetando a LDBEN.
- C A universalização do direito à educação básica, consolidada na LDBEN, retoma o ideal de escola única/universal preconizado pelos Pioneiros.
- D A proposta de descentralização administrativa foi rejeitada pela LDBEN em favor do centralismo federal, ferindo e negando a autonomia das unidades escolares.
- E O Manifesto não tratou de eixos que se supõe democráticos, tal tema foi introduzido apenas na Constituição de 1988, ou seja, não influenciam a Educação nacional em nenhum momento.

02. (Prefeitura - Professor do 1º ao 5º ano - 2026) A história da educação no Brasil é marcada por diferentes concepções pedagógicas, influências políticas e transformações sociais. Considerando esse percurso histórico, analise as assertivas a seguir:

- I. A educação no período colonial brasileiro esteve fortemente vinculada à atuação da Companhia de Jesus, com ênfase na catequese e na formação religiosa.
- II. Durante o Império, ocorreram tentativas de organização do ensino público, incluindo a criação das primeiras escolas normais voltadas à formação de professores.
- III. A partir da República, a educação brasileira passou a ser universalizada de forma imediata e homogênea, com acesso igualitário garantido em todas as regiões do país.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- A Apenas I está correta.
- B Apenas II está correta.
- C I, II e III estão corretas.
- D Apenas I e II estão corretas.
- E Apenas II e III estão corretas.

03. (UNICENTRO - Prefeitura de Borrazópolis - Professor - 2026) De acordo com a História da Educação, no contexto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) defendia-se, entre outros princípios, a:

- A Educação dualista voltada para diferentes classes sociais.
- B Escola pública, laica, gratuita e obrigatória.
- C Ensino religioso obrigatório em todas as etapas.
- D Centralização curricular exclusiva da União.
- E Restrição do acesso feminino à educação formal.

04. (Professor - Área: Ciências - 2026) A evolução histórica da educação brasileira esteve diretamente vinculada às transformações políticas, econômicas e sociais verificadas em diferentes períodos da formação do Estado nacional. Nesse contexto, diversas reformas educacionais foram implementadas com o objetivo de redefinir as funções da

4 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

escola, os modelos de ensino e a organização do sistema educacional brasileiro. Considerando os principais marcos históricos da educação no Brasil, assinale a alternativa correta.

A A Reforma Capanema, implementada durante o Estado Novo, extinguiu os cursos profissionalizantes e promoveu exclusivamente a formação humanística tradicional, afastando o ensino secundário das necessidades econômicas e industriais do país.

B A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei nº 4.024/1961, estabeleceu parâmetros nacionais para a organização da educação brasileira, reconhecendo a coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino no sistema educacional.

C O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defendia a obrigatoriedade do ensino religioso confessional nas escolas públicas, atribuindo à Igreja a centralidade da condução pedagógica da educação nacional.

D A educação desenvolvida pelos jesuítas durante o período colonial possuía finalidade predominantemente científica, voltada à formação técnica da população colonial e desvinculada dos processos de catequização religiosa.

E A Constituição Federal de 1988 suprimiu o reconhecimento da educação como direito social fundamental, transferindo aos entes privados a responsabilidade prioritária pela oferta educacional no país.

05. (Prefeitura de Barra do Choça - Agente de Suporte Educacional - 2026) A história da educação brasileira foi marcada por diferentes concepções sobre o papel da escola, variando conforme os contextos políticos, sociais e econômicos de cada período. Durante longo tempo, o acesso à escolarização formal esteve restrito a determinados grupos sociais, sendo ampliado de forma mais consistente apenas com o avanço das políticas públicas educacionais no século XX. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

A A educação brasileira, desde o período colonial, foi estruturada com base na universalização do ensino público, gratuito e obrigatório para toda a população.

B A atuação dos jesuítas no período colonial esteve relacionada à catequização e à formação religiosa, não se caracterizando como um projeto de educação pública universal.

C A expulsão dos jesuítas do Brasil eliminou definitivamente a influência religiosa sobre a educação nacional.

D A educação no Império brasileiro foi organizada prioritariamente para garantir ampla inclusão escolar às populações escravizadas e aos trabalhadores rurais.

E A educação republicana eliminou imediatamente as desigualdades regionais e sociais no acesso à escola.

06. (Prefeitura de Petrolina - Professor - Área: Artes - 2026) A historiografia da arte brasileira tem revisado interpretações tradicionais sobre seus movimentos e artistas, buscando perceber tensões internas, negociações culturais e disputas simbólicas. Considerando essas revisões, assinale a alternativa que apresenta uma leitura mais consistente sobre a constituição da arte brasileira.

A O modernismo de 1922 buscou afirmar uma identidade cultural brasileira por meio do diálogo com referências europeias, ainda que descontinuando estruturas hierárquicas de valorização estética.

B O Neoconcretismo representou um distanciamento radical de toda a tradição construtivista, privilegiando, sobretudo, o gesto expressivo individual do artista.

C O Barroco brasileiro consolidou um estilo unificado no território, relativamente indiferente às contradições sociais e políticas do período colonial.

D A Tropicália reelaborou criticamente referências eruditas e populares, tensionando cultura de massa, política e experimentalismo, desafiando hierarquias entre alta cultura e cultura popular.

E O modernismo paulista incorporou referências indígenas como símbolo da nação, abrindo debates significativos sobre a contribuição dos povos originários na constituição cultural do país.

07. (Prefeitura de Nova Candelária - Professor - Área: Educação Infantil - 2026) Sobre a história da Educação Infantil no Brasil, enumere os eventos históricos na ordem cronológica de sua ocorrência.

() Promulgação da Constituição Federal vigente, que reconhece a criança como cidadã e sujeito de direitos, estabelecendo a Educação Infantil como dever do Estado e direito da criança.

() Predominância de uma visão assistencial, fragmentada e compensatória na Educação Infantil, com profissionais sem formação adequada, voltada para suprir carências das famílias de baixa renda.

() Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor atualmente, que consolida a perspectiva pedagógica da Educação Infantil, superando o atendimento assistencialista.

() Instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reafirma os direitos da criança e a integração da Educação Infantil ao sistema de ensino.

() Surgimento das primeiras instituições de atendimento à criança pequena, como as "Rodas dos Expostos" e creches, com caráter assistencialista e higienista.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A 3 – 2 – 5 – 4 – 1.

B 2 – 3 – 1 – 5 – 4.

C 5 – 1 – 3 – 4 – 2.

D 4 – 5 – 2 – 3 – 1.

Gabarito: 01/C; 02/D; 03/B; 04/B; 05/B; 06/D; 07/B

1.1. LEI FEDERAL Nº 9.394/96, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB

Atualizado conforme Lei nº 15.369, de 31 de março de 2026.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Comentário:

Esse dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece uma visão ampla e integrada da educação, reconhecendo que o processo formativo ocorre em

diversos contextos além da escola formal. Vamos comentar cada parte:

Abertura da Educação: O artigo destaca que a educação não se limita apenas ao ambiente escolar, mas abrange todos os processos formativos que ocorrem ao longo da vida, tanto na família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como nas manifestações culturais. Isso reflete uma compreensão holística da educação, reconhecendo que o aprendizado não se restringe aos muros da escola, mas está presente em todas as esferas da vida.

Ênfase na Educação Escolar: Apesar de reconhecer a importância de diversos contextos educativos, o dispositivo ressalta que a lei tem como foco principal a educação escolar, que se desenvolve principalmente por meio do ensino em instituições próprias. Isso significa que a legislação prioriza a regulamentação e orientação da educação formal oferecida nas escolas, estabelecendo padrões e diretrizes para garantir a qualidade e a equidade no ensino.

Vinculação ao Mundo do Trabalho e à Prática Social: O dispositivo enfatiza que a educação escolar deve estar conectada com o mundo do trabalho e com a prática social. Isso implica que o currículo escolar deve ser relevante para a vida dos alunos, preparando-os não apenas para o ingresso no mercado de trabalho, mas também para participar ativamente da sociedade e resolver problemas reais. Essa conexão com o mundo real ajuda a tornar a educação mais significativa e contextualizada.

FIQUE DE LIGADO: A EDUCAÇÃO ocorre de **forma ampla**, enquanto a EDUCAÇÃO ESCOLAR se dá em **ambiente específico**.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Comentário:

O artigo 2º da LDB estabelece os princípios e finalidades da educação, destacando sua natureza como dever compartilhado entre a família e o Estado. Vamos analisar cada parte:

Dever da Família e do Estado: O dispositivo ressalta que tanto a família quanto o Estado têm responsabilidade na garantia do direito à educação. A família é o primeiro espaço de socialização e formação do indivíduo, enquanto o Estado assume a responsabilidade de prover uma educação de qualidade e acessível a todos, por meio de políticas públicas e instituições educacionais.

Princípios de Liberdade e Ideais de Solidariedade Humana: A educação é inspirada nos princípios de liberdade, o que implica respeitar a autonomia e os direitos individuais dos educandos, garantindo-lhes a liberdade de expressão, pensamento e escolha. Além disso, a educação é orientada pelos ideais de solidariedade humana, promovendo valores como igualdade, justiça e cooperação entre os membros da sociedade.

Finalidades da Educação: O dispositivo estabelece três finalidades fundamentais da educação:

Pleno Desenvolvimento do Educando: A educação visa promover o desenvolvimento integral do indivíduo, abrangendo aspectos físicos, intelectuais, emocionais, sociais e culturais.

Preparo para o Exercício da Cidadania: A educação deve preparar os educandos para participarem ativamente da vida em sociedade, exercendo seus direitos e deveres civis, políticos e sociais de forma consciente, crítica e responsável.

Qualificação para o Trabalho: Além de preparar para a cidadania, a educação tem o papel de qualificar os indivíduos

para o mercado de trabalho, proporcionando-lhes as competências e habilidades necessárias para o exercício de uma profissão e para a inserção produtiva na sociedade.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; ([Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023](#))

IX - garantia de padrão de qualidade; ([Vide Decreto nº 11.713, de 2023](#))

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. ([Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013](#))

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. ([Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018](#))

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. ([Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021](#))

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. ([Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024](#))

da LDB)

Nº	Princípio	Observação
I	Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola	Garante equidade no ingresso e continuidade dos estudos
II	Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber	Fundamenta a liberdade acadêmica
III	Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas	Valoriza a diversidade de abordagens educativas
IV	Respeito à liberdade e apreço à tolerância	Incentiva o convívio democrático e o respeito às diferenças
V	Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino	Garante a dualidade da oferta educacional
VI	Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais	Assegura o acesso gratuito à educação pública
VII	Valorização do profissional da educação escolar	Reconhece a importância dos educadores
VIII	Gestão democrática do ensino público	Prevê participação da comunidade na gestão escolar
IX	Garantia de padrão de qualidade	Compromisso com a excelência do ensino

6 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Nº	Princípio	Observação
X	Valorização da experiência extraescolar	Reconhece saberes adquiridos fora do ambiente formal
XI	Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais	Integra educação à vida prática e ao mundo do trabalho
XII	Consideração com a diversidade étnico-racial	Enfatiza o respeito à pluralidade étnica e cultural
XIII	Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida	Educação contínua em todas as fases da vida
XIV	Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva	Inclusão e respeito à diferença
XV	Garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação	Transparência e controle social

TÍTULO III

////

1.4. PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: 2001 - 2010; 2014 – 2025 E 2026 – 2036.

Ver módulo ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ATENÇÃO PARA PROVA: o terceiro PNE já não é apenas um projeto. Em 14 de abril de 2026, foi sancionada a Lei nº 15.388/2026, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação. Portanto, para provas atuais, é importante tratar o novo PNE como lei vigente.

1. O QUE É O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO?

O PNE é um plano decenal que estabelece diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira.

Sua existência está prevista no art. 214 da Constituição Federal.

A lógica é:

PNE Nacional

↓

Planos Estaduais de Educação

↓

Planos Municipais de Educação

↓

Políticas e ações educacionais

Finalidade

O PNE busca orientar a atuação articulada dos diferentes entes federativos para:

- ampliar o acesso à educação;
- melhorar a qualidade;
- reduzir desigualdades;
- valorizar profissionais;
- ampliar o financiamento;
- promover inclusão e equidade;
- garantir o direito à educação.

2. PNE 2001–2010

 Lei nº 10.172/2001

O primeiro PNE desse período foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com duração de 10 anos.

Principais objetivos

O plano estabeleceu como grandes objetivos:

1. **elevação global do nível de escolaridade da população;**
2. **melhoria da qualidade do ensino;**
3. **redução das desigualdades sociais e regionais;**
4. **democratização da gestão do ensino público.**

Principais áreas contempladas

O PNE 2001–2010 abrangia:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Ensino Médio;
- Educação Superior;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação a Distância;
- Educação Tecnológica e Formação Profissional;
- Educação Especial;
- Educação Indígena;
- formação e valorização do magistério;
- financiamento;
- gestão;
- acompanhamento e avaliação.

☆ DICA

O PNE 2001–2010 apresentava uma estrutura muito ampla:

NÍVEIS + MODALIDADES + PROFESSORES + FINANCIAMENTO + GESTÃO

3. DESTAQUES DO PNE 2001–2010

Ensino Fundamental

Entre as metas estavam:

- universalização do atendimento;
- garantia de acesso e permanência;
- redução da repetência e evasão;
- melhoria da infraestrutura;
- ampliação da duração para nove anos.

Ensino Médio

Buscava ampliar progressivamente:

- acesso;
- permanência;
- qualidade;
- atendimento aos egressos do Ensino Fundamental.

EJA

Havia metas de:

- alfabetização;
- expansão da oferta;
- atendimento de jovens e adultos;
- articulação com trabalho e geração de emprego.

Valorização dos professores

O plano previa atenção especial à:

- formação inicial;
- formação continuada;

- carreira;
- remuneração;
- condições de trabalho.

4. PNE 2014–2025

Lei nº 13.005/2014

O segundo grande PNE foi instituído pela **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, originalmente com vigência de **10 anos**.

⚠ Inicialmente, portanto, sua vigência seria **2014–2024**.

Porém, a **Lei nº 14.934/2024** prorrogou sua vigência até **31 de dezembro de 2025**.

Por isso, em materiais atuais, aparece:

PNE 2014–2025

5. ESTRUTURA DO PNE 2014–2025

O PNE 2014–2025 ficou especialmente conhecido por estabelecer:

20 METAS + 254 ESTRATÉGIAS

As metas abrangem temas como:

- educação infantil;
- alfabetização;
- ensino fundamental;
- ensino médio;
- educação especial;
- EJA;
- educação profissional;
- educação superior;
- formação e valorização dos profissionais;
- gestão democrática;
- financiamento;
- redução das desigualdades.

6. DIRETRIZES DO PNE 2014–2025

Entre as diretrizes previstas no art. 2º estão:

- **erradicação do analfabetismo;**
- **universalização do atendimento escolar;**
- **superação das desigualdades educacionais;**
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania;
- promoção do princípio da gestão democrática;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação.

7. AS 20 METAS — COMO ORGANIZAR PARA MEMORIZAR

Não é necessário decorar todas as estratégias. Para prova, é muito mais eficiente memorizar o **núcleo de cada meta**.

Meta	Tema principal
1	Educação Infantil
2	Ensino Fundamental
3	Ensino Médio
4	Educação Especial/Inclusiva

Meta	Tema principal
5	Alfabetização
6	Educação em tempo integral
7	Qualidade da Educação Básica / Ideb
8	Escolaridade média
9	Alfabetização de jovens e adultos
10	EJA integrada à educação profissional
11	Educação profissional técnica
12	Educação Superior
13	Qualidade da Educação Superior
14	Pós-graduação
15	Formação dos profissionais da educação
16	Formação continuada e pós-graduação de professores
17	Valorização dos profissionais do magistério
18	Planos de carreira
19	Gestão democrática
20	Financiamento da educação

MACETE

Divida as 20 metas em blocos:

1–4 → Educação Básica

5–6 → Alfabetização + Integral

7–11 → Qualidade + Equidade + EJA + Profissional

12–14 → Educação Superior

15–18 → Profissionais

19 → Gestão

20 → Financiamento

8. META 20 — FINANCIAMENTO

☆ **MUITO COBRADA!**

A Meta 20 tratou da ampliação do investimento público em educação.

O plano estabeleceu:

7% do PIB no 5º ano de vigência

e

10% do PIB ao final do decênio.

⚠ **PEGADINHA**

Não confundir:

7% → quinto ano

10% → final do decênio

9. META 1 — EDUCAÇÃO INFANTIL

////

2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Introdução

A educação básica brasileira constitui o conjunto de etapas e modalidades destinadas à formação escolar dos cidadãos. Sua organização está fundamentada principalmente na

8 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A LDB estabelece a estrutura geral da educação brasileira e atribui responsabilidades à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às escolas, aos profissionais da educação e às famílias. A BNCC, por sua vez, define as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, funcionando como referência obrigatória para os currículos.

1. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1.1. Conceito de Educação Básica

Segundo a LDB, a Educação Básica é formada por três etapas:

1. Educação Infantil;
2. Ensino Fundamental;
3. Ensino Médio.

Educação Infantil

É a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos, considerando seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Divide-se em:

- **Creche:** crianças de até 3 anos;
- **Pré-escola:** crianças de 4 e 5 anos.

Pegadinha: Educação Infantil não é etapa preparatória ou mera antecipação do Ensino Fundamental. Seu objetivo é o desenvolvimento integral da criança.

Ensino Fundamental

Possui 9 anos de duração, iniciando-se, em regra, aos 6 anos de idade.

É organizado em:

- **Anos iniciais:** 1º ao 5º ano;
- **Anos finais:** 6º ao 9º ano.

Entre seus objetivos está a formação básica do cidadão, envolvendo leitura, escrita, cálculo, compreensão do ambiente natural e social, aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de atitudes e valores.

Pegadinha: o Ensino Fundamental não possui 8 anos na organização atual da educação brasileira.

Ensino Médio

É a etapa final da Educação Básica.

Entre suas finalidades estão:

- aprofundar conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental;
- preparar para o trabalho e para a cidadania;
- desenvolver autonomia intelectual e pensamento crítico;
- relacionar teoria e prática;
- possibilitar o prosseguimento dos estudos.

A legislação atualmente prevê organização curricular envolvendo formação geral básica e itinerários formativos, conforme a legislação vigente.

1.2. Princípios da educação brasileira

A Constituição Federal e a LDB estabelecem princípios como:

- igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar conhecimentos;
- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- valorização dos profissionais da educação;
- gestão democrática do ensino público;
- garantia de padrão de qualidade.

DICA DE PROVA

Quando a questão apresentar palavras como:

participação + autonomia + pluralismo + diálogo + comunidade escolar

é muito provável que esteja tratando da **gestão democrática**.

1.3. BNCC e currículo

A BNCC é um documento **normativo** que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver.

Entretanto:

BNCC NÃO É SINÔNIMO DE CURRÍCULO.

A BNCC estabelece referências e aprendizagens essenciais; os currículos dos sistemas, redes e escolas concretizam essas orientações considerando contextos, características regionais e necessidades dos estudantes.

PEGADINHA

✗ "A BNCC é o currículo pronto e acabado de todas as escolas."

ERRADO.

✓ A BNCC é uma **referência normativa obrigatória** que orienta a elaboração dos currículos.

2. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

1. INTRODUÇÃO

As **tendências pedagógicas** representam diferentes maneiras de compreender e organizar o processo educativo. Elas procuram responder a questões fundamentais:

- Qual é a finalidade da educação?
- Qual deve ser o papel da escola?
- Qual é a função do professor?
- Qual é o papel do aluno?
- Como o conhecimento deve ser trabalhado?
- Qual metodologia deve ser utilizada?
- Como deve ocorrer a avaliação?

No Brasil, o estudo das tendências pedagógicas é especialmente associado às classificações de **José Carlos Libâneo**, que diferencia as tendências em **liberais** e **progressistas**.

Atenção: "liberal" e "progressista", nesse contexto, são **categorias pedagógicas**, não devem ser interpretadas automaticamente como posições político-partidárias atuais.

2. CONCEITO

As tendências pedagógicas são **correntes de pensamento educacional que orientam a prática de professores e escolas**. Elas indicam como o conhecimento deve

ser transmitido, quais métodos devem ser usados e qual o papel de professores e alunos nesse processo.

Essas tendências surgem em resposta às mudanças históricas e sociais, o que explica por que não são estáticas nem exclusivas. Pelo contrário: muitas escolas combinam elementos de diferentes abordagens para atender às necessidades contemporâneas.

Trata-se de uma determinada concepção sobre a educação e sobre o processo de ensino-aprendizagem, que influencia:

- os objetivos educacionais;
- o papel do professor;
- o papel do aluno;
- a seleção dos conteúdos;
- as metodologias;
- a avaliação;
- a relação entre escola e sociedade.

Em uma questão de prova, portanto, a tendência pedagógica pode ser identificada observando principalmente:

PROFESSOR + ALUNO + CONTEÚDO + MÉTODO + FINALIDADE DA EDUCAÇÃO.

3. CLASSIFICAÇÃO GERAL

Na classificação tradicionalmente utilizada por **Libâneo**, as tendências pedagógicas são agrupadas em dois grandes grupos: **liberais e progressistas**. Essa classificação tem origem nas diferentes concepções sobre o papel da escola e da educação na sociedade.

1) TENDÊNCIAS LIBERAIS

- Tradicional;
- Renovada Progressivista;
- Renovada Não Diretiva;
- Tecnista.

2) TENDÊNCIAS PROGRESSISTAS

- Libertadora;
- Libertária;
- Crítico-Social dos Conteúdos.

MACETE

LIBERAIS:

T – R – R – T

Tradicional → Renovada Progressivista → Renovada Não Diretiva → Tecnista

PROGRESSISTAS:

L – L – C

Libertadora → Libertária → Crítico-Social dos Conteúdos

4. TENDÊNCIAS LIBERAIS

4.1. Tendência Liberal Tradicional

É marcada pela **centralidade do professor e pela transmissão dos conhecimentos**.

Exemplo: uma aula de História em que o professor explica a matéria, o aluno copia no caderno e depois responde a uma prova objetiva.

Características

- professor como autoridade;
- aluno predominantemente receptor;

- valorização dos conteúdos;
- ensino expositivo;
- disciplina;
- memorização;
- avaliação baseada na assimilação/reprodução dos conteúdos;
- pouca participação ativa do aluno.

Papel do professor

É a principal autoridade no processo educativo.

Papel do aluno

Recebe, assimila e reproduz os conhecimentos transmitidos.

Palavra-chave

TRANSMISSÃO

PEGADINHA

✗ "Na pedagogia tradicional, o aluno é o centro do processo educativo."

ERRADO.

Na tendência tradicional, a centralidade está muito mais associada ao **professor e aos conteúdos**.

5. TENDÊNCIA RENOVADA PROGRESSIVISTA

Está relacionada à valorização da experiência e da atividade do estudante/ALUNO.

Exemplo: em Ciências, em vez de apenas ouvir a teoria sobre fotossíntese, os alunos realizam experimentos com plantas para observar o processo.

Características

- aluno mais ativo;
- valorização da experiência;
- aprendizagem pela ação;
- resolução de problemas;
- atividades práticas;
- consideração dos interesses do aluno;
- professor como orientador/facilitador.

O ensino procura partir de situações concretas e experiências significativas.

///

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP

1. Introdução

O **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** é um dos principais instrumentos de organização e planejamento da escola. Ele expressa a **identidade da instituição, suas concepções de educação, seus objetivos, princípios, metas e ações**, orientando o trabalho pedagógico e a gestão escolar.

O PPP não deve ser entendido como um documento meramente burocrático. Ele representa uma **construção coletiva**, vinculada à realidade da escola e da comunidade, e deve orientar concretamente as práticas educativas.

Fundamentação legal

A principal referência é a **Lei nº 9.394/1996 – LDB**:

- **Art. 12:** os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- **Art. 13:** os docentes participam da elaboração da proposta pedagógica e devem elaborar e cumprir seu plano de trabalho de acordo com ela;

10 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

- **Art. 14:** estabelece princípios da gestão democrática do ensino público;
- **Art. 15:** assegura progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às unidades escolares públicas.

2. CONCEITO DE PPP

O próprio nome ajuda a compreender o conceito:

PROJETO

Indica **intencionalidade, planejamento, objetivos e ações futuras.**

POLÍTICO

Refere-se ao compromisso da escola com a **formação do cidadão**, com a sociedade, com a participação e com determinadas concepções e valores.

⚠ **Não significa partidário.**

PEDAGÓGICO

Está relacionado diretamente ao processo educativo:

- ensino;
- aprendizagem;
- currículo;
- avaliação;
- metodologias;
- formação dos estudantes;
- organização do trabalho pedagógico.

Fórmula para memorizar:

PPP = IDENTIDADE + INTENCIONALIDADE + PLANEJAMENTO + PARTICIPAÇÃO + AÇÃO EDUCATIVA

3. OBJETIVOS DO PPP

O PPP tem como principais objetivos:

1. **Definir a identidade da escola;**
2. estabelecer objetivos e finalidades educacionais;
3. orientar as práticas pedagógicas;
4. organizar o trabalho escolar;
5. articular escola, família e comunidade;
6. favorecer a gestão democrática;
7. estabelecer metas e ações;
8. identificar problemas e necessidades da instituição;
9. orientar o processo de avaliação;
10. promover a melhoria da qualidade da educação.

Assim, o PPP responde, fundamentalmente, a perguntas como:

Quem somos?

Que escola queremos construir?

Que educação defendemos?

Quais são nossos objetivos?

O que precisamos fazer para alcançá-los?

4. CARACTERÍSTICAS DO PPP

4.1. É coletivo

O PPP não deve ser elaborado exclusivamente pela direção.

Sua construção deve envolver os diferentes segmentos da comunidade escolar, considerando a participação dos profissionais da educação e, conforme a organização da escola, estudantes, famílias e comunidade.

PEGADINHA

✗ "O diretor é o responsável por elaborar sozinho o PPP."

ERRADO.

A direção pode coordenar o processo, mas o PPP possui **natureza participativa e coletiva.**

4.2. É democrático

Está relacionado diretamente à **gestão democrática.**

A participação permite que diferentes sujeitos contribuam para:

- diagnóstico;
- definição de objetivos;
- tomada de decisões;
- planejamento;
- execução;
- avaliação.

4.3. É contextualizado

O PPP deve considerar a realidade concreta da escola:

- características dos estudantes;
- comunidade;
- condições sociais;
- cultura local;
- dificuldades;
- potencialidades;
- recursos disponíveis.

PEGADINHA

✗ "Todas as escolas devem utilizar exatamente o mesmo PPP."

ERRADO.

Cada instituição possui uma realidade própria e deve construir seu projeto considerando seu contexto.

5. PPP É DINÂMICO

O PPP **não é um documento definitivo e imutável.**

A realidade escolar muda. Portanto, o projeto deve ser:

- acompanhado;
- avaliado;
- revisado;
- atualizado;
- aperfeiçoado.

DICA DE PROVA

Quando aparecer:

"PPP acabado, permanente, imutável e definitivo"

⚠ DESCONFIE!

As características mais associadas ao PPP são:

dinâmico + participativo + contextualizado + coletivo + intencional.

6. PPP É UM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

O PPP estabelece uma relação entre:

DIAGNÓSTICO



OBJETIVOS



METAS



Portanto, não basta identificar os problemas.

A escola precisa definir **o que pretende alcançar e como pretende agir**.

7. PRINCÍPIOS DO PPP

Os princípios podem ser organizados da seguinte maneira:

7.1. Igualdade

Busca garantir condições para que todos tenham acesso, permanência, aprendizagem e participação na escola.

Não significa tratar situações diferentes sempre da mesma maneira, mas buscar condições educacionais justas e inclusivas.

7.2. Qualidade

O PPP deve estar comprometido com a melhoria da qualidade da educação.

Essa qualidade envolve muito mais que resultados em provas.

Envolve, entre outros aspectos:

- aprendizagem;
- inclusão;
- formação cidadã;
- desenvolvimento integral;
- condições de trabalho;
- participação.

7.3. Gestão democrática

O PPP deve estimular:

- participação;
- diálogo;
- tomada coletiva de decisões;
- transparência;
- corresponsabilidade.

7.4. Liberdade

Relaciona-se à liberdade de:

- aprender;
- ensinar;
- pesquisar;
- expressar ideias;
- construir conhecimentos.

7.5. Valorização dos profissionais

O PPP deve considerar a valorização dos profissionais da educação, incluindo:

- formação;
- participação;
- condições de trabalho;
- desenvolvimento profissional.

7.6. Autonomia

A escola possui autonomia para organizar seu trabalho dentro dos limites estabelecidos pela legislação e pelas normas do respectivo sistema de ensino.

CUIDADO!

Autonomia não significa soberania.

A escola não pode ignorar:

- Constituição;
- LDB;
- normas do sistema de ensino;
- legislação educacional;
- direitos dos estudantes.

8. EIXOS DO PPP

Não existe uma única classificação universal dos "eixos do PPP". Diferentes autores e redes de ensino podem organizar esses elementos de maneiras distintas.

Para fins de concurso, uma organização bastante útil é considerar os seguintes **eixos/dimensões**:

8.1. Eixo pedagógico

///

QUESTÕES DE PROVAS ESTILO UECE

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

01. (2019 - Prefeitura de Paço do Lumiar - MA - Professor de Educação Física) A estrutura e o funcionamento da educação básica apoiam-se numa estrutura definida pela legislação. De acordo com o ordenamento legal atual, os recursos são transferidos a estados, municípios e escolas por meio de programas federais diversos, também denominados de suplementares e complementares. Dentre esses recursos, podemos citar, EXCETO:

- A Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE).
- B Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
- C Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- D Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

02. (Prefeitura de Potim - Monitor de Educação Infantil - 2026) A LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece a estrutura da Educação Básica. A Educação Básica é composta pelas seguintes etapas:

- A Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- B Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- C Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior.
- D Educação Infantil, Ensino Técnico e Ensino Médio.
- E Ensino Fundamental e Ensino Superior.

03. (AOCP - UFABC - Técnico em Assuntos Educacionais - 2025) Leia e analise as assertivas a seguir:

- I. A Educação Básica é composta por modalidades de ensino como a EJA, a Educação Especial, a Educação a Distância e a Educação Profissional Técnica, que foram estruturadas para atender necessidades específicas de formação que, em diversos casos, não são contempladas na modalidade regular de ensino.

PORQUE

- II. As modalidades que compõem a oferta da Educação Básica são consideradas equalizadoras, transversais, alternativas e complementares, asseguradas pela Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, com a finalidade de garantir o direito à educação e à aprendizagem, respeitando-se a diversidade social dos sujeitos.

12 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

A respeito das asserções apresentadas, assinale a alternativa correta

A As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não tem relação lógica com a I.

B As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica corretamente a I.

C A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

D A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

E A asserção II amplia a compreensão da I, mas elas expressam ideias desvinculadas.

04. (Prefeitura Municipal - Professor - Área: Educação Integral - 2025) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996, estabelece que a educação escolar é composta dos seguintes níveis:

I. Educação Básica, formada pela educação infantil e Ensino Fundamental, apenas.

II. Ensino Médio.

A partir da análise dos itens, é possível AFIRMAR que:

A I e II estão incorretos.

B I está correto e II está incorreto.

C I está incorreto e II está correto.

D I e II estão corretos.

///

4. PRINCIPAIS TEORIAS DA APRENDIZAGEM. 4.1. INATISMO, COMPORTAMENTISMO, BEHAVIORISMO, INTERACIONISMO, COGNITIVISMO. 4.2. AS BASES EMPÍRICAS, METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DAS DIVERSAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM. 4.3. PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E BIOPSISSOCIAIS. 4.4. TEMAS CONTEMPORÂNEOS: BULLYING, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PROTAGONISMO JUVENIL.

1. INTRODUÇÃO

A aprendizagem é um processo pelo qual o indivíduo **adquire, modifica ou consolida conhecimentos, habilidades, atitudes e valores**. Ao longo do século XX, diversas teorias buscaram explicar **como aprendemos**, cada uma destacando fatores diferentes: comportamento observável, processos mentais, interações sociais, história de vida, emoções e contexto cultural.

Essas teorias servem como base para práticas pedagógicas, avaliação, desenvolvimento de currículo e estratégias de ensino.

As **teorias da aprendizagem** procuram explicar **como o ser humano aprende**, quais fatores influenciam esse processo e qual é o papel do indivíduo, do ambiente, da interação social, da experiência e dos processos mentais na construção do conhecimento.

Para concursos da área da educação, é importante não apenas decorar os autores, mas compreender a relação:

AUTOR → CONCEPÇÃO DE APRENDIZAGEM → PAPEL DO PROFESSOR → PAPEL DO ALUNO → BASE EPISTEMOLÓGICA

Visão geral

Teoria	Ideia central	Autor(es) mais associados
Inatismo	O conhecimento/capacidades têm origem predominantemente interna ou inata	Platão; Descartes
Empirismo	O conhecimento deriva da experiência	Locke; Hume
Comportamentismo/ Behaviorismo	Comportamento é explicado pela relação com o ambiente	Watson; Pavlov; Skinner
Interacionismo	Conhecimento resulta da interação sujeito-meio	Piaget; Vygotsky
Cognitivismo	Ênfase nos processos mentais envolvidos na aprendizagem	Bruner; Ausubel; Gagné
Humanismo	Aprendizagem envolve a pessoa integralmente	Carl Rogers; Maslow
Construtivismo	O sujeito constrói ativamente o conhecimento	Piaget

⚠ **Pegadinha:** algumas classificações variam conforme o autor ou manual. **Behaviorismo é uma vertente do comportamentismo**, e não necessariamente uma teoria completamente separada.

2. BASES EPISTEMOLÓGICAS DAS TEORIAS

Antes de estudar cada teoria, é fundamental entender epistemologia.

O que é epistemologia?

É o campo que investiga questões relacionadas ao conhecimento:

- Como conhecemos?
- De onde vem o conhecimento?
- O conhecimento está no sujeito?
- Vem da experiência?
- É construído pela interação?

Na educação, diferentes concepções epistemológicas dão origem a diferentes formas de compreender a aprendizagem.

3. PRINCIPAIS TEORIAS DA APRENDIZAGEM

3.1 INATISMO

O **inatismo** entende que determinadas capacidades ou conhecimentos possuem origem **interna ou inata** ao sujeito.

Base epistemológica

Predominância de uma concepção **racionalista**.

O conhecimento não depende exclusivamente da experiência externa.

Ideia-chave

O **sujeito** já possui **determinadas estruturas/capacidades que possibilitam o conhecimento**.

Autores associados

Platão — conhecimento relacionado à reminiscência.

Descartes — defesa da existência de ideias inatas.

Na educação

Uma interpretação radicalmente inatista pode levar à ideia de que as capacidades do aluno são determinadas principalmente por características internas.

⚠ Pegadinha

Inatismo ≠ empirismo.

- Inatismo → prioridade para fatores internos.
- Empirismo → prioridade para experiência.

3.2. EMPIRISMO

Embora não apareça expressamente no tópico apresentado, é fundamental para compreender o **comportamentalismo**.

O empirismo defende que o conhecimento deriva principalmente da **experiência**.

John Locke

Locke é associado à ideia da mente como uma “**tábula rasa**”, enfatizando a importância da experiência na formação do conhecimento.

Base epistemológica

Empirismo.

Ideia central

A experiência e o ambiente exercem papel fundamental na formação do indivíduo.

⚠ Pegadinha

Não confunda:

Inatismo → conhecimento/capacidades com origem interna.

Empirismo → conhecimento pela experiência.

3.3 CONSTRUTIVISMO**PIAGET**

Jean Piaget desenvolveu uma teoria **construtivista** do desenvolvimento cognitivo.

Para Piaget, a criança **constrói ativamente seu conhecimento** por meio da interação com o meio.

Base epistemológica

Epistemologia genética.

Busca compreender **como o conhecimento se desenvolve**.

Conceitos fundamentais de Piaget

Assimilação

O indivíduo incorpora uma nova informação aos esquemas que já possui.

Acomodação

O indivíduo modifica seus esquemas para lidar com uma nova situação.

Equilibração

Processo de busca de equilíbrio entre assimilação e acomodação.

///

TEMAS CONTEMPORÂNEOS: BULLYING, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PROTAGONISMO JUVENIL.

1. INTRODUÇÃO

Os temas contemporâneos fazem parte de uma educação voltada não apenas para a transmissão de conteúdos, mas também para a **formação integral, cidadania, inclusão, respeito às diferenças, sustentabilidade e participação social**.

Para provas, é importante relacionar cada tema com seus **conceitos, princípios e principais fundamentos legais**.

2. BULLYING**Conceito**

Bullying é uma forma de **violência física ou psicológica, intencional e repetitiva**, praticada contra uma pessoa ou grupo, geralmente envolvendo uma relação de desequilíbrio de poder.

Pode ocorrer:

- fisicamente;
- verbalmente;
- psicologicamente;
- socialmente;
- virtualmente (**cyberbullying**).

Exemplos

- apelidos ofensivos;
- humilhações;
- ameaças;
- exclusão social;
- agressões físicas;
- divulgação de conteúdo para constranger alguém;
- perseguição nas redes sociais.

Fundamentação legal

A **Lei nº 13.185/2015** instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

A legislação reconhece diferentes formas de intimidação sistemática, inclusive a praticada no ambiente virtual.

Papel da escola

A escola deve:

- prevenir situações de violência;
- promover respeito e convivência;
- identificar situações de bullying;
- acolher as vítimas;
- trabalhar com os envolvidos;
- desenvolver ações educativas.

⚠ PEGADINHA

Nem toda discussão entre alunos é bullying.

O bullying apresenta elementos como **intencionalidade e repetição**, além da situação de desequilíbrio de poder.

MACETE:

BULLYING = REPETIÇÃO + INTENCIONALIDADE + DESEQUILÍBRIO DE PODER.

3. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A educação para as relações étnico-raciais busca combater o **racismo, preconceito e discriminação**, valorizando a diversidade cultural e histórica da sociedade brasileira.

Lei nº 10.639/2003

14 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Tornou obrigatório o ensino de **História e Cultura Afro-Brasileira**.

Entre os conteúdos estão:

- História da África;
- luta dos negros no Brasil;
- cultura negra brasileira;
- contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação do Brasil.

Lei nº 11.645/2008

Ampliou essa obrigatoriedade, incluindo também a **História e Cultura Indígena**.

 **Decore:**

10.639 → Afro-Brasileira

11.645 → Afro-Brasileira + Indígena

Objetivos educacionais

- combater o racismo;
- valorizar a diversidade;
- reconhecer diferentes culturas;
- combater estereótipos;
- promover igualdade e respeito.

PEGADINHA

Não se trata de abordar esses conteúdos **somente em datas comemorativas**, como o Dia da Consciência Negra ou o Dia dos Povos Indígenas.

A temática deve integrar o **currículo escolar**.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial é uma modalidade de educação escolar que deve ser compreendida na perspectiva da **educação inclusiva**.

O objetivo é garantir condições para que todos possam:

ACESSAR → PARTICIPAR → APRENDER → DESENVOLVER-SE.

Princípios

- igualdade de oportunidades;
- respeito às diferenças;
- acessibilidade;
- eliminação de barreiras;
- participação;
- aprendizagem;
- inclusão.

Público da educação especial

A política educacional brasileira considera, em especial:

- pessoas com deficiência;
- estudantes com transtornos globais do desenvolvimento;
- estudantes com altas habilidades/superdotação.

Atendimento Educacional Especializado — AEE

O AEE tem função de **complementar ou suplementar** a formação do estudante, disponibilizando recursos e estratégias que eliminem barreiras à participação e à aprendizagem.

PEGADINHA

 Educação especial = colocar o aluno em uma escola separada.

 Educação inclusiva = garantir **participação do aluno no sistema educacional**, com os apoios necessários.

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental busca desenvolver conhecimentos, valores, atitudes e competências voltados à **preservação do meio ambiente e à sustentabilidade**.

Fundamentação legal

Constituição Federal — art. 225

Reconhece o direito ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado** e determina ao Poder Público a promoção da educação ambiental.

Lei nº 9.795/1999

Instituiu a **Política Nacional de Educação Ambiental**.

A educação ambiental deve estar presente de forma **articulada e integrada** ao processo educativo.

Características

- interdisciplinar;
- contínua;
- integrada;
- voltada à cidadania;
- relacionada à sustentabilidade;
- preocupada com a relação sociedade–natureza.

Exemplos

- consumo consciente;
- preservação da água;
- redução de resíduos;
- reciclagem;
- mudanças climáticas;
- conservação da biodiversidade;
- sustentabilidade.

PEGADINHA

 Educação ambiental deve necessariamente ser uma disciplina isolada.

 Deve ser trabalhada de maneira **integrada e interdisciplinar**.

5. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).

5.1. FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A BNCC.

5.2. O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

5.3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.

1. INTRODUÇÃO

A Geografia não possui uma única maneira de interpretar o espaço. Ao longo de sua formação como ciência, diferentes **correntes teóricas e metodológicas** procuraram explicar as relações entre:

- sociedade;
- natureza;
- território;
- espaço;
- lugar;
- região;
- paisagem;

- economia;
- política;
- cultura.

Essas diferentes concepções influenciaram não apenas a produção científica, mas também o **ensino da Geografia**.

Assim, compreender o pensamento geográfico é fundamental para entender por que a disciplina deixou de ser predominantemente **descritiva e memorística** e passou a valorizar cada vez mais:

análise espacial + interpretação + problematização + pensamento crítico.

2. O QUE É PENSAMENTO GEOGRÁFICO?

O **pensamento geográfico** corresponde ao conjunto de ideias, conceitos, teorias, métodos e formas de interpretar a realidade espacial desenvolvidos historicamente pela Geografia.

Ele procura responder perguntas como:

- **Onde** determinado fenômeno ocorre?
- **Por que** ocorre naquele lugar?
- **Como** se distribui espacialmente?
- **Quais relações** existem entre diferentes lugares?
- **Quais agentes** produzem o espaço?
- **Como sociedade e natureza se relacionam?**
- **Como o espaço se transforma ao longo do tempo?**

IDEIA-CHAVE

O pensamento geográfico não se limita a **localizar** fenômenos; busca **explicar sua organização espacial e suas relações**.

3. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA

Antes de estudar as correntes, é indispensável dominar os principais conceitos.

ESPAÇO GEOGRÁFICO

É o espaço **produzido e transformado pelas relações entre sociedade e natureza**.

É resultado da ação humana ao longo do tempo.

Exemplo:

Uma cidade reúne:

- ruas;
- prédios;
- comércio;
- indústrias;
- redes de transporte;
- população;
- atividades econômicas.

Tudo isso resulta de processos sociais, econômicos, políticos e naturais.

MACETE

ESPAÇO = sociedade + natureza + relações + transformação.

4. PAISAGEM

É aquilo que pode ser **percebido e analisado** no espaço, envolvendo elementos naturais e sociais.

Pode ser:

- natural;
- cultural;

- urbana;
- rural;
- histórica.

Exemplo

Uma paisagem urbana pode apresentar:

- edifícios;
- ruas;
- árvores;
- veículos;
- comércio;
- pessoas.

PEGADINHA:

Paisagem **não é apenas aquilo que é bonito**.

É o conjunto de elementos perceptíveis que expressam processos naturais e sociais.

5. LUGAR

É o espaço carregado de **vivências, experiências, identidade, pertencimento e relações cotidianas**.

Exemplo:

O bairro onde uma pessoa vive pode ser analisado como lugar, considerando suas experiências, memórias e relações sociais.

MACETE

LUGAR = espaço vivido.

Essa associação é especialmente importante para a **Geografia Humanista**.

6. TERRITÓRIO

Está relacionado principalmente às **relações de poder, controle, domínio e apropriação do espaço**.

Exemplos:

- território de um Estado;
- território indígena;
- território de uma comunidade;
- áreas controladas por grupos econômicos ou políticos.

MACETE

TERRITÓRIO = espaço + poder.

 **PEGADINHA:** território não é simplesmente sinônimo de espaço.

7. REGIÃO

É uma porção do espaço diferenciada segundo **determinados critérios**.

Pode ser definida por:

- características naturais;
- economia;
- cultura;
- política;
- critérios administrativos;
- relações funcionais.

Exemplo

A divisão do Brasil em regiões do IBGE utiliza critérios específicos.

PEGADINHA

16 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Não existe apenas uma maneira universal de regionalizar.

A região depende dos critérios e objetivos utilizados.

8. PRINCIPAIS CORRENTES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Para concursos, é importante dominar principalmente:

1. **Determinismo Geográfico**
2. **Possibilismo**
3. **Geografia Regional/Tradicional**
4. **Geografia Quantitativa ou Teorético-Quantitativa**
5. **Geografia Pragmática**
6. **Geografia Humanista**
7. **Geografia Crítica/Radical**
8. **Geografias contemporâneas**

///

QUESTÕES DE PROVAS UECE

01. (UECE-CEV - 2026 - Prefeitura de Crato - CE - Professor de História) A Região do Cariri cearense, especialmente a região metropolitana formada por Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, abriga um denso sistema de práticas culturais e devocionais que se expressam tanto no patrimônio material (igrejas, museus, imagens sacras, sítios históricos, arquitetura urbana e objetos votivos) quanto no patrimônio imaterial (romarias, rezas, benditos, saberes da cultura popular, oralidades religiosas, celebrações e rituais comunitários). No Ensino Básico, a BNCC orienta que o professor de História desenvolva competências para identificar, valorizar e problematizar patrimônios culturais em suas múltiplas dimensões (EFO6HI01; EFO7HI10; EFO8HI14; EFO9HI04; EM13CHS101), compreendendo-os como fontes históricas, territórios de memória, marcadores indenitários e espaços de disputa simbólica. No Cariri, essa dimensão patrimonial é inseparável da religiosidade popular, como a devoção ao Padre Cicero, a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, as romarias e a centralidade das imagens sacras na educação do olhar histórico dos estudantes.

Considerando esse enquadramento historiográfico, patrimonial e pedagógico, marque a alternativa que apresenta a melhor abordagem didática e formativa do patrimônio cultural, coerente com a BNCC e com a atuação docente em História no Ensino Básico da região:

- A O patrimônio religioso do Cariri deve ser tratado como acervo folclórico estático, preservado por seu valor estético, mas sem integração as habilidades da pesquisa histórica escolar, pois não constitui fonte legítima de análise historiográfica.
- B O patrimônio cultural material e imaterial do Cariri deve ser ensinado priorizando exclusivamente o tombamento institucional de bens físicos, evitando abordagens sobre devoção popular, romarias e oralidades, por serem elementos subjetivos que não dialogam com a História como ciência escolar.
- C A religiosidade do Cariri é elemento imaterial privado, sem lastro histórico na cultura visual ou material, devendo ser abordada apenas como experiência de fé, sem conexão com disputas de memória, formação do espaço urbano ou cultura política regional.
- D O patrimônio cultural do Cariri, especialmente o de matriz religiosa, deve ser ensinado como construído histórica que articula cultura visual, arquitetura, memória coletiva, práticas devocionais, oralidades e rituais festivos, permitindo ao docente trabalhar bens materiais como fontes históricas e as expressões imateriais como regimes de pertencimento, temporalidade e disputa simbólica, estimulando nos

estudantes a leitura crítica do território, das imagens e das celebrações como linguagens históricas.

E O patrimônio religioso do Cariri deve ser ensinado como produto direto da modernidade industrial, derivado de políticas tecnocráticas urbanas, sendo incompatível com o estudo da economia simbólica, da cultura visual sacra e das tradições comunitárias do interior cearense.

02. (UECE-CEV - 2026 - Prefeitura de Crato - CE - Professor de Ciências) Acompanhe a tirinha a seguir:



QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a relevância das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no desenvolvimento do aprendizado, abrangendo também o ensino de Biologia e Ciências da Natureza. A utilização de tirinhas, como as de Mafalda, pode servir como uma estratégia didática para estimular a leitura crítica, interpretação e a reflexão sobre os contextos sociais e educacionais.

Com base nessa perspectiva e na charge indicada, assinale a alternativa correta:

- A A BNCC considera as TDIC somente como formas de entretenimento para os estudantes, sem estabelecer uma conexão com a aprendizagem significativa.
- B A utilização de tirinhas e outros recursos visuais, juntamente com as TDIC, pode promover o desenvolvimento do pensamento crítico e facilitar a compreensão contextualizada em diversas disciplinas, conforme orienta a BNCC.
- C Segundo a BNCC, as TDIC devem ser usadas apenas em avaliações e não como ferramentas permanentes de ensino.
- D O uso de tirinhas no ambiente escolar vai contra as orientações da BNCC, que valoriza predominantemente conteúdos textuais complexos.
- E A BNCC indica que a tecnologia deve substituir completamente a mediação docente tradicional.

03. (UECE-CEV - 2024 - Prefeitura de Itapipoca - CE - Professor de Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano - Educação Física) O Karate é considerado, na Base Nacional Comum Curricular, uma modalidade corporal que se insere como

- A luta e esporte de combate.
- B luta somente.
- C esporte de combate somente.
- D esporte de combate e esporte de precisão.

04. (UECE-CEV - 2024 - Prefeitura de Itapipoca - CE - Professor de Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano - Educação Física) Na Base Nacional Comum Curricular da Educação Física no Ensino Fundamental, o termo fruição diz respeito

- A ao conhecimento que permite ao aluno realizar, de forma autônoma, uma prática corporal dentro ou fora da escola.
 B à apreciação estética das experiências corporais.
 C à aprendizagem de valores e normas voltadas para o exercício da cidadania e da democracia.
 D à forma pela qual as práticas corporais são inseridas socioculturalmente.

05. (UECE-CEV - 2024 - Prefeitura de Itapipoca - CE - Professor de Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano - Educação Física) Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas se configuram como uma das

- A competências específicas para o Ensino Fundamental de Educação Física, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular.
 B finalidades da Educação Física para o Ensino Fundamental, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais.
 C metas da Educação Física no Ensino Fundamental, de acordo com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde.
 D habilidades da Educação Física no Ensino fundamental, conforme o exposto pelo Conselho Federal de Educação Física.

06. (UECE-CEV - 2024 - Prefeitura de Itapipoca - CE - Professor de Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano - Educação Física) Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A Base Nacional Comum Curricular da Educação Física no Ensino Fundamental apresenta as seguintes dimensões do conhecimento:

- A conceituais, procedimentais e atitudinais.
 B habilidades e competências.
 C normas, habilidades motoras e de socialização.
 D lógicas, sociais e humanas.

07. (UECE-CEV - 2024 - Prefeitura de Itapipoca - CE - Professor de Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano - Educação Física) Considerando a Base Nacional Comum Curricular, assinale a opção que apresenta corretamente os anos do ensino fundamental e os respectivos tipos de esporte que devem ser ensinados.

- A primeiro e segundo anos – esportes de marca, precisão e técnicos-combinatórios
 B terceiro ao quinto ano – esportes de campo e taco, rede/parede e invasão
 C sexto e sétimo anos – esportes de marca, precisão, invasão e de campo, e taco
 D oitavo e nono anos – esportes de rede/parede, de marca, de invasão e de combate

08. (UECE-CEV - 2024 - Prefeitura de Itapipoca - CE - Professor de Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano - Educação Física)

Na Base Nacional Comum Curricular, as práticas corporais de aventura se dividem em urbanas e na natureza. Assinale a opção em que há somente exemplos de práticas corporais de aventura na natureza.

- A stand up paddle e alpinismo
 B patins e arvorismo
 C pakour e escalada
 D surf e skate

09. (UECE-CEV - 2024 - Prefeitura de Itapipoca - CE - Professor de Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano - Educação Física)

O golfe, seguindo a classificação de esportes da Base Nacional Comum Curricular, apresenta-se como esporte de

- A raquete.
 B rebatida.
 C campo e taco.
 D precisão.

10. (UECE-CEV - 2024 - Prefeitura de Itapipoca - CE - Professor de Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano)

De acordo com a BNCC (2017), a área de Ciências da Natureza para os anos iniciais do Ensino Fundamental tem como compromisso o fortalecimento do letramento

- A digital.
 B escolar.
 C literário.
 D científico.

COMENTÁRIO RESUMIDO

01. UECE-CEV – Prefeitura de Crato/CE – 2026 – Professor de História

A questão aborda o **patrimônio cultural do Cariri** e sua utilização pedagógica no ensino de História.

Comentário:

A alternativa correta é a **D**, pois compreende o patrimônio como uma **construção histórica**, envolvendo dimensões materiais e imateriais: arquitetura, imagens, memória, oralidade, rituais, festas e práticas religiosas. A BNCC valoriza o uso dessas manifestações como **fontes históricas** e como instrumentos para desenvolver uma leitura crítica do território e das disputas de memória.

As demais alternativas estão erradas porque reduzem ou excluem as manifestações populares, tratando-as como folclore, experiência exclusivamente privada ou elementos sem valor histórico.

 **Dica:** patrimônio cultural **não é apenas prédio, igreja ou objeto antigo**. Inclui também práticas, saberes, celebrações, oralidades e modos de fazer.

///

6. PROFESSOR: FORMAÇÃO E PROFISSÃO. 6.1. BASE LEGAL QUE ORIENTA A FORMAÇÃO DOCENTE. 6.2. A PESQUISA NA PRÁTICA DOCENTE. 6.3. A DIMENSÃO ÉTICA DA PROFISSÃO.

INTRODUÇÃO

A profissão docente exige muito mais do que o domínio de conteúdos específicos. Ser professor significa possuir **conhecimentos teóricos, científicos, pedagógicos e técnicos**, saber articulá-los à realidade escolar e desenvolver uma prática profissional fundamentada na reflexão, na pesquisa e na ética.

A formação docente, portanto, deve ser compreendida como um **processo permanente de construção de saberes**, que começa na formação inicial e continua durante toda a trajetória profissional.

Essa concepção aparece fortemente nas discussões de **Ilma Passos Alencastro Veiga**, para quem a formação e a profissionalização docente não podem ser reduzidas ao domínio técnico. A formação precisa estar vinculada à reflexão sobre a prática, à pesquisa e à compreensão da docência como uma profissão específica e socialmente comprometida.

IDEIA CENTRAL:

Formação docente = conhecimentos científicos + conhecimentos pedagógicos + técnica + prática + reflexão + pesquisa + ética + formação permanente.

1. O QUE SIGNIFICA FORMAÇÃO DOCENTE?

A formação docente é o processo pelo qual o professor constrói e desenvolve os conhecimentos, competências, habilidades, valores e atitudes necessários ao exercício profissional.

Ela possui duas grandes dimensões:

Formação inicial

É aquela realizada antes ou no ingresso profissional, principalmente por meio dos cursos de licenciatura e outras modalidades legalmente previstas.

Formação continuada

É aquela desenvolvida ao longo da carreira, permitindo atualização, aprofundamento, reflexão e aperfeiçoamento profissional.

DICA DE PROVA

Não pense:

Formação docente = faculdade + diploma.

Pense:

Formação docente = processo permanente de construção profissional.

2. BASES TEÓRICO-CIENTÍFICAS E TÉCNICAS

O professor precisa dominar diferentes tipos de saberes.

2.1. Saberes científicos

Relacionados ao conhecimento da área em que o professor atua.

Exemplo:

- Matemática → domínio dos conhecimentos matemáticos;
- História → domínio do conhecimento histórico;
- Língua Portuguesa → conhecimentos linguísticos e literários.

2.2. Saberes pedagógicos

Relacionados ao conhecimento sobre:

- ensino;
- aprendizagem;
- currículo;
- didática;
- avaliação;
- planejamento;
- desenvolvimento dos estudantes.

2.3. Saberes técnicos

Relacionados à capacidade de transformar conhecimentos em **ações pedagógicas concretas**.

Incluem:

- planejamento;
- seleção de metodologias;
- elaboração de atividades;
- utilização de recursos;
- avaliação;
- organização da sala de aula;
- uso pedagógico de tecnologias.

2.4. Saberes experienciais

São construídos no próprio exercício da profissão, por meio das experiências vivenciadas pelo professor.

Incluem:

- experiências em sala de aula;
- resolução de problemas;
- relações com estudantes;
- interação com colegas;
- participação na escola;
- reflexão sobre situações concretas.

★ MACETE

PROFESSOR COMPETENTE ≠ PROFESSOR QUE APENAS DOMINA O CONTEÚDO.

Ele precisa saber:

O QUE ENSINAR + COMO ENSINAR + PARA QUEM ENSINAR + POR QUE ENSINAR + COMO AVALIAR.

3. A FORMAÇÃO COMO PROCESSO PERMANENTE DE CONSTRUÇÃO DE SABERES

Essa é uma das **palavras-chave mais importantes** para sua prova.

A formação do professor não termina com a graduação.

A profissão exige:

- atualização;
- estudo;
- pesquisa;
- reflexão;
- troca de experiências;
- formação continuada;
- acompanhamento das mudanças sociais e educacionais;
- domínio de novas tecnologias e metodologias.

A própria LDB determina que a formação dos profissionais da educação tenha fundamentos como **sólida formação básica, associação entre teoria e prática, aproveitamento das experiências anteriores e formação permanente**.

DICA

Se a questão afirmar:

"A formação docente se encerra com a conclusão da licenciatura."

✗ ERRADO.

A formação é **contínua e permanente**.

4. NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO

O mundo educacional está em constante transformação.

O professor precisa acompanhar mudanças relacionadas

a:

- tecnologias digitais;
- novas formas de comunicação;
- metodologias de ensino;
- legislação educacional;
- currículo;
- avaliação;
- inclusão;
- diversidade;
- novas pesquisas;

- características das novas gerações.

Mas atenção:

Atualizar-se não significa abandonar os conhecimentos anteriormente construídos.

A atualização deve ocorrer mediante **aprofundamento, reflexão crítica e incorporação consciente de novos conhecimentos.**

5. BASE LEGAL DA FORMAÇÃO DOCENTE

5.1. Constituição Federal

A Constituição Federal estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, além de apresentar princípios relacionados à educação e à valorização dos profissionais do ensino.

5.2. LDB – Lei nº 9.394/1996

É uma das principais normas para estudar a formação docente.

Os arts. 61 a 67 tratam dos profissionais da educação.

Art. 61

Define os profissionais da educação escolar básica e estabelece fundamentos da formação.

Entre eles estão:

- sólida formação básica;
- conhecimento dos fundamentos científicos e sociais das competências de trabalho;
- associação entre teoria e prática;
- estágios supervisionados;
- capacitação em serviço;
- aproveitamento da formação e experiências anteriores.

A LDB recebeu alterações recentes, inclusive pela **Lei nº 15.326/2026**, que acrescentou regras relativas aos professores da Educação Infantil.

5.3. Art. 62 da LDB

Estabelece que a formação de docentes para atuar na Educação Básica será realizada, em regra, em **nível superior, em curso de licenciatura plena**.

A LDB admite, como formação mínima para o exercício do magistério na **Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental**, a formação em nível médio, na modalidade Normal.

PEGADINHA

✗ "A LDB exige obrigatoriamente licenciatura para absolutamente todas as situações de docência na Educação Básica."

CUIDADO!

Existe a exceção legal mencionada acima para Educação Infantil e os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental.

5.4. Art. 65

A LDB estabelece que a formação docente, **exceto para a educação superior**, incluirá prática de ensino de, no mínimo, **300 horas**.

⚠ **Atenção:** não confunda a regra geral da LDB com as cargas horárias e estruturas curriculares específicas estabelecidas pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial.

5.5. Art. 67

Trata da **valorização dos profissionais da educação**.

Entre os aspectos previstos estão:

- ingresso por concurso público de provas e títulos, nas redes públicas;
- aperfeiçoamento profissional continuado;
- piso salarial profissional;
- progressão funcional;
- condições adequadas de trabalho.

A legislação atual também prevê o período para realização de pesquisa na área da educação como parte do aperfeiçoamento profissional continuado.

6. DIRETRIZES CURRICULARES ATUAIS PARA A FORMAÇÃO INICIAL

⚠ ATENÇÃO PARA A ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA!

Atualmente, a principal referência nacional para a **formação inicial em nível superior** dos profissionais do magistério da Educação Básica é a **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**.

Ela estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para:

- cursos de licenciatura;
- formação pedagógica para graduados não licenciados;
- segunda licenciatura.

A resolução enfatiza a articulação entre:

teoria + prática + conhecimentos específicos + conhecimentos pedagógicos + dimensões científica, técnica, estética e ético-política.

Ela também compreende a formação inicial como um **processo dinâmico e complexo**, articulado à valorização profissional, à formação continuada e à carreira docente.

PEGADINHA ATUALIZADA

Se uma questão afirmar que a **Resolução CNE/CP nº 2/2019** continua sendo a norma geral vigente para a formação inicial de professores, cuidado.

A **Resolução CNE/CP nº 4/2024** revogou as Resoluções CNE/CP nº 2/2015, nº 2/2019 e nº 1/2020.

7. A PESQUISA NA PRÁTICA DOCENTE

A pesquisa é um elemento fundamental da profissionalização docente.

O professor não deve ser apenas um **executor de métodos e conteúdos produzidos por outras pessoas**.

Ele também pode:

- investigar sua própria prática;
- identificar problemas;
- formular perguntas;
- analisar situações;
- buscar evidências;
- experimentar alternativas;
- avaliar resultados;
- compartilhar conhecimentos.

Professor pesquisador

É aquele que desenvolve uma postura **investigativa e reflexiva** diante da realidade educacional.

8. PESQUISA E REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA

A pesquisa permite que o professor transforme situações vivenciadas em **objetos de reflexão e investigação**.

Exemplo:

20 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Um professor percebe que determinado grupo apresenta dificuldades persistentes de leitura.

Em vez de simplesmente concluir:

"Os alunos não estudam."

ele pode investigar:

- quais são as dificuldades específicas;
- quais estratégias estão sendo utilizadas;
- quais conhecimentos prévios os estudantes possuem;
- quais fatores interferem na aprendizagem;
- quais metodologias podem ser testadas;
- quais resultados aparecem após as intervenções.

Isso transforma a prática em **fonte de conhecimento profissional**.

9. REFLEXÃO DAS SITUAÇÕES VIVIDAS NO CAMPO DE ESTÁGIO

Essa palavra-chave é especialmente importante.

O estágio não deve ser compreendido apenas como:

"cumprimento de horas".

Ele representa uma oportunidade para o futuro professor:

- observar a realidade escolar;
- conhecer a organização da escola;
- acompanhar práticas docentes;
- relacionar teoria e prática;
- refletir sobre situações concretas;
- desenvolver conhecimentos profissionais;
- compreender desafios da profissão.

Fórmula:

ESTÁGIO = OBSERVAÇÃO + PARTICIPAÇÃO + REFLEXÃO + ARTICULAÇÃO TEORIA/PRÁTICA

10. TEORIA E PRÁTICA

Uma das ideias centrais na formação docente é a **indissociabilidade entre teoria e prática**.

Não se deve pensar:

✗ primeiro estudo toda a teoria e depois aplico mecanicamente na escola.

Nem:

✗ basta ter experiência prática, sem fundamentação teórica.

O ideal é compreender a relação:

///

8. AVALIAÇÕES EM EXTERNAS EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. 8.1. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaace). 8.2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). 8.3. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

1. INTRODUÇÃO

As **avaliações externas em larga escala** são instrumentos utilizados para produzir informações sobre a aprendizagem dos estudantes e sobre a qualidade dos sistemas educacionais.

São chamadas de **externas** porque não são elaboradas e aplicadas exclusivamente pelo professor da turma, e de **larga escala** porque abrangem grande número de estudantes, escolas ou redes.

No Brasil, destacam-se:

- **SPAACE** → sistema do Estado do Ceará;
- **SAEB** → sistema nacional brasileiro;
- **PISA** → avaliação comparativa internacional coordenada pela OCDE.

Essas avaliações permitem **diagnosticar, comparar, monitorar e subsidiar políticas educacionais**.

2. AVALIAÇÃO INTERNA × AVALIAÇÃO EXTERNA

Avaliação interna	Avaliação externa
Geralmente realizada pelo professor/escola	Coordenada por órgão ou instituição externa
Acompanha a aprendizagem da turma	Analisa sistemas, redes e etapas educacionais
Pode ocorrer continuamente	Segue metodologia padronizada
Pode ter caráter diagnóstico, formativo ou somativo	Geralmente produz indicadores de larga escala
Ex.: prova elaborada pelo professor	Ex.: Saeb e Spaace



DICA

Avaliação interna → olhar mais próximo da sala de aula.

Avaliação externa → olhar sobre a rede/sistema educacional.

3. FUNÇÕES DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

As avaliações externas não servem apenas para atribuir uma "nota".

Suas principais funções são:

1. Diagnóstica

Identificar o nível de aprendizagem dos estudantes.

2. Monitoramento

Acompanhar a evolução dos resultados ao longo do tempo.

3. Planejamento

Fornecer informações para orientar ações pedagógicas e administrativas.

4. Formulação de políticas públicas

Permitir que governos identifiquem problemas e definam estratégias.

5. Accountability / responsabilização

Produzir informações que possibilitem acompanhar resultados e responsabilidades dos sistemas educacionais.

6. Produção de indicadores

Gerar dados sobre aprendizagem, fluxo, equidade e qualidade educacional.

4. TIPOS DE AVALIAÇÃO

É importante não confundir **avaliação em larga escala** com as classificações tradicionais de avaliação pedagógica.

Avaliação diagnóstica

Busca identificar conhecimentos e dificuldades.

Antes ou durante o processo → descobrir o que o aluno sabe.

Avaliação formativa

Acompanha o processo de aprendizagem e permite intervenções.

Durante → acompanhar e corrigir rumos.

Avaliação somativa

Verifica resultados ao final de determinado período.

Final → verificar resultados.

Avaliação externa em larga escala

Tem como foco principal produzir informações padronizadas sobre **estudantes, escolas, redes ou sistemas**.

⚠ Pegadinha: uma avaliação externa não é necessariamente apenas "somativa". Seus resultados também podem ter função **diagnóstica e de monitoramento**.

5. SPAECE

Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

O SPAECE é o sistema de avaliação educacional do Estado do Ceará, implementado pelo Governo do Estado por meio da SEDUC desde 1992. É uma avaliação externa em larga escala que produz informações sobre competências, habilidades e níveis de proficiência dos estudantes.

Objetivos

O SPAECE busca:

- diagnosticar a aprendizagem;
- identificar níveis de proficiência;
- acompanhar a evolução do desempenho;
- subsidiar políticas educacionais;
- orientar ações pedagógicas;
- fornecer informações para gestores, professores e escolas.

A própria SEDUC destaca seu uso para **formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais**.

///

proficiência.

21. SPAECE × SAEB × PISA

Característica	SPAECE	SAEB	PISA
Abrangência	Ceará	Brasil	Internacional
Responsável	SEDUC/CE	Inep	OCDE
Natureza	Estadual	Nacional	Internacional
Periodicidade	Conforme desenho estadual	Bienal	Trienal
Foco	Educação básica pública cearense	Educação básica brasileira	Estudantes de ~15 anos
LP	Sim	Sim	Leitura
Matemática	Sim	Sim	Sim
Ciências	Não como foco principal do SPAECE	Presente em determinadas etapas/edições	Sim
Matriz de referência	Sim	Sim	Sim

Característica	SPAECE	SAEB	PISA
Proficiência	Sim	Sim	Sim
Indicador associado	Resultados do sistema	Ideb utiliza resultados do Saeb	Comparações internacionais

///

QUESTÕES DE PROVAS ESTILO UECE

SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SPAECE).

01. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - Física) O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE – foi implementado em 1992 pela Secretaria da Educação – SEDUC –, com o objetivo de promover um ensino de qualidade e equânime para todos os alunos da rede pública do Estado.

Considerando o SPAECE, analise as seguintes afirmações:

- Em 2007, a SEDUC ampliou a abrangência do SPAECE, incorporando a avaliação da alfabetização e expandindo a avaliação do Ensino Médio para as três séries, de forma censitária.
- No tocante aos 6º e 9º anos, o SPAECE avalia a proficiência dos alunos em leitura e a evolução do seu desempenho em matemática.
- A partir do 5º ano, o SPAECE aplica questionários contextuais junto a alunos, professores e diretores, que possibilitam a elaboração de indicadores relacionados ao perfil socioeconômico e hábitos de estudo.
- Os questionários destinados aos professores e diretores permitem traçar o perfil educacional, a experiência e a formação profissional, a prática docente e a gestão escolar dos envolvidos na área educacional.

É verdadeiro o que se afirma em

A I, III e IV apenas.

B I, II e III apenas.

C I, II, III e IV.

D II, III e IV apenas.

02. (2025 - Prefeitura de Quixeramobim - CE - Professor Polivalente Substituto) Considerando o SPAECE, analise as seguintes afirmações:

- Caracteriza-se como a avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática.
- SPAECE é o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará.
- Os três focos do SPAECE são: Avaliação da Alfabetização SPAECE- alfa (2º ano), Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º anos) e Avaliação do Ensino Médio (3º anos).

É verdadeiro o que se **afirma** em:

A Apenas I e II.

B Apenas II e III.

C Apenas I e III.

D Todos os itens são verdadeiros.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB).

03. (AOCF - Prefeitura de Vitória da Conquista - Professor Fundamental I – 2026) As avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), têm sido utilizadas no Brasil como instrumentos de acompanhamento da qualidade da educação, repercutindo de diferentes

22 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

maneiras no contexto escolar. A respeito das avaliações em larga escala, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Uso pedagógico dos resultados.
 2. Limitações dos indicadores educacionais.
 3. Finalidade no sistema educacional.
- () Possibilidade de subsidiar decisões relacionadas ao planejamento curricular e às práticas de ensino.
- () Produção de dados para acompanhamento e comparação de resultados educacionais.
- () Abrangência restrita quanto à compreensão de aspectos qualitativos do processo educativo.
- A 1 – 3 – 2.
- B 2 – 1 – 3.
- C 3 – 2 – 1.
- D 1 – 2 – 3.
- E 2 – 3 – 1.

04. (Prefeitura de Bom Jesus - Professor de Anos Iniciais – 2026) As avaliações externas em larga escala, como as que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tornaram-se ferramentas centrais nas políticas educacionais brasileiras. Sobre a natureza e os impactos dessas avaliações no cenário nacional, analise as assertivas a seguir:

- I. A avaliação externa tem como objetivo fornecer dados estatísticos que permitam o monitoramento da qualidade do ensino e a orientação de políticas públicas de investimento e formação docente.
- II. O resultado das avaliações em larga escala deve ser utilizado pela escola como um indicador para identificar lacunas de aprendizagem coletivas, auxiliando no redirecionamento das metas do Projeto Político-Pedagógico (PPP).
- III. A função primordial da avaliação externa é realizar a classificação individual de cada estudante, servindo como critério para a retenção ou a aprovação dos alunos ao final de cada ciclo.
- IV. Os resultados das avaliações externas devem substituir os critérios de avaliação processual do professor, uma vez que as matrizes de referência nacionais são mais precisas do que a observação diária em sala de aula.

Quais estão corretas?

- A Apenas I e II.
- B Apenas I e III.
- C Apenas II e IV.
- D Apenas III e IV.

05. (SED - Professor - Área: Artes – 2026) Sobre a relação entre as matrizes de referência do Saeb e o currículo escolar, analise as afirmativas. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

- () As matrizes de referência do Saeb são recortes de competências e habilidades construídos para fins de aferição e interpretação de resultados, não equivalendo ao currículo escolar em sua amplitude.
- () A reorganização curricular com base nas matrizes de referência é prática compatível com as diretrizes do Saeb quando a escola apresenta resultado abaixo da média nacional, pois a concentração nas habilidades avaliadas constitui estratégia reconhecida de recuperação de proficiência.
- () O currículo escolar é mais amplo do que a matriz de referência, e a concentração das aprendizagens nas habilidades avaliadas externamente não é autorizada pelas diretrizes do sistema nacional de avaliação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- A V – F – F.
- B V – F – V.
- C V – V – F.
- D F – F – V.
- E F – V – V.

06. (FGV - Prefeitura de São José dos Campos - Professor I – 2026) O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é uma estratégia governamental de acompanhamento da qualidade da educação em todo o país, por meio de informações sobre professores e estudantes.

Assinale a opção que apresenta um dos **objetivos do SAEB**.

- A Fornecer dados relativos à preparação dos estudantes para exames internacionais.
- B Avaliar a qualidade do ensino e dispor sobre bônus salariais docentes.
- C Oferecer subsídios teóricos e financeiros para pesquisas em educação.
- D Estruturar políticas públicas a fim de promover melhorias para a educação.
- E Traduzir dados em forma de indicadores que auxiliem a entender a educação nacional.

07. (IFCE - Professor - Área: Currículo E Estudos Aplicados Ao Ensino E Aprendizagem – 2026) A respeito do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O SAEB é um sistema de avaliação externa em larga escala.
- () Desde quando foi criado, o interesse do SAEB é avaliar o ensino fundamental em turmas de 2º, 5º e 9º anos em escolas públicas e privadas, e o ensino médio em turmas de 3ª e 4ª séries de escolas públicas e privadas.
- () Todas as escolas de ensino fundamental participam da avaliação.
- () As turmas de Educação de Jovens e Adultos participam da avaliação.

- A F – F – V – V.
- B V – F – F – F.
- C V – V – V – F.
- D V – F – F – V.
- E F – V – V – F.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA).

08. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - Língua Portuguesa) O Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA – tem como objetivo avaliar

- A os sistemas educacionais no mundo por meio de uma série de **testes** em assuntos de leitura, matemática e ciências.
- B as redes escolares nos países da América Latina e Europa, no tocante ao seu desempenho acadêmico e gestão educacional.
- C os currículos escolares dos países em desenvolvimento, verificando seu nível de eficiência com relação à área de ciências e suas tecnologias.
- D os sistemas educacionais europeus e americanos, por meio de testes relacionados com língua materna e matemática.

09. (CORE MT - Agente Fiscal – 2024) Uma das principais avaliações internacionais de educação, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) incluiu questões que mediram um dos índices pela primeira vez de

estudantes de 15 anos na resolução de problemas sociais e científicos. Entre os 56 países participantes (membros da OCDE e parceiros), o Brasil está na 44ª posição. Mais da metade dos alunos brasileiros de 15 anos de idade (54,3%) apresentou um baixo nível no referido índice, ao tentar solucionar problemas sociais e científicos apresentados em uma prova internacional de conhecimentos.

O índice a que se refere o texto é sobre a

- A interpretação textual.
- B resolução matemática.
- C criatividade dos participantes.
- D competência em ciências.
- E escrita enfadonha.

Gabarito: 01/A; 02/D; 03/A; 04/A; 05/B; 06/E; 07/B; 08/A; 09/C
///

10. DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ: ENSINO MÉDIO

RESUMO COMPLETO PARA CONCURSOS

1. O que é o DCRC?

O Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) é um documento que **orienta e subsidia as instituições de ensino do Ceará na construção e organização de suas propostas curriculares**, articulando as orientações nacionais às especificidades do Estado.

Sua elaboração está relacionada às exigências da Constituição Federal, da LDB, das Diretrizes Curriculares Nacionais, da BNCC e das políticas educacionais estaduais.

 Para memorizar:

BNCC → referência nacional

DCRC → referência curricular do Ceará

O DCRC **não substitui a BNCC**. Ele promove sua contextualização e operacionalização no contexto educacional cearense.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O DCRC está relacionado principalmente a:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;
- Plano Nacional de Educação – PNE;
- Plano Estadual de Educação – PEE;
- Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN;
- BNCC;
- legislação específica do Ensino Médio.

O próprio documento destaca que sua construção decorre, entre outros fundamentos, do **art. 210 da Constituição Federal e do art. 26 da LDB**.

3. ANTECEDENTES DO DCRC NO CEARÁ

 **Ponto interessante para prova!**

O DCRC não surgiu do nada.

O Ceará já possuía documentos curriculares anteriores, entre eles:

Escola Viva — 2000

Apresentava competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, mas não detalhava da mesma maneira os objetos de conhecimento.

Escola Aprendente — 2008

Apresentava conteúdos e **objetos de conhecimento organizados por séries do Ensino Médio**.

DCRC

Representa uma **continuidade da construção curricular cearense**, agora articulada ao contexto da BNCC e das mudanças do Ensino Médio.

 **DICA**

Escola Viva → 2000

Escola Aprendente → 2008

DCRC → continuidade dessa trajetória curricular

4. RELAÇÃO ENTRE BNCC E DCRC

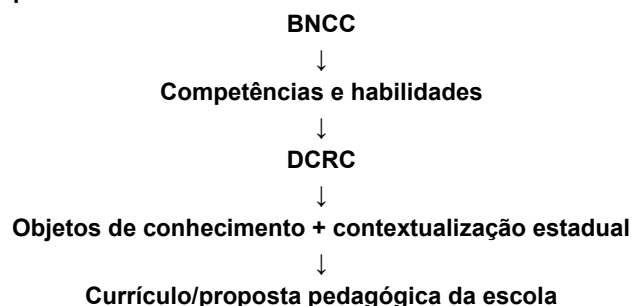
Essa é uma das partes mais importantes.

A **BNCC** define direitos de aprendizagem e desenvolvimento e organiza a Educação Básica por **competências e habilidades**.

O DCRC parte dessas referências e procura **contextualizá-las para a realidade do Ceará**.

O documento explica que a BNCC é a referência normativa maior e que, no DCRC, a operacionalização ocorre por meio dos **objetos de conhecimento**, organizados ao longo das séries.

Esquema:



5. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O DCRC, assim como a BNCC, organiza o currículo a partir de **competências e habilidades**.

Competência

É a mobilização de:

- conhecimentos;
- habilidades;
- atitudes;
- valores;

para enfrentar situações complexas da vida cotidiana, da cidadania e do mundo do trabalho.

Habilidade

Relaciona-se àquilo que o estudante deve ser capaz de **mobilizar e realizar**, envolvendo dimensões cognitivas, práticas e socioemocionais.

O documento reproduz a concepção de competência da BNCC como mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

///

21. DCRC × BNCC × DCNEM × LDB

Documento	Função principal
LDB	Estabelece as diretrizes e bases da educação
DCNEM	Orienta princípios, organização e desenvolvimento do Ensino Médio

24 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Documento	Função principal
BNCC	Define aprendizagens essenciais, competências e habilidades
DCRC	Contextualiza e organiza essas referências para a realidade do Ceará
PPP	Materializa as escolhas pedagógicas da escola

MACETE:

LDB → LEI

DCNEM → DIRETRIZES

BNCC → BASE

DCRC → REFERENCIAL DO CEARÁ

PPP → ESCOLA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Teoria, legislação, apontamentos, dicas, pegadinhas e 75 questões de provas estilo

UECE/FUNECE (comentadas e/ou gabaritadas)

Prof. Armando Martins



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Administração Pública: conceitos, princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública	1
Evolução histórica das reformas administrativas no Brasil	6
Modelos da Administração Pública: patrimonialismo, burocrático e gerencial	10
Administração Pública na Constituição brasileira atual: disposições gerais e servidores públicos	13
Normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999	31
Organização e divisão da Administração Pública: diferença entre órgãos, fundos e entidades integrantes da Administração Pública brasileira	16
Características e entidades da Administração Direta e Indireta	19
Controle da Administração Pública: controle administrativo e controle legislativo	24
Poderes da Administração Pública: poder vinculado, poder discricionário, poder normativo, poder hierárquico, poder disciplinar e poder de polícia	27
Plano Nacional de Educação: Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026.	37
Estrutura Organizacional do Governo do Estado do Ceará: Modelo de Gestão do Poder Executivo do Estado do Ceará e Guia Modelagem de Estrutura Organizacional (2ª edição, julho 2021)	67
Código de Ética e Conduta Administração Pública do Estado do Ceará	98
Estatuto dos Servidores do Estado do Ceará - Lei nº 9.826/197499	

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INTRODUÇÃO

A Administração Pública se refere ao conjunto de órgãos, entidades e servidores que exercem as funções do Estado, atuando na implementação e na execução de políticas públicas. Ela desempenha um papel crucial na gestão dos interesses coletivos, na promoção do bem comum e na prestação de serviços essenciais à sociedade. (2024 - Prefeitura de Guabiruba - SC - Agente Administrativo)

2. CONCEITOS

2.1. Conceito de Administração Pública segundo os principais doutrinadores

✓ Hely Lopes Meirelles

Administração Pública é o **conjunto de serviços, órgãos e agentes** que realizam atividades administrativas para atendimento do interesse coletivo.

✓ Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Administração Pública é o **conjunto de órgãos e entidades** aos quais a lei confere competência para o desempenho da função administrativa.

✓ Celso Antônio Bandeira de Mello

Administração Pública é o **aparelho estatal** que exerce função administrativa, representando o **poder público em atuação concreta**

2.2. Administração Pública em sentido OBJETIVO (material ou funcional)

Refere-se à **atividade** que o Estado exerce. => **Quem realiza as atividades**

Conceito

É o **conjunto das atividades** que o Estado desempenha para:

- atender ao interesse público,
- executar políticas públicas,
- prestar serviços,
- fiscalizar,
- regulamentar setores da sociedade.

Foco: o que a Administração faz.

Exemplos:

- Fiscalizar trânsito
- Emitir documentos
- Prestar serviços de saúde
- Construir obras públicas
- Realizar licitações
- Aplicar sanções administrativas

2.3. Administração Pública em sentido SUBJETIVO (orgânico ou formal)

Refere-se às **pessoas, órgãos e entidades** que exercem a função administrativa. => **O que realiza**

Conceito

É o **conjunto de órgãos, entidades e agentes** que integram a estrutura do Estado e que exercem funções administrativas.

Foco: quem faz a Administração.

De acordo com o critério orgânico, administração pública designa o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas responsáveis por funções administrativas. (BRASPE - 2024 - STJ - Analista Judiciário - Área: Administrativa)

Inclui:

- Administração Direta (União, Estados, DF, Municípios e seus órgãos)
- Administração Indireta:
 - Autarquias
 - Fundações públicas
 - Empresas públicas
 - Sociedades de economia mista

2.4. Administração Pública: Sentido AMPLO x sentido ESTRITO**Sentido amplo**

Administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas. Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em **sentido amplo**, ou seja: A estrutura organizacional do Estado, em seus poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e níveis (União, Estados-membros e Municípios). (*Câmara de Araguaçaz - Assistente Administrativo - 2024*)

A administração define-se como qualquer ação em que se determinam os destinos de recursos ou execução de objetivos. Trata-se, portanto, de qualquer circunstância em que indivíduos sejam levados a organizar elementos na intenção de realizar algum projeto. (*CONSULPAM - ICTIM - Técnico Administrativo I - 2023*)

Inclui:

- Administração Pública **política** (Chefe do Executivo, Ministros, Secretários)
- Administração **técnica** (burocrática, **executora**)

Sentido estrito

Em sentido estrito, a administração pública compreende, sob o aspecto subjetivo, apenas os órgãos administrativos, excluídos os órgãos governamentais. (CESPE/CEBRASPE - CAPES - Analista - Ciência e Tecnologia - 2024)

Apenas a **Administração técnica**, ou seja:

- Órgãos executivos
- Autarquias
- Fundações
- Entidades dependentes
- Servidores e agentes administrativos

Pegadinha UECE

➡ Administração Pública **não se confunde com Governo**.

Governo	Administração Pública
Função política	Função administrativa
Define diretrizes	Executa políticas públicas
Poder de comando	Atividade operacional

SENTIDO AMPLO (Governo + Administração Pública <i>stricto sensu</i>)	Subjetivo*	Órgãos, entidades e agentes governamentais e administrativos.
	Objetivo**	Funções política e administrativa.
SENTIDO RESTRITO (apenas Administração Pública <i>stricto sensu</i>)	Subjetivo*	Somente órgãos, entidades e agentes administrativos.
	Objetivo**	Somente função administrativa.

* Sentido subjetivo, orgânico ou formal

* Sentido objetivo, funcional ou material

2.5. Administração Pública: Função x Órgãos x Pessoal**Função administrativa**

✓ É a atividade típica do Executivo, mas também exercida pelo Legislativo e Judiciário quando atuam administrativamente.

✓ Órgãos administrativos

Unidades internas das pessoas jurídicas do Estado (ex.: ministérios, secretarias).

✓ Pessoas administrativas

São os entes da Administração Direta e Indireta.

✓ Agentes públicos

Qualquer pessoa que exerce função pública (políticos, servidores, delegados, temporários etc.).

2.6. Administração Pública e o Regime Jurídico Administrativo

A Administração Pública:

- persegue o **interesse público**,
- está sujeita a princípios (art. 37 caput – **LIMPE**: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência),
- usa prerrogativas (poder de polícia, autotutela, presunção de legitimidade),
- possui restrições (licitação, controle, responsabilidade do Estado).

2.7. RESUMO

Administração Pública é o conjunto de **órgãos, entidades, agentes e atividades** que o Estado utiliza para executar funções administrativas e atender ao interesse público.

Ela pode ser vista de duas formas:

- **Sentido objetivo** → o que a Administração **faz**
- **Sentido subjetivo** → quem **faz** a Administração

Inclui:

- Administração Direta
- Administração Indireta
- Agentes públicos
- Funções administrativas
- Princípios e regras de Direito Administrativo

DICA: Administração Pública, em SENTIDO ESTRITO, só inclui os órgãos e as pessoas jurídicas que exercem função meramente administrativa, de execução dos programas de governo. Ficam excluídos os órgãos políticos e as funções políticas de elaboração das políticas públicas. Administração Pública, em sentido FORMAL, SUBJETIVO OU ORGÂNICO, é o conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes que o ordenamento jurídico identifica como Administração Pública, não importa a atividade que exerçam.

2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS (ART. 37, CAPUT, CF) - LIMPE**L – Legalidade**

O administrador só pode agir quando a lei autoriza.

Particular: pode fazer tudo que a lei não proíbe.

Administrador: só pode fazer o que a lei permite.

Pegadinha: ➡ O princípio da legalidade é mais rígido para a Administração Pública.

I – Impessoalidade

A atuação administrativa deve buscar o interesse público.

Proíbe:

- Promoção pessoal de autoridades.
- Favorecimentos.
- Perseguições.

Pegadinha: Publicidade de obras públicas com nome ou foto do gestor viola a impessoalidade.

M – Moralidade

Exige ética, honestidade e boa-fé.

Nem tudo que é legal é moral.

Pegadinha: A moralidade administrativa possui valor jurídico e pode ser controlada pelo Judiciário.

P – Publicidade

Os atos administrativos devem ser divulgados.

Objetivos:

- Transparência.
- Controle social.

26 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

- Produção de efeitos.
- Exceções:
- Segurança nacional.
- Investigações sigilosas.
- Proteção da intimidade.

Pegadinha: Publicidade não significa divulgação irrestrita.

E – Eficiência

Introduzido pela EC nº 19/1998.

Busca:

- Qualidade.
- Rapidez.
- Economia.
- Resultados.

Pegadinha

Eficiência não permite descumprir a legalidade.

3. PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS

Supremacia do Interesse Público

O interesse coletivo prevalece sobre o individual.

Exemplos:

- Desapropriação.
- Poder de polícia.

Pegadinha: Não é princípio absoluto.

Indisponibilidade do Interesse Público

O administrador não é dono do interesse público.

Não pode:

- Renunciar direitos públicos sem autorização legal.
- Agir conforme vontade pessoal.

Continuidade do Serviço Público

Os serviços públicos devem funcionar continuamente.

Pegadinha: Nem toda greve é proibida, mas devem ser preservados os serviços essenciais.

Autotutela

A Administração pode:

- Anular atos ilegais.
- Revogar atos inconvenientes ou inoportunos.

Base:

- Súmulas 346 e 473 do STF.

Pegadinha Clássica UECE

Anular	Revogar
Illegalidade	Conveniência e oportunidade
Produz efeitos retroativos	Não retroage
Controle de legalidade	Mérito administrativo

Razoabilidade e Proporcionalidade

Exigem equilíbrio entre meios e fins.

Pegadinha: A sanção aplicada deve ser proporcional à infração.

4. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Administração Direta

Formada pelos entes federativos:

- União
- Estados
- Distrito Federal
- Municípios

Exercida por seus órgãos.

Administração Indireta

Criada por lei para descentralizar atividades.

Entidades

Autarquias

- Pessoa jurídica de direito público.
- Ex.: INSS.

Fundações Públicas

- Podem ter personalidade pública ou privada.

Empresas Públicas

- Capital 100% público.
- Ex.: Caixa Econômica Federal.

Sociedades de Economia Mista

- Capital misto.
- Controle estatal.
- Ex.: Banco do Brasil.

Pegadinha UECE

Empresa Pública	Sociedade de Economia Mista
Capital totalmente público	Capital misto
Qualquer forma societária	Apenas S.A.

5. PODERES ADMINISTRATIVOS

Poder Vinculado

A lei determina todos os requisitos.

Não há liberdade de escolha.

Poder Discricionário

Há margem para:

- Conveniência.
- Oportunidade.

Pegadinha: Discricionariedade não significa arbitrariedade.

Poder Hierárquico

Permite:

- Delegação.
- Avocação.
- Fiscalização.

Poder Disciplinar

Aplicação de sanções a servidores e particulares vinculados à Administração.

Poder de Polícia

Limita direitos individuais em favor do interesse coletivo.

Exemplos:

- Multas.
- Fiscalizações.
- Licenças.

Pegadinha: Poder de polícia não se confunde com polícia judiciária.

6. AGENTES PÚBLICOS

São todas as pessoas que exercem função pública.

Espécies:

- Agentes políticos.
- Servidores públicos.
- Empregados públicos.
- Particulares em colaboração.

Pegadinha

Empregado público é regido pela CLT, mas ingressa por concurso público.

RESUMÃO

LIMPE

- ✓ Legalidade
- ✓ Impessoalidade
- ✓ Moralidade

✓ Publicidade

✓ Eficiência

Súmula 473 STF

A Administração pode:

- Anular atos ilegais.
- Revogar atos inconvenientes ou inoportunos.

Administração Indireta

✓ Autarquia

✓ Fundação

✓ Empresa Pública

✓ Sociedade de Economia Mista

CUIDADO NAS PROVAS

- ✗ Governo ≠ Administração Pública
- ✗ Discricionariedade ≠ Arbitrariedade
- ✗ Eficiência ≠ liberdade para descumprir a lei
- ✗ Publicidade ≠ divulgação irrestrita
- ✗ Interesse público ≠ princípio absoluto
- ✗ Revogação ≠ anulação

Macete Final UECE

"LIMPE a Administração e AUTOTUTELE seus atos."

- LIMPE → princípios constitucionais.
- Autotutela → anula ilegalidades e revoga atos inconvenientes.

QUESTÕES DE PROVAS

01. (Administrador – 2023) No que tange à Administração Pública, analise as sentenças:

- () A Administração compreende todo o aparato existente (estrutura e recursos; órgãos e agentes; serviços e atividades) à disposição dos governos para a realização de seus objetivos políticos e do objetivo maior e primordial do Estado.
- () A Administração Pública, em sentido amplo, compreende: o Governo (que toma as decisões políticas), a estrutura administrativa e a administração (que executa essas decisões). Em sentido estrito, compreende apenas as funções administrativas de execução das atividades.
- () Administração Pública é o ramo da Administração aplicada nas Administrações direta e indireta das três esferas (ou níveis) de Governo: Federal, Estadual e Municipal.
- () Administração Pública corresponde às atividades desenvolvidas pelos entes públicos, dentro dos limites legais, com a finalidade de prestar serviços ao Estado e a sociedade em prol do bem comum.
- () Administração Pública corresponde ao conjunto de pessoas jurídicas e órgãos públicos criado para realizar a função administrativa do Estado, cujas atividades são desempenhadas pelos seus agentes – portanto, nesse sentido, temos as pessoas jurídicas de Direito Público Interno, as pessoas jurídicas da Administração indireta, os órgãos da Administração direta e os agentes públicos.

Após a análise das sentenças, e considerando V (verdadeiro) e F (falso), assinale a alternativa correspondente:

A V, V, V, V, V.

B V, F, F, V, V.

C F, V, F, V, F.

D F, F, V, V, F.

E F, F, F, F, F.

02. (2025 - Prefeitura de Rio Negro - PR - Procurador Municipal) Conforme a doutrina, assinalar a alternativa que representa o conceito de Administração Pública **Extroversa**.

- A Significa o complexo das vinculações internas envolvendo agentes públicos, órgãos estatais e entidades administrativas.
- B É o conjunto de relações jurídicas externas entre o poder público e os administrados.
- C É o que corresponde aos organismos internacionais.

D É a maneira com que a administração lida com os estados do exterior.

Explicação didática

A doutrina distingue dois sentidos específicos:

Administração Pública Introversa

- Refere-se às **relações internas** da Administração.
- Envolve:

✓ órgãos

✓ agentes

✓ entidades públicas

✓ vínculos hierárquicos e funcionais

- **Relações Estado → Estado (internamente).**

Administração Pública Extroversa

• Refere-se às **relações externas**, ou seja, **entre o Estado e os administrados**.

- Envolve:

✓ prestação de serviços

• ✓ poder de polícia

• ✓ contratos administrativos

• ✓ atuação perante particulares

- **Relações Estado → Sociedade.**

Análise das alternativas incorretas

A – Incorreta

"Vinculações internas envolvendo agentes públicos, órgãos e entidades".

✗ Isso define **Administração Pública Introversa**, não a extroversa.

C – Incorreta

Organismos internacionais não têm relação com esse conceito doutrinário.

D – Incorreta

Relações com estados estrangeiros se referem à **administração diplomática**, não à administração extroversa.

Introversa: Relações **internas** dentro da Administração

Extroversa: Relações **externas** com os administrados

03. (2025 – Pref. Catas Altas - MG - Auxiliar de Administração) No seu sentido amplo, a administração pública engloba não apenas as atividades meramente administrativas do Estado, mas também as suas _____. No sentido amplo, além das funções administrativas, a Administração pública elabora _____ por meio dos órgãos do governo, estabelecendo diretrizes e programas de ação governamental, planos de atuação do governo e fixação das políticas públicas. No sentido estrito, a Administração pública restringe-se ao conjunto de órgãos e agentes estatais que exercem a atividade meramente administrativa.

A atividades políticas e políticas públicas.

B ações governamentais e conjunto de órgãos.

C decisões e plano de governo.

D Normas e atos de caráter administrativo.

04. (2025 – Pref. Porto Alegre - RS - Auditor Fiscal da Receita Municipal) Em relação ao conceito de Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material, analise as seguintes assertivas:

I. Em sentido orgânico, a Administração Pública é caracterizada pelas pessoas políticas públicas, pelos órgãos do Executivo e pelas pessoas administrativas lato sensu, mas não por órgãos do Legislativo e do Judiciário.

II. Em termos materiais, caracteriza a Administração Pública o poder de polícia, a administração ordenadora, a prestação de serviços públicos, a intervenção, o fomento, e a participação na atividade econômica privada.

III. Quanto ao regime jurídico da Administração (conceito formal), descrito no art. 37, caput, da Constituição da República, o princípio da legalidade determina que a Administração somente poderá executar as leis elaboradas pelo Poder Legislativo.

28 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

IV. O princípio da publicidade, entendido como dever de transparência, exterioriza a impessoalidade (na modalidade da imparcialidade).

Quais estão corretas?

- A Apenas I e II.
- B Apenas I e III.
- C Apenas II e III.
- D Apenas II e IV.
- E Apenas III e IV.

05. (2024 - Câmara de Petrolina de Goiás - GO - Controlador Interno) A administração pública pode ser definida, objetivamente, como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar os interesses coletivos. Assim, considerando os conceitos relacionados à Administração pública, está incorreto o que se afirma em:

- A Administração pública é o planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, segundo as normas do direito e da moral, visando ao bem comum.
- B Administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas.
- C Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus poderes (Executivo e Judiciário) e níveis (União e Estados-membros).
- D Quando se fala em aparelhamento do Estado, automaticamente imaginamos a estrutura do Estado voltada para atendimento de suas tarefas essenciais, visando o bem comum. É a organização definida pelo governo que através da prestação de seus serviços busca atender a expectativa da população que lhe concedeu o poder.

Gabarito: 01/A; 02/B; 03/A; 04/D; 05/C

QUESTÕES COMENTADAS

1. Sobre o princípio da legalidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) O administrador público pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- B) O administrador público somente pode agir quando houver autorização legal.
- C) O administrador pode agir livremente em situações urgentes.
- D) A legalidade aplica-se apenas aos atos vinculados.

Comentário

Na Administração Pública vigora a **legalidade estrita**: o agente público só pode atuar conforme autorização legal.

Pegadinha: a alternativa A refere-se ao particular.

////

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO BRASIL

INTRODUÇÃO

A evolução da Administração Pública brasileira está diretamente relacionada às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no país. Ao longo da história, o Estado brasileiro passou por diversas reformas administrativas com o objetivo de modernizar sua estrutura, aumentar a eficiência dos serviços públicos, combater práticas inadequadas e adaptar-se às novas demandas da sociedade.

Em provas da UECE e de outras bancas, o tema costuma ser cobrado por meio da comparação entre os modelos **Patrimonialista, Burocrático e Gerencial**, além das reformas promovidas principalmente em **1936 (Era Vargas)** e **1995 (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado)**.

1. MODELO PATRIMONIALISTA

Características

Foi o primeiro modelo predominante no Brasil, especialmente durante o período colonial, imperial e início da República.

Nesse sistema:

- Não havia separação clara entre patrimônio público e privado.
- O governante tratava o Estado como extensão de seus interesses pessoais.
- Eram comuns:
 - Nepotismo;
 - Clientelismo;
 - Favoritismo;
 - Corrupção;
 - Apadrinhamento político.

Exemplo

Um governante nomeava parentes para cargos públicos sem qualquer critério técnico.

Pegadinha de Prova

Muitas bancas afirmam que o patrimonialismo possui:

- ✗ Impessoalidade
- ✗ Meritocracia
- ✗ Profissionalização

Na verdade, essas características pertencem ao modelo burocrático.

2. REFORMA BUROCRÁTICA (ERA VARGAS)

Contexto

A partir da década de 1930, o crescimento do Estado exigiu maior organização administrativa.

Em 1936 iniciou-se a Reforma Burocrática inspirada nas ideias de Max Weber.

Em 1938 foi criado o:

=>**DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público**

Objetivos

Combater:

- Nepotismo;
- Corrupção;
- Patrimonialismo.

Implantar:

- Profissionalização;
- Concurso público;
- Hierarquia;
- Formalização;
- Impessoalidade;
- Controle dos procedimentos.

Características do Modelo Burocrático

- ✓ Separação entre público e privado.
- ✓ Valorização do mérito.
- ✓ Formalismo.
- ✓ Carreiras públicas.
- ✓ Controle rígido dos atos administrativos.

Vantagens

- Redução do favoritismo.
- Maior profissionalização.

Problemas

Com o tempo surgiram:

- Excesso de papelada;
- Lentidão;
- Rigidez excessiva;
- Foco exagerado nos procedimentos.

Pegadinha UECE

A banca frequentemente pergunta:

"Qual modelo introduziu concurso público e profissionalização?"

Resposta:

☒ Modelo burocrático.

3. DECRETO-LEI Nº 200/1967

Contexto

Durante o Regime Militar.

Considerado por muitos autores a primeira grande tentativa de modernização da Administração Pública brasileira.

Principais Inovações

Descentralização

Ampliação da Administração Indireta:

- Autarquias;
- Empresas Públicas;
- Sociedades de Economia Mista;
- Fundações Públicas.

Planejamento

Maior preocupação com resultados administrativos.

Coordenação

Integração entre órgãos governamentais.

Importância para provas

O Decreto-Lei 200/67 representa uma transição entre o modelo burocrático clássico e ideias que mais tarde influenciariam a Administração Gerencial.

4. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição ampliou significativamente as responsabilidades do Estado.

Passou a garantir diversos direitos sociais:

- Saúde;
- Educação;
- Assistência social;
- Previdência.

Consequência

A máquina pública cresceu.

Isso aumentou a necessidade de eficiência e controle dos gastos públicos.

5. REFORMA GERENCIAL DE 1995

Marco Histórico

Governo Fernando Henrique Cardoso.

Ministro:

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Criador do:

Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)

Objetivos da Reforma

Aumentar:

- ✓ Eficiência
- ✓ Qualidade dos serviços
- ✓ Controle por resultados
- ✓ Responsabilização dos gestores
- ✓ Flexibilidade administrativa

Ideia Central

O Estado deveria controlar resultados, não apenas procedimentos.

Mudança de Foco

Modelo Burocrático

Pergunta:

"O procedimento foi seguido?"

Modelo Gerencial

Pergunta:

"O resultado foi alcançado?"

O CONCEITO DE PUBLICIZAÇÃO

Segundo Bresser-Pereira:

A publicização consiste na transferência da execução de determinados serviços públicos não exclusivos do Estado para entidades do chamado:

Terceiro Setor

ou

Setor Público Não Estatal

Exemplos:

- Saúde;
- Educação;
- Pesquisa científica;
- Cultura.

Pegadinha Clássica

Publicização NÃO é:

✗ Privatização.

Privatização transfere atividade ao setor privado visando exploração econômica.

Publicização transfere a execução para entidades sem fins lucrativos vinculadas ao **interesse público**.

6. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/1998

Conhecida como:

Reforma Administrativa

Principal Mudança

Inclusão do princípio da:

EFICIÊNCIA

no artigo 37 da Constituição.

Consequências

- Avaliação de desempenho.
- Gestão por resultados.
- Maior preocupação com produtividade.

7. MODELO GERENCIAL

Características

- ✓ Eficiência.
- ✓ Qualidade.
- ✓ Flexibilidade.
- ✓ Avaliação de desempenho.
- ✓ Controle de resultados.
- ✓ Cidadão visto como usuário dos serviços.
- ✓ Descentralização administrativa.

Questão Clássica

O modelo gerencial surgiu como resposta:

- À globalização;
- Ao crescimento das funções do Estado;
- Ao avanço tecnológico;
- À necessidade de melhorar serviços públicos.

Essa foi exatamente a lógica cobrada na questão da UNIFAP (2026).

8. CRÍTICAS AO MODELO GERENCIAL

Tema crescente em concursos.

Segundo Paes de Paula (2005):

A Administração Gerencial apresenta limitações.

Principais Críticas

Centralização das decisões

Apesar do discurso modernizador, muitas decisões permanecem concentradas.

Baixa participação popular

Não estimula suficientemente mecanismos participativos.

Modelo importado

Inspirado em experiências estrangeiras.

Ênfase excessiva na estrutura

30 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Maior preocupação com eficiência administrativa do que com aspectos sociais e políticos.

QUADRO COMPARATIVO

Patrimonialista	Burocrático	Gerencial
Interesse privado mistura-se ao público	Separação público/privado	Foco em resultados
Nepotismo	Meritocracia	Eficiência
Clientelismo	Formalismo	Flexibilidade
Corrupção elevada	Controle dos procedimentos	Controle por desempenho
Ausência de profissionalização	Concurso público	Avaliação de desempenho

////

MODELOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PATRIMONIALISMO, BUROCRÁTICO E GERENCIAL

INTRODUÇÃO

A Administração Pública evoluiu ao longo da história para atender às necessidades da sociedade e corrigir problemas dos modelos anteriores. No Brasil, três modelos são tradicionalmente estudados:

1. **Patrimonialista**
2. **Burocrático**
3. **Gerencial**

É importante entender que os modelos não desapareceram totalmente quando surgiu o seguinte. Atualmente, ainda existem traços dos três na Administração Pública brasileira, embora o modelo predominante seja o **gerencial**.

1. MODELO PATRIMONIALISTA

Conceito

É o modelo mais antigo de Administração Pública.

Caracteriza-se pela ausência de separação entre o patrimônio público e o patrimônio privado do governante.

O Estado é tratado como propriedade pessoal dos detentores do poder.

Principais Características

- Nepotismo.
- Clientelismo.
- Favoritismo.
- Corrupção.
- Apadrinhamento político.
- Confusão entre público e privado.
- Ausência de meritocracia.
- Cargos distribuídos por interesses pessoais.

Exemplo

Um prefeito nomeia parentes para cargos públicos apenas por confiança pessoal, sem critérios técnicos.

Vantagens

Do ponto de vista administrativo moderno, praticamente não possui vantagens relevantes.

Alguns autores apontam apenas:

- Decisões rápidas.
- Pouca burocracia.

Desvantagens

- Corrupção elevada.
- Ineficiência administrativa.
- Falta de profissionalização.

- Desrespeito ao interesse público.
- Favorecimento pessoal.

Palavra-chave de prova

Confusão entre patrimônio público e privado.

Pegadinha

A banca troca características:

- ✗ Concurso público
- ✗ Impessoalidade
- ✗ Profissionalização

Essas características pertencem ao modelo burocrático.

2. MODELO BUROCRÁTICO

Conceito

Surge para combater os problemas do patrimonialismo.

Foi inspirado nas ideias do sociólogo alemão **Max Weber**.

No Brasil, consolidou-se durante a Era Vargas, especialmente com a criação do:

DASP (1938)

Departamento Administrativo do Serviço Público.

Objetivos

- Combater corrupção.
- Combater nepotismo.
- Garantir profissionalização.
- Valorizar o mérito.

Principais Características

- **Impessoalidade**
Os atos são praticados em nome do Estado.
- **Formalismo**
Procedimentos rigorosamente definidos.
- **Hierarquia**
Existência de níveis de autoridade.
- **Profissionalização**
Valorização da capacitação técnica.
- **Meritocracia**
Ingresso mediante concurso público.
- **Controle dos Procedimentos**
Fiscalização constante do cumprimento das normas.
- **Valorização da meritocracia**
- **Administração focada no desenvolvimento**
- **Foco na eficiência**

Vantagens

- Redução da corrupção.
- Separação entre público e privado.
- Maior segurança jurídica.
- Profissionalização do serviço público.
- Impessoalidade.

Desvantagens

- Excesso de formalismo.
- Lentidão.
- Rigidez administrativa.
- Foco excessivo nos meios.
- Excesso de papelada.

Palavra-chave de prova

Controle dos procedimentos.

Pegadinha

O modelo burocrático busca:

✓ Cumprir regras.

Não necessariamente:

✓ Produzir resultados.

O foco em resultados é típico do modelo gerencial.

3. MODELO GERENCIAL

Conceito

Surge na segunda metade do século XX.

No Brasil, ganhou força com a Reforma Administrativa de 1995, liderada por:

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Objetivo

Tornar a Administração Pública mais eficiente, econômica e voltada ao cidadão.

Principais Características

- Eficiência**

Busca fazer mais com menos recursos.

- Gestão por Resultados**

Importa o desempenho alcançado.

- Avaliação de Desempenho**

Análise contínua de servidores e instituições.

- Flexibilização Administrativa**

Menor rigidez procedimental.

- Descentralização**

Maior autonomia dos gestores.

- Controle de Resultados**

Avalia-se o que foi entregue à sociedade.

- Foco no Cidadão**

O cidadão é visto como usuário e destinatário dos serviços públicos.

- Foco nos resultados**

- Terceirização de atividades**

Vantagens

- Maior eficiência.
- Redução de custos.
- Serviços mais rápidos.
- Foco na qualidade.
- Melhoria dos resultados.

Desvantagens

- Risco de excesso de foco em metas.
- Possível redução da participação social.
- Dificuldade de mensurar certos resultados públicos.
- Importação de práticas do setor privado nem sempre compatíveis com o setor público.

Palavra-chave de prova

Eficiência e resultados.

Pegadinha

A banca costuma afirmar:

O modelo gerencial eliminou totalmente a burocracia.

✗ Falso.

O modelo gerencial não elimina os controles burocráticos essenciais; ele busca reduzir excessos.

COMPARATIVO DOS MODELOS

Aspecto	Patrimonialista	Burocrático	Gerencial
Foco	Interesse pessoal	Procedimentos	Resultados
Ingresso no serviço público	Indicação	Concurso	Concurso e desempenho
Controle	Pessoal	Regras	Resultados
Corrupção	Elevada	Reduzida	Busca prevenção por desempenho
Eficiência	Baixa	Média	Alta

Aspecto	Patrimonialista	Burocrático	Gerencial
Formalismo	Baixo	Elevado	Moderado
Cidadão	Súdito	Administrado	Usuário/Cidadão

////

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

Teoria, esquemas, dicas, pegadinhas e 50 questões de provas estilo UECE/FUNCE (comentadas e/ou gabaritadas)

Arlindo Souto

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Indicadores educacionais:** 1.1. O que são e para que servem; 1.2. Indicadores e índices no campo da política educacional; 1.3. Indicadores educacionais calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); 1.4. Indicadores escolares, indicadores docentes e indicadores discentes1
- Indicadores de desempenho dos estudantes:** 2.1. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece); 2.2. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); 2.3. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); 2.4. Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).....8
- Leitura e interpretação de dados apresentados em formatos variados**16
- Resolução de problemas com uso de estatísticas descritivas**22
- Questões de provas SEDUC comentadas**.....27

1. INDICADORES EDUCACIONAIS: 1.1. O que são e para que servem; 1.2. Indicadores e índices no campo da política educacional; 1.3. Indicadores educacionais calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); 1.4. Indicadores escolares, indicadores docentes e indicadores discentes

1. INTRODUÇÃO

Os indicadores educacionais são instrumentos fundamentais para conhecer, acompanhar e avaliar a realidade da educação. Eles transformam dados educacionais em informações capazes de subsidiar decisões de gestores, professores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) possui papel central na produção, organização e divulgação de estatísticas e indicadores educacionais, utilizando principalmente informações provenientes do Censo Escolar, Censo da Educação Superior e avaliações educacionais.

Ideia central para prova:

Dado → informação → indicador → análise → tomada de decisão.

32 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Um indicador, portanto, **não é simplesmente um número**. Ele é uma medida construída para representar determinado aspecto da realidade educacional.

2. O QUE SÃO INDICADORES EDUCACIONAIS?

Conceito

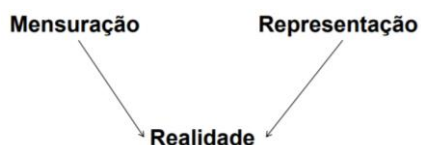
Indicadores educacionais são **medidas quantitativas ou qualitativas utilizadas para representar, acompanhar, comparar e avaliar aspectos do sistema educacional**.

Eles permitem responder perguntas como:

- Quantos alunos estão matriculados?
- Quantos concluem determinada etapa?
- Qual é a taxa de aprovação?
- Quantos estudantes abandonam a escola?
- Qual é a distorção idade-série?
- Qual é a média de proficiência dos estudantes?
- Qual é a infraestrutura das escolas?
- Qual é a formação dos professores?

Do ponto de vista de políticas públicas, os indicadores são instrumentos que permitem:

- identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade
- traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.
- constituirmos um retrato aproximado de determinadas dimensões da realidade social vivenciada



PARA QUE SERVEM?

Os indicadores podem ser utilizados para:

1. Diagnosticar

Identificar problemas e necessidades.

2. Monitorar

Acompanhar a evolução de uma política ou programa.

3. Avaliar

Verificar resultados alcançados.

4. Comparar

Observar diferenças entre escolas, municípios, estados ou períodos.

5. Planejar

Subsidiar a elaboração de políticas educacionais.

6. Tomar decisões

Orientar a distribuição de recursos e a definição de prioridades.

Exemplo prático

Imagine que determinado município apresente:

- taxa de abandono elevada;
- distorção idade-série elevada;
- baixa proficiência em Matemática.

Esses indicadores podem revelar problemas que precisam ser investigados e enfrentados por políticas educacionais específicas.

⚠ **PEGADINHA:** indicador **não explica sozinho a causa de um problema**.

Se uma escola apresenta baixo desempenho, o indicador demonstra uma situação, mas é necessário investigar **por que** isso ocorre.

3. DADOS, INFORMAÇÕES, INDICADORES E ÍNDICES: **NÃO CONFUNDA!**

Essa distinção é muito importante em provas.

DADO

É um registro ou elemento bruto.

Exemplo:

Uma escola possui **500 alunos matriculados**.

INFORMAÇÃO

É o dado organizado e contextualizado, adquirindo significado.

Exemplo:

A escola possui 500 alunos, sendo 300 no Ensino Fundamental e 200 no Ensino Médio.

INDICADOR

É uma medida construída para representar determinado aspecto da realidade.

Exemplo:

Taxa de abandono escolar = percentual de estudantes que abandonaram os estudos em determinado período.

ÍNDICE

É uma medida geralmente **composta**, construída a partir da combinação de diferentes indicadores ou variáveis.

Exemplo clássico:

IDEB — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O IDEB combina informações relacionadas ao **fluxo escolar** com o **desempenho dos estudantes nas avaliações**.

🧠 PARA MEMORIZAR:

Dado = registro

Informação = dado com significado

Indicador = medida de uma dimensão da realidade

Índice = medida composta

⚠ **PEGADINHA:** indicador e índice **não são sinônimos perfeitos**.

4. PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS

De acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), os principais indicadores educacionais incluem o contexto sociodemográfico, o desempenho escolar, a complexidade da gestão da escola, o investimento destinado à educação, o rendimento escolar e o acesso à educação.

Com isso, podem ser indicadores, tanto quantitativos quanto qualitativos, os seguintes exemplos:

- Total de alunos com nota acima da média estabelecida;
- Total de educadores que realizaram determinada formação;
- Média da instituição de ensino por área de conhecimento no que diz respeito às matrizes normativas (como a BNCC);
- Satisfação com a qualidade do ensino por parte dos alunos e de seus familiares e responsáveis;
- Entre outros.

5. INDICADORES E ÍNDICES NO CAMPO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Os indicadores têm enorme importância para o **ciclo das políticas públicas**.

Podemos imaginar:

DIAGNÓSTICO → **PLANEJAMENTO** →
IMPLEMENTAÇÃO → **MONITORAMENTO** →
AValiação → **REPLANEJAMENTO**

Os indicadores podem aparecer em praticamente todas essas etapas.

Exemplo

O governo identifica uma elevada taxa de abandono no Ensino Médio.

Indicador: taxa de abandono.

↓

Diagnóstico: muitos estudantes estão deixando a escola.

↓

Política: criação de ações de permanência escolar.

↓

Monitoramento: acompanhar a taxa de abandono.

↓

Avaliação: verificar se o abandono diminuiu.

↓

Replanejamento: aperfeiçoar as ações.

6. INDICADORES EDUCACIONAIS DO INEP

O **Inep** é uma das principais instituições brasileiras responsáveis pela produção e divulgação de informações estatísticas e avaliativas sobre a educação.

Entre as principais fontes estão:

Censo Escolar

É uma das principais fontes de informações sobre a **educação básica brasileira**.

Reúne informações sobre:

- escolas;
- matrículas;
- alunos;
- docentes;
- turmas;
- etapas e modalidades;
- infraestrutura;
- recursos educacionais;
- características da oferta educacional.

Censo da Educação Superior

Produz informações sobre:

- instituições de educação superior;
- cursos;
- vagas;
- matrículas;
- ingressantes;
- concluintes;
- docentes;
- organização acadêmica.

Avaliações educacionais

O Inep também produz informações provenientes de avaliações, como o **Saeb**, que permite analisar o desempenho dos estudantes e aspectos associados à oferta educacional.

6. PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS ASSOCIADOS AO INEP

6.1 Taxa de aprovação

Representa a proporção de estudantes aprovados ao final do período letivo.

Exemplo

Uma escola possui 100 estudantes ao final do ano e 85 são aprovados.

Taxa de aprovação = 85%.

6.2 Taxa de reprovação

Representa a proporção de estudantes que não foram aprovados.

Exemplo:

100 alunos → 10 reprovados.

Taxa de reprovação = 10%.

6.3 Taxa de abandono

Indica a proporção de estudantes que deixaram de frequentar a escola durante o período letivo, segundo a definição estatística utilizada.

Atenção!

Abandono não é exatamente a mesma coisa que evasão.

Esse é um ponto que pode aparecer em prova.

- **Abandono:** refere-se ao estudante que deixa de frequentar durante o período considerado.
- **Evasão:** conceito mais amplo, relacionado à saída do sistema educacional sem conclusão.

⚠ **PEGADINHA:** não trate automaticamente **abandono** = **evasão**.

7. DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

É um indicador muito importante.

A **distorção idade-série** está relacionada à situação em que o estudante apresenta idade superior à esperada para a etapa/série que frequenta, segundo o critério estatístico adotado.

Exemplo

Um estudante com idade significativamente acima daquela esperada para determinada série pode estar em situação de **distorção idade-série**.

Possíveis fatores associados

- reprovações;
- entrada tardia na escola;
- abandono e posterior retorno;
- interrupções da trajetória escolar.

⚠ **PEGADINHA:** **distorção idade-série não significa simplesmente “aluno mais velho”.** É necessário considerar a idade esperada e o critério estatístico utilizado.

8. IDEB — ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O **IDEB** é um dos indicadores mais conhecidos da educação brasileira.

Ele combina duas dimensões fundamentais:

1. Fluxo escolar

Relaciona-se à progressão dos estudantes, utilizando dados de aprovação.

2. Desempenho

Relaciona-se ao desempenho dos estudantes nas avaliações do **Saeb**.

Simplificando:

34 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

IDEB = desempenho nas avaliações + fluxo escolar

A ideia é evitar uma análise baseada apenas em notas.

Exemplo

Uma escola pode ter desempenho elevado nas avaliações, mas apresentar muitas reprovações.

Nesse caso, seu indicador de desenvolvimento educacional não será interpretado da mesma forma que uma escola que apresenta bom desempenho e fluxo adequado.



PEGADINHA CLÁSSICA:

IDEB NÃO É simplesmente a média das notas dos alunos.

Ele considera **desempenho + fluxo escolar**.

9. INDICADORES DE FLUXO ESCOLAR

Os indicadores de fluxo procuram demonstrar como ocorre a trajetória dos estudantes pelo sistema educacional.

Entre os aspectos importantes estão:

- aprovação;
- reprovação;
- abandono;
- conclusão;
- progressão escolar.

DICA

Quando a questão mencionar:
“**trajetória do aluno pelo sistema escolar**”
pense em **indicadores de fluxo**.

10. INDICADORES DE DESEMPENHO

Avaliam aspectos relacionados à aprendizagem e ao desempenho dos estudantes.

Podem envolver:

- proficiência;
- resultados em avaliações;
- desempenho por área do conhecimento;
- níveis de aprendizagem.

Exemplo

O desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática em uma avaliação externa.



PEGADINHA:

Desempenho não é sinônimo de fluxo.

- **Desempenho** → **aprendizagem/proficiência**
- **Fluxo** → **aprovação, reprovação, abandono e progressão**

11. INDICADORES ESCOLARES

São indicadores relacionados às **instituições de ensino e às condições de oferta educacional**.

Podem envolver:

- número de matrículas;
- número de turmas;
- infraestrutura;
- equipamentos;
- bibliotecas;
- laboratórios;
- acessibilidade;
- saneamento;
- recursos tecnológicos;
- oferta de etapas e modalidades;

- dependências escolares.

Exemplo prático

Uma secretaria municipal deseja saber quantas escolas possuem:

- biblioteca;
- laboratório de informática;
- internet;
- acessibilidade.

Essas informações podem subsidiar o planejamento da política educacional.



DICA:

Se o indicador estiver descrevendo **a escola e suas condições de funcionamento**, pense em **indicador escolar**.

12. INDICADORES DOCENTES

São indicadores relacionados aos **professores e demais aspectos da dimensão docente**.

Podem considerar:

- quantidade de docentes;
- formação;
- escolaridade;
- vínculo;
- jornada;
- condições de trabalho;
- adequação da formação à área de atuação;
- características do corpo docente.

Exemplo

Uma rede identifica que determinado percentual dos professores que lecionam uma disciplina não possui formação considerada adequada para aquela área.

Isso pode gerar necessidade de:

- formação continuada;
- reorganização da oferta;
- políticas de valorização;
- melhoria das condições de trabalho.



PEGADINHA: indicador docente **não mede apenas quantidade de professores**. Pode envolver características de formação, atuação e condições de trabalho.

13. INDICADORES DISCENTES

Estão relacionados aos **estudantes**.

Podem envolver:

- matrícula;
- frequência;
- idade;
- sexo;
- trajetória escolar;
- rendimento;
- desempenho;
- conclusão;
- abandono;
- características socioeconômicas, quando disponíveis e pertinentes.

Exemplo

Uma rede identifica aumento do abandono entre estudantes do Ensino Médio.

Esse indicador pode ser utilizado para investigar fatores associados à permanência escolar.

14. DISTINÇÃO: ESCOLAR x DOCENTE x DISCENTE

Essa divisão é excelente para questões objetivas.

Tipo	Foco principal	Exemplos
Ecolar	Escola	infraestrutura, turmas, equipamentos
Docente	Professor	formação, vínculo, jornada
Discente	Aluno	matrícula, trajetória, rendimento
Fluxo	Trajetória escolar	aprovação, reprovação, abandono
Desempenho	Aprendizagem	proficiência, resultados em avaliações

MACETE

ESCOLAR = escola

DOCENTE = professor

DISCENTE = aluno

Parece óbvio, mas é exatamente esse tipo de distinção que as bancas exploram.

15. INDICADORES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E QUALIDADE

Outra classificação importante é:

Acesso

Verifica se a população está chegando à escola.

Exemplos:

- matrícula;
- escolarização;
- atendimento educacional.

Permanência

Verifica se o estudante permanece no sistema.

Exemplos:

- abandono;
- frequência;
- trajetória escolar.

Qualidade/aprendizagem

Verifica resultados educacionais.

Exemplos:

- proficiência;
- desempenho;
- aprendizagem.

DICA DE PROVA

Acesso = entrar

Permanência = ficar

Aprendizagem = aprender

Uma política educacional de qualidade precisa considerar as três dimensões.

16. INDICADORES NÃO DEVEM SER ANALISADOS ISOLADAMENTE

Esse é um princípio fundamental.

Imagine:

Escola A

- IDEB: 6,0
- abandono: baixo
- aprovação: elevada

Escola B

- IDEB: 6,0
- abandono: elevado
- desempenho nas avaliações: elevado

O mesmo resultado final pode esconder **realidades diferentes**.

Por isso, os indicadores precisam ser analisados:

- conjuntamente;
- historicamente;
- considerando o contexto;
- comparando diferentes dimensões;
- evitando conclusões simplistas.

⚠ PEGADINHA: um único indicador **não é suficiente para explicar toda a qualidade de uma escola ou rede de ensino**.

17. INDICADOR NÃO É SINÔNIMO DE QUALIDADE EDUCACIONAL

Essa é uma das pegadinhas mais importantes.

Um indicador representa **uma dimensão específica**.

Por exemplo:

IDEB elevado ≠ escola perfeita.

Da mesma forma:

IDEB baixo ≠ escola incompetente.

É necessário considerar contexto socioeconômico, condições de oferta, trajetória dos estudantes, formação docente, infraestrutura, políticas públicas e outros fatores.

18. INDICADORES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os indicadores têm função estratégica na gestão educacional.

Exemplo:

Uma rede apresenta:

alta distorção idade-série

↓

Diagnóstico

↓

Investigação das causas

↓

Políticas de correção de fluxo

↓

Acompanhamento dos resultados

↓

Novo diagnóstico

Isso demonstra que o indicador pode funcionar como **instrumento de gestão e planejamento**.

19. PRINCIPAIS PEGADINHAS DE PROVA

PEGADINHA 1

“Indicador é apenas um dado.”

X ERRADO.

O indicador é uma **medida construída para representar determinado aspecto da realidade**.

PEGADINHA 2

36 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

“IDEB mede exclusivamente a aprendizagem.”

✗ ERRADO.

O IDEB considera **desempenho + fluxo escolar**.

PEGADINHA 3

“Publicar um indicador significa explicar a causa do problema.”

✗ ERRADO.

O indicador ajuda a **identificar e dimensionar** uma situação, mas não necessariamente explica suas causas.

PEGADINHA 4

“Taxa de aprovação mede diretamente a aprendizagem.”

✗ ERRADO.

Aprovação é principalmente um indicador relacionado ao **fluxo escolar**.

PEGADINHA 5

“Taxa de abandono e desempenho são indicadores da mesma dimensão.”

✗ ERRADO.

- Abandono → **fluxo/permanência**
- Desempenho → **aprendizagem**

PEGADINHA 6

“Indicadores educacionais servem apenas para avaliar alunos.”

✗ ERRADO.

Podem avaliar/analisar:

- alunos;
- professores;
- escolas;
- redes;
- sistemas educacionais;
- políticas públicas.

PEGADINHA 7

“Um indicador elevado é sempre positivo.”

✗ ERRADO.

Depende do indicador.

Exemplo:

- **taxa de aprovação elevada** → **geralmente positiva**
- **taxa de abandono elevada** → **negativa**
- **distorção idade-série elevada** → **situação problemática**

MAPA MENTAL PARA A PROVA

INDICADORES EDUCACIONAIS

→ **O que são?**

Medidas que representam aspectos da realidade educacional.

→ **Para que servem?**

Diagnosticar + monitorar + avaliar + planejar + comparar.

→ **Principais fontes do Inep**

Censo Escolar + Censo da Educação Superior + avaliações educacionais.

→ **Fluxo**

Aprovação + reprovação + abandono + progressão.

→ **Desempenho**

Proficiência + resultados de avaliações.

→ **IDEB**

Fluxo + desempenho.

→ **Escolar**

Escola + infraestrutura + oferta.

→ **Docente**

Professor + formação + vínculo + atuação.

→ **Discente**

Aluno + matrícula + trajetória + rendimento.

→ **Política pública**

Indicadores ajudam no **diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação**.

FRASE PARA MEMORIZAR

“Indicadores educacionais transformam dados em medidas que ajudam a conhecer, monitorar e orientar a educação.”

E a principal regra para a prova:

NÃO CONFUNDA DADO, INDICADOR E ÍNDICE; NÃO CONFUNDA FLUXO COM DESEMPENHO; E NÃO ANALISE UM INDICADOR ISOLADAMENTE.

A interpretação dos indicadores fica mais precisa quando se observa que o mesmo IDEB pode resultar de combinações diferentes entre fluxo escolar e desempenho, exigindo a análise conjunta de seus componentes.

RESUMO DO CONTEÚDO:

- Indicadores educacionais são ferramentas que medem desempenho, permanência e qualidade do ensino, ajudando a orientar políticas públicas e estratégias pedagógicas.
- A taxa de alfabetização mostra se as crianças estão consolidando a leitura e a escrita na idade esperada, sendo a base para o aprendizado nas etapas seguintes.
- Taxa de evasão escolar é o indicador central que aponta os fatores que levam ao abandono dos estudos e que pode ser acompanhado em tempo real pelo Portal Gerencial do Mentor Web.
- IDEB e taxa de conclusão são índices que avaliam o avanço dos alunos, combinando notas em provas, aprovação e finalização das etapas escolares no prazo adequado.
- Qualidade do corpo docente e indicadores complementares englobam formação e valorização dos professores, além de dados como distorção idade-série, infraestrutura escolar, investimento por aluno e participação da família.

QUESTÕES DE PROVAS

01. (CIAAR - Aeronáutica - Oficial de Apoio (EA-EAOAP) - Especialidade: Pedagogia - 2020) Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se, não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis, principalmente, para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

(Disponível em: <http://inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em 10/02/2020).

Sobre as mudanças para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), anunciadas pelo governo em 2018, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir.

- () A Educação Infantil será incluída no sistema de avaliação por meio de questionários que serão respondidos pelos professores.
- () As provas, que antes tinham datas diferentes de aplicação, passarão a acontecer nos anos ímpares, enquanto os resultados nos anos pares.
- () A avaliação da alfabetização será antecipada para o 2º ano, visto que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê o fim do ciclo de alfabetização para esse ano. Antes, ela era aplicada aos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental.
- () Alunos a partir do 5º ano do Ensino Fundamental passarão a fazer provas também de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, mas o Ideb não irá considerar esses resultados, a fim de continuar com a série histórica, já que nos anos anteriores tais áreas não foram contempladas
- () A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc, ou Prova Brasil) e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) perdem as nomenclaturas e serão agrupadas sob o mesmo nome: Saeb, acompanhado da etapa correspondente.

A sequência correta é

- A (V); (F); (V); (V); (F).
 B (V); (V); (V); (F); (V).
 C (F); (V); (F); (F); (V).
 D (F); (F); (F); (V); (F).

02. (FUNDEPES - Prefeitura de Penedo - Professor de Polivalente - 2023) Dadas as afirmativas a respeito dos indicadores da qualidade na educação infantil,

- I. É um instrumento inflexível.
- II. Não pode ser usado de acordo com a criatividade e a experiência de cada instituição de educação infantil.
- III. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos da comunidade se envolverem em ações para a melhoria da qualidade da instituição de educação infantil, maiores serão os ganhos para as crianças, para a sociedade e para a educação brasileira.
- IV. As dimensões podem ser constatadas por meio de indicadores, organizados por meio de cores, sendo verde para "bom" e vermelho para "ruim".

verifica-se que estão corretas

- A I e II, apenas.
 B I e III, apenas.
 C II e IV, apenas.
 D III e IV, apenas.
 E I, II, III e IV.

03. (EBSERH - Pedagogo - 2022) Qualidade é um conceito construído continuamente. Um conceito potente, assim, ao ser construído e reconstruído atende a necessidade de cada escola instituindo a autonomia de conduzir a escolha das metodologias à qualidade da educação. Sobre esta temática, analise as afirmativas abaixo.

- I. A escola necessita ter um processo pedagógico compartilhado entre os professores para levar os estudantes à aprendizagem.
- II. A escola necessita ter uma estratégia para envolver as famílias e permitir sua participação no projeto político pedagógico.
- III. Existe um modelo único para a escola de qualidade.
- IV. Não existe um modelo único para a escola de qualidade.

Estão corretas as afirmativas.

- A II e IV, apenas
 B I, II e IV, apenas
 C I, II, III e IV
 D II e III, apenas

E III, apenas

04. (EBSERH - Pedagogo - 2022) Os indicadores de qualidade são instrumentos para mensurar o desempenho de uma instituição. São recomendados aos gestores para utilizarem na identificação dos pontos que devem ser tratados visando a melhoria das intervenções educativas almejando a qualidade. Na publicação "Indicadores da Qualidade na Educação" (2004, p. 05) encontramos a definição da palavra "Indicadores".

Leia abaixo, a definição da palavra "Indicadores".

Indicadores são _____ que revelam aspectos de determinada realidade e que podem _____ algo. (...) A variação dos indicadores nos possibilita constatar _____ (...). Aqui, os indicadores apresentam a qualidade da escola em relação a importantes elementos de sua realidade: as dimensões.

["Indicadores da Qualidade na Educação", publicação de 2004, na página 05. Disponível em: [ce_indqua.pdf](#) (mec.gov.br)]

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- A sinais / mudar / publicação
 B transformações / instrumentar / mudanças
 C sinais / mudar / qualificação
 D mudanças / instrumentar / publicação
 E sinais / qualificar / mudanças

05. (Professor de Educação Básica - Área: Educação Infantil e Ensino Fundamental - 2019) Os Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola. Em Indicadores da qualidade na educação (2004), são identificados elementos fundamentais – nomeados de dimensões – que devem ser considerados pela escola na reflexão sobre sua qualidade.

Fazem parte desses elementos:

- A Ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola.
- B Ambiente colaborativo, prática pedagógica, planejamento, gestão escolar, condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar acessível, acesso, permanência e sucesso na escola.
- C Ambiente educativo, prática pedagógica diversificada, avaliação formativa, gestão escolar participativa, formação dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola.
- D Ambiente colaborativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar acessível, acesso, permanência e sucesso na escola.

06. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - Sociologia) A taxa de escolarização do ensino fundamental, no Ceará, com relação ao período de 2013 a 2015, registrou os seguintes dados:

ANO	TAXA BRUTA	TAXA LÍQUIDA
2013	98,4%	90,1 %
2015	97,5%	89,6%

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2016

38 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Com base na análise da tabela acima, e tendo em vista que a taxa líquida abrange somente os alunos atendidos dentro da faixa etária regular obrigatória e a bruta compreende todos os alunos atendidos, incluindo os fora de faixa, é correto afirmar que

- A o atendimento da população fora de faixa, registrou pequeno aumento no período analisado.
- B o atendimento dos alunos da faixa de escolaridade obrigatória, no ensino fundamental, está aumentando, portanto, está mais próxima de cumprir a determinação legal.
- C o atendimento dos alunos da faixa de escolaridade obrigatória, no ensino fundamental, está diminuindo, o que caracteriza maior distanciamento do cumprimento da determinação legal.
- D a universalização do atendimento no ensino fundamental para a população de 6 a 14 anos está assegurada.

07. (UECE-CEV - 2018 - SECULT-CE - Analista de Cultura - Música) Os critérios de avaliação do mérito e relevância para o bom uso dos numerários públicos dos projetos culturais aprovados pelo MinC estão fundamentados nas diretrizes apresentadas pelo MEC, através da Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

Saber o grau de eficiência de cada etapa do projeto aumenta a credibilidade, a transparência e a segurança das decisões gerenciais. Considerando esse contexto, atente para os seguintes pressupostos:

- I. Um projeto cultural exhibe qualidade se tiver valor e mérito; um processo de avaliação de projetos culturais exhibe valor se tiver eficácia e eficiência, e exhibe mérito se tiver efetividade e relevância.
- II. Valor e mérito são condições necessárias à qualidade em projetos de natureza cultural; eficácia, eficiência, efetividade e relevância são critérios necessários para avaliar qualidade.
- III. Um processo de avaliação tem valor quando atende às necessidades de informações dos seus stakeholders, e tem mérito quando satisfaz os padrões de qualidade estabelecidos, ou seja, quando faz bem o que se propõe a fazer.

Estão corretos os pressupostos que constam em

- A II e III apenas.
- B I, II e III.
- C I e II apenas.
- D I e III apenas.

08. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - Língua Portuguesa) O cálculo do IDEB envolve dois componentes, quais sejam:

- A os índices de aprovação e de reprovação escolar e as médias da Prova Brasil.
- B a taxa de rendimento escolar e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP.
- C as taxas de aprovação e de evasão escolar e as médias dos sistemas de avaliação locais.
- D os índices de reprovação escolar e as médias do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

09. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - Língua Portuguesa) O Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA – tem como objetivo avaliar

- A os sistemas educacionais no mundo por meio de uma série de testes em assuntos de leitura, matemática e ciências.
- B as redes escolares nos países da América Latina e Europa, no tocante ao seu desempenho acadêmico e gestão educacional.

C os currículos escolares dos países em desenvolvimento, verificando seu nível de eficiência com relação à área de ciências e suas tecnologias.

D os sistemas educacionais europeus e americanos, por meio de testes relacionados com língua materna e matemática.

10. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor - Língua Portuguesa)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – foi criado para

- I. medir a qualidade do aprendizado nacional;
- II. orientar a elaboração dos currículos escolares dos estados e municípios;
- III. monitorar a ação educacional dos sistemas municipais de ensino;
- IV. estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Estão corretas somente as complementações contidas em Alternativas

- A I e III.
- B II e III.
- C II e IV.
- D I e IV.

11. (UECE-CEV - 2018 - SECULT-CE - Analista de Cultura - Pedagogia) Nos últimos anos, o estado do Ceará tem-se destacado, no cenário da educação nacional, pela busca insistente de alcançar o desenvolvimento de uma educação pública efetivamente de qualidade. Nessa perspectiva, implantou uma política voltada para a garantia da construção da qualidade educacional, logo nos primeiros anos do ensino fundamental, que serviu de referência para o País. Essa política é denominada

- A Programa de Alfabetização na Idade Certa — PAIC.
- B Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica — SPAECE.
- C Todos pela Educação de Qualidade para Todos — TEQT.
- D Revolução de uma Geração — RG.

12. (UECE-CEV - 2018 - DETRAN-CE - Analista de Trânsito e Transporte - Assuntos Educacionais) O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo Ministério da Educação em 2007, tem como objetivo definir metas intermediárias para que o Brasil consiga melhorar o desempenho escolar dos estudantes, de modo a atingir a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no PISA, que naquele ano foi 6,0. O Ideb é composto por variáveis relacionadas a desempenho e fluxo escolar, quais sejam:

- A resultados das provas de Língua Portuguesa e Ciências, aplicadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica e taxa de reprovação.
- B resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica e taxa de reprovação.
- C resultados das provas de Ciências e Matemática, aplicadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica e taxa de abandono.
- D resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática aplicadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica e taxa de aprovação.

Gabarito: 01/B; 02/D; 03/B; 04/E; 05/A; 06/C; 07/A; 08/B; 09/A; 10/D; 11/A; 12/D

2. INDICADORES DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES:

2.1. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SpaECE); 2.2. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); 2.3. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); 2.4. Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)

1. INTRODUÇÃO

Os indicadores de desempenho dos estudantes são instrumentos utilizados para conhecer aspectos relacionados à aprendizagem e ao desenvolvimento educacional dos alunos.

No Brasil, diferentes avaliações possuem finalidades, públicos, abrangência e metodologias distintas. Por isso, uma das maiores dificuldades em provas é saber diferenciar SPAECE, SAEB, ENEM e PISA.

VISÃO GERAL

Avaliação	Abrangência	Principal finalidade
SPAECE	Ceará	Avaliar a educação básica cearense
SAEB	Brasil	Diagnosticar a educação básica brasileira
ENEM	Brasil	Avaliar o desempenho individual e apoiar processos de acesso ao ensino superior
PISA	Internacional	Comparar sistemas educacionais entre países

MACETE:

SPAECE = Ceará

SAEB = Brasil

ENEM = estudante + ensino superior

PISA = países

2. O QUE SÃO AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS EM LARGA ESCALA?

São avaliações aplicadas a um grande número de estudantes, geralmente seguindo procedimentos padronizados, permitindo produzir informações comparáveis sobre a educação.

Elas podem fornecer informações sobre:

- aprendizagem;
- proficiência;
- habilidades e competências;
- desigualdades educacionais;
- fatores associados ao desempenho;
- características das escolas e estudantes.

Exemplo prático

Se determinado município apresenta desempenho inferior ao observado no estado em determinada área de conhecimento, os resultados podem servir como evidência para diagnóstico e planejamento de políticas educacionais.

⚠ PEGADINHA: avaliação em larga escala não é sinônimo de avaliação feita pelo professor em sala de aula.

3. SPAECE

Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

O SPAECE é um sistema de avaliação educacional desenvolvido no Estado do Ceará, constituindo importante instrumento para diagnóstico e acompanhamento da educação básica cearense.

Sua finalidade é produzir informações sobre o desempenho dos estudantes e subsidiar políticas e ações educacionais.

O que o SPAECE busca?

Entre seus objetivos estão:

- avaliar a aprendizagem;
- identificar dificuldades;
- produzir indicadores educacionais;
- acompanhar resultados;
- subsidiar políticas públicas;
- orientar ações de melhoria da educação.

Abrangência

O SPAECE está relacionado à educação básica do Ceará.

💡 DICA: se a questão mencionar: “avaliação educacional do Ceará” pense imediatamente: SPAECE

3.1 SPAECE E GESTÃO EDUCACIONAL

Os resultados do SPAECE podem ser utilizados por:

- Secretaria da Educação;
- Coordenadorias;
- municípios;
- escolas;
- gestores;
- professores.

Exemplo

Imagine que os resultados apontem baixo desempenho em Matemática em determinado conjunto de escolas.

A rede poderá:

1. identificar as habilidades com maior dificuldade;
2. analisar os resultados;
3. planejar formação docente;
4. desenvolver estratégias pedagógicas;
5. acompanhar os resultados posteriormente.

Portanto:

Avaliação → diagnóstico → intervenção → acompanhamento.

⚠ PEGADINHA: o objetivo de uma avaliação educacional não deve ser reduzido simplesmente a “dar uma nota para a escola”.

4. SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

O Saeb é um sistema nacional de avaliação da educação básica, coordenado pelo Inep.

Seu objetivo central é produzir informações para o diagnóstico da educação básica brasileira, contribuindo para o monitoramento e o desenvolvimento de políticas educacionais.

O Saeb produz informações sobre o desempenho dos estudantes e também utiliza questionários para investigar fatores associados ao contexto educacional.

4.1 O que o SAEB avalia?

De maneira geral, o Saeb permite analisar:

- desempenho dos estudantes;
- aprendizagem;
- habilidades e competências;
- condições de oferta;
- fatores associados ao desempenho;
- desigualdades educacionais.

As avaliações são estruturadas de acordo com as etapas e áreas avaliadas em cada edição.

DICA:

Quando aparecer:

“avaliação nacional da educação básica”

→ **SAEB**

Quando aparecer:

“avaliação da educação básica do Ceará”

→ **SPAEC**

4.2 Matrizes do exame

Os testes do SAEB são elaborados com base nas **matrizes de referência**, que são instrumentos norteadores para a construção de itens.

Essas matrizes são estipuladas levando em conta conhecimentos e habilidades que se espera que os estudantes tenham desenvolvido durante a sua jornada pela Educação Básica.

Elas são definidas por professores e pesquisadores, que entram em um consenso sobre quais competências avaliar em cada etapa do Ensino Básico, sempre respeitando o que diz a legislação educacional brasileira.

Desde 2019, as matrizes do SAEB são:

- **Ciências da Natureza**
- **Ciências Humanas**
- **Linguagens / Língua Portuguesa**
- **Matemática**

4.3. SAEB x SPAEC

Essa comparação é muito importante para concursos no Ceará.

Característica	SPAEC	SAEB
Abordagem	Ceará	Brasil
Natureza	Estadual	Nacional
Educação básica	Sim	Sim
Produção de informações	Rede cearense	Sistema educacional brasileiro
Utilização	Políticas educacionais do Ceará	Políticas educacionais nacionais
Instituição associada	Governo do Ceará/SEDUC	Inep

PEGADINHA

Não diga que o SPAEC é uma avaliação **nacional**.

 **SPAEC = nacional**

 **SPAEC = Ceará**

E:

 **SAEB = exclusivamente Ensino Médio**

 **SAEB = educação básica**, considerando as etapas e áreas definidas em cada edição.

4.4 SAEB E IDEB: **NÃO CONFUNDA!**

Essa é uma das **pegadinhas favoritas das bancas**.

SAEB

É um **sistema de avaliação** que produz informações sobre a educação básica.

IDEB

É um **índice** que combina:

desempenho dos estudantes + fluxo escolar

O desempenho utilizado no cálculo do IDEB é relacionado aos resultados das avaliações do Saeb, enquanto o fluxo utiliza dados do Censo Escolar.

MACETE:

SAEB = avaliação

IDEB = índice

PEGADINHA:

SAEB ≠ IDEB

O Saeb fornece resultados de avaliação; o Ideb é um índice construído a partir de componentes específicos.

5. ENEM

Exame Nacional do Ensino Médio

O **Enem** é uma avaliação nacional destinada principalmente aos estudantes e concluintes do ensino médio e possui importante função nos processos de acesso à educação superior.

O exame avalia competências e habilidades em diferentes áreas do conhecimento, além da produção de texto.

Principais áreas

O Enem envolve:

- **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;**
- **Ciências Humanas e suas Tecnologias;**
- **Ciências da Natureza e suas Tecnologias;**
- **Matemática e suas Tecnologias;**
- **Redação.**

5.1. FINALIDADES DO ENEM

O Enem possui várias funções, especialmente:

- avaliar o desempenho dos participantes;
- produzir informações sobre o desempenho dos estudantes;
- servir como mecanismo de acesso à educação superior, conforme regras dos programas e instituições;
- possibilitar utilização dos resultados em processos seletivos.

Exemplo prático:

Um estudante conclui o Ensino Médio e realiza o Enem.

Seu resultado pode ser utilizado em processos de seleção para instituições de ensino superior, conforme as regras aplicáveis.

PEGADINHA:

Não confunda:

ENEM = exame nacional para participantes
com

SAEB = sistema de avaliação da educação básica.

5.2 Objetivos do Enem:

- conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e inserção no mercado de trabalho;
- criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
- fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio.

5.3 Matriz de competências especialmente

A prova do Enem tem como base a seguinte **matriz de competências especialmente** definida para o exame:

- demonstrar domínio básico da norma culta da língua portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;
- construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;
- selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problema segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;
- organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;
- recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.

5.4 ENEM x SAEB

Aspecto	ENEM	SAEB
Abrangência	Nacional	Nacional
Foco	Participantes, especialmente no final da educação básica	Educação básica
Finalidade	Avaliação e acesso ao ensino superior	Diagnóstico e monitoramento da educação básica
Instituição	Inep	Inep
Redação	Sim	Não é característica geral do Saeb
Uso em seleção universitária	Sim	Não é sua finalidade principal

DICAS:

Se a questão falar:

“**acesso ao ensino superior**”

→ pense em **ENEM**.

Se falar:

“**diagnóstico da educação básica**”

→ pense em **SAEB**.

6. PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

O **PISA — Programme for International Student Assessment** — é uma avaliação internacional coordenada pela OCDE.

Seu objetivo é produzir informações comparáveis internacionalmente sobre o desempenho de estudantes e sobre fatores relacionados à aprendizagem.

FOQUE NA DICA: O PISA é uma avaliação internacional coordenada pela OCDE que tem como principal objetivo avaliar **sistemas educacionais em diversos países** por meio de testes padronizados aplicados a jovens de 15 anos, nas áreas de:

- **Leitura**
- **Matemática**
- **Ciências**

6.1 Grande diferencial

O PISA permite comparar o desempenho educacional entre **países e economias participantes**.

MACETE:

PISA = comparação internacional

Se aparecer na questão:

- OCDE;
- comparação entre países;
- avaliação internacional;
- estudantes de aproximadamente 15 anos;

pense em: **PISA**



A cada três anos, estudantes de vários países fazem o exame internacional PISA (sigla inglesa para Programa Internacional de Avaliação de Alunos), cujo objetivo é avaliar sistemas educacionais no mundo por meio de uma série de testes em assuntos como leitura, matemática e ciências.

6.2 O QUE O PISA AVALIA?

O PISA concentra-se principalmente em três grandes áreas:

- **Leitura;**
- **Matemática;**
- **Ciências.**

A cada edição, uma das áreas recebe maior ênfase.

Além disso, o PISA procura avaliar a capacidade dos estudantes de **utilizar conhecimentos e habilidades para enfrentar situações da vida real**, e não simplesmente reproduzir conteúdos memorizados.

Exemplo

Em vez de perguntar apenas se o aluno memorizou determinada fórmula matemática, uma questão pode apresentar uma situação concreta e verificar se ele consegue utilizar conhecimentos matemáticos para resolver o problema.

⚠ PEGADINHA:

PISA não é uma prova exclusivamente brasileira.

✗ **PISA = avaliação nacional**

✓ **PISA = avaliação internacional.**

6.3. PISA x SAEB

Ambos podem produzir informações sobre aprendizagem, mas possuem **abrangências diferentes**.

SAEB

42 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

Brasil → educação básica brasileira

PISA

Mundo → comparação internacional

Exemplo

Se a pergunta for:

“Qual avaliação permite comparar o desempenho dos estudantes brasileiros com estudantes de outros países?”

Resposta: **PISA**

COMPARAÇÃO GERAL: SPAECE × SAEB × ENEM × PISA

Característica	SPAECE	SAEB	ENEM	PISA
Abrangência	Ceará	Brasil	Brasil	Internacional
Foco	Educação básica cearense	Educação básica	Participantes, sobretudo no final da educação básica	Estudantes de cerca de 15 anos
Instituição/organização	SEDUC-CE	Inep	Inep	OCDE
Principal finalidade	Diagnóstico da educação cearense	Diagnóstico da educação básica	Avaliação e acesso ao ensino superior	Comparação internacional
Produz dados educacionais	Sim	Sim	Sim	Sim
Comparação entre países	Não	Não	Não	Sim
Redação	Não é característica central	Não é característica central	Sim	Não
Relação com ensino superior	Indireta	Indireta	Direta	Não é finalidade principal

7. INDICADORES DE DESEMPENHO × AVALIAÇÃO

É importante diferenciar **avaliação** de **indicador**.

Avaliação

É o processo utilizado para produzir evidências sobre aprendizagem e desempenho.

Indicador

É a medida produzida a partir de determinados dados e critérios.

Exemplo

Uma avaliação pode produzir resultados de proficiência.

Esses resultados podem ser utilizados na construção ou análise de **indicadores educacionais**.

8. PROFICIÊNCIA: O QUE SIGNIFICA?

A **proficiência** representa o nível de desempenho demonstrado pelo estudante em determinada área ou domínio avaliado.

Não deve ser confundida simplesmente com:

“nota escolar”.

Avaliações externas utilizam metodologias próprias para produzir medidas de desempenho.

Exemplo

Um estudante pode apresentar determinado nível de proficiência em Matemática, indicando domínio de um conjunto de habilidades associado àquele nível.

⚠ PEGADINHA: proficiência em uma avaliação externa **não é necessariamente equivalente à média bimestral atribuída pelo professor.**

9. AVALIAÇÃO INTERNA × AVALIAÇÃO EXTERNA

Avaliação interna

É realizada no âmbito da própria escola ou sala de aula.

Exemplos:

- prova do professor;
- trabalho;
- seminário;
- atividade;
- avaliação bimestral.

Avaliação externa

É organizada por uma instituição ou sistema externo à escola.

Exemplos:

- Saeb;
- Spaece;
- Enem;
- Pisa.

MACETE

Interna = escola/professor

Externa = sistema/organização avaliadora

⚠ CUIDADO: “externa” não significa necessariamente que alguém de fora vai fisicamente aplicar a prova em todas as situações; refere-se principalmente à organização e padronização do processo avaliativo.

10. POR QUE AS AVALIAÇÕES SÃO IMPORTANTES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS?

Os resultados permitem identificar:

- avanços;
- dificuldades;
- desigualdades;
- grupos vulneráveis;
- diferenças regionais;
- problemas de aprendizagem;
- necessidades de intervenção.

Exemplo prático:

Se os resultados indicam dificuldades persistentes em Matemática:

Resultado → diagnóstico → formação docente → intervenção pedagógica → monitoramento.

Assim, a avaliação pode contribuir para o **planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas**.

11. CUIDADO COM A INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS!

Um resultado de avaliação **não deve ser interpretado isoladamente**.

É necessário considerar:

- contexto socioeconômico;
- infraestrutura;
- formação docente;

- condições de oferta;
- trajetória escolar;
- desigualdades;
- características dos estudantes.

Exemplo

Duas escolas podem apresentar o mesmo nível de proficiência, mas estar inseridas em contextos sociais completamente diferentes.

Por isso:

Resultado ≠ explicação completa da realidade.

////

3. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS APRESENTADOS EM FORMATOS VARIADOS

1. INTRODUÇÃO

A **leitura e interpretação de dados educacionais** é uma competência fundamental para gestores, professores e profissionais da educação. Em provas de concursos esse tema costuma aparecer por meio de **tabelas, gráficos, quadros, mapas, infográficos e indicadores**, exigindo que o candidato saiba identificar tendências, comparar resultados e tirar conclusões corretas.

Os dados educacionais podem representar informações sobre:

- matrículas;
- aprovação, reprovação e abandono;
- desempenho e proficiência;
- IDEB;
- frequência escolar;
- distorção idade-série;
- formação docente;
- infraestrutura escolar;
- desigualdades educacionais;
- resultados de avaliações como **Saeb, Spaece, Enem e Pisa**.

REGRA DE OURO: primeiro leia o que o dado apresenta; depois compare; somente então interprete.

2. DADO, INFORMAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

É importante distinguir esses **conceitos**.

Dado:

É o valor apresentado.

Exemplo:

Em 2025, determinada rede apresentou taxa de aprovação de **88%**.

Informação:

É o dado contextualizado.

A taxa de aprovação aumentou de 82% para 88% entre 2024 e 2025.

Interpretação:

É a análise do significado daquele comportamento.

Houve aumento de 6 pontos percentuais na taxa de aprovação.

⚠ PEGADINHA: o aumento da aprovação **não permite concluir automaticamente** que houve melhoria da aprendizagem. É necessário observar também indicadores de desempenho.

3. PRINCIPAIS FORMATOS DE APRESENTAÇÃO

Os dados educacionais podem aparecer em diferentes formatos.

1. Tabelas

Apresentam dados organizados em **linhas e colunas**.

2. Gráficos

Permitem visualizar:

- evolução;
- comparação;
- distribuição;
- proporções.

3. Gráficos de barras

Muito utilizados para **comparar categorias**.

4. Gráficos de linhas

Indicados para observar **evolução ao longo do tempo**.

5. Gráficos de setores

Também chamados de gráficos de pizza. São utilizados para representar **partes de um total**.

6. Infográficos

Combinam:

- textos;
- números;
- imagens;
- gráficos;
- símbolos.

7. Mapas

Permitem visualizar a **distribuição espacial/geográfica** de determinado indicador.

4. COMO LER UMA TABELA?

Imagine:

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
2022	80%	12%	8%
2023	84%	10%	6%
2024	87%	8%	5%
2025	89%	7%	4%

O que podemos concluir?

- A aprovação **aumentou**.
- A reprovação **diminuiu**.
- O abandono **diminuiu**.
- A tendência geral do período é de melhoria nesses indicadores de fluxo.

O que NÃO podemos concluir?

Não podemos afirmar apenas com esses dados que: "A aprendizagem dos alunos aumentou."

Para isso, precisamos analisar **indicadores de desempenho/aprendizagem**.

⚠ PEGADINHA: melhora no **fluxo escolar** não significa necessariamente melhora no **desempenho acadêmico**.

5. VARIAÇÃO ABSOLUTA × VARIAÇÃO PERCENTUAL

Esse é um dos pontos que mais confundem candidatos.

Imagine:

- 2024: 70%
- 2025: 80%

Variação em pontos percentuais:

44 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

80 – 70 = 10 pontos percentuais.

Variação percentual relativa:

Resultado:

14,3% aproximadamente.

Portanto:

O indicador aumentou **10 pontos percentuais**, ou aproximadamente **14,3% em termos relativos**.

⚠ PEGADINHA CLÁSSICA:
10 pontos percentuais ≠ 10% de aumento relativo.

6. COMO INTERPRETAR GRÁFICOS DE BARRAS?

Os gráficos de barras são utilizados principalmente para **comparar categorias**.

Exemplo:

- Escola A: 72%
- Escola B: 80%
- Escola C: 68%
- Escola D: 85%

Podemos concluir:

- Escola D apresenta o maior resultado.
- Escola C apresenta o menor.
- A diferença entre D e C é de **17 pontos percentuais**.

DICA

Em gráficos de barras, observe:

1. título;
2. eixo horizontal;
3. eixo vertical;
4. unidade de medida;
5. legenda;
6. valores;
7. maior e menor resultado.

7. GRÁFICOS DE LINHAS

São muito úteis para analisar **evolução temporal**.

Exemplo:

IDEB: 2019 → 5,1

2021 → 5,4

2023 → 5,8

2025 → 6,1

A tendência apresentada é de **crescimento**.

DICA:

Quando aparecer:

“evolução”, “trajetória”, “ao longo dos anos”, “tendência temporal”

pense em **gráfico de linhas**.

⚠ PEGADINHA: tendência de crescimento não significa que o indicador aumentou **em todos os anos**. É preciso verificar cada intervalo.

8. GRÁFICOS DE SETORES

Representam partes de um total.

Exemplo:

Uma rede possui 1.000 alunos:

- Ensino Fundamental: 600
- Ensino Médio: 300
- EJA: 100

Percentualmente:

- Fundamental → **60%**
- Médio → **30%**
- EJA → **10%**

Regra fundamental:

A soma das partes deve corresponder ao total, normalmente 100%.

⚠ PEGADINHA: não compare apenas os números absolutos quando as categorias possuem populações muito diferentes.

LÍNGUA PORTUGUESA

Teoria esquematizada e 110 **questões UECE**
(e outras bancas) e de outras organizadoras.

Prof. Augusto Sá
Prof. Valter

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Compreensão e interpretação de textos.	1
2. Fatores de textualidade.	3
3. Tipologias textuais	3
4. Gêneros discursivos/textuais.	3
5. Ortografia oficial.	8
6. Acentuação gráfica.	12
7. Emprego das classes gramaticais.	25
8. Formação e estrutura das palavras.	22
9. Emprego do sinal indicativo de crase.	19
10. Relações de coordenação e subordinação na construção dos sentidos.	40
11. Relações sintáticas na organização da oração e do período	2
12. Pontuação.	16
13. Concordância nominal e verbal.	44
14. Regência nominal e verbal.	42
15. Significação das palavras.	50
16. Funções da linguagem.	6

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A Hermenêutica, área da filosofia que estuda o assunto, diz que **é preciso seguir três etapas para se obter uma leitura ou uma abordagem eficaz de um texto:**

a) **Pré-compreensão:** toda leitura supõe que o leitor entre no texto já com conhecimentos prévios sobre o assunto ou área específica. Isso significa dizer, por exemplo, que se você pegar um texto do 3º ano do curso de Direito estando ainda no 1º ano, vai encontrar dificuldades para entender o assunto, porque você não tem conhecimentos prévios que possam embasar a leitura.

b) **Compreensão:** já com a pré-compreensão ao entrar no texto, o leitor vai se deparar com informações novas ou reconhecer as que já sabia. Por meio da pré-compreensão o leitor “prende” a informação nova com a dele e “agarra” (compreende) a intencionalidade do texto. É costume dizer: “Eu entendi, mas não compreendi”. Isso significa dizer que quem leu

entendeu o significado das palavras, a explicação, mas não as justificativas ou o alcance social do texto.

c) Interpretação: agora sim. A interpretação é a resposta que você dará ao texto, depois de compreendê-lo (sim, é preciso “conversar” com o texto para haver a interpretação de fato). É formada então o que se chama “fusão de horizontes”: o do texto e o do leitor. A interpretação supõe um novo texto. Significa abertura, o crescimento e a ampliação para novos sentidos.

TEXTO – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir **INTERAÇÃO COMUNICATIVA** (capacidade de CODIFICAR E DECODIFICAR).

CONTEXTO – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de CONTEXTO. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande, que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

INTERTEXTO - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se INTERTEXTO.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO - o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato é convidado a:

1. IDENTIFICAR – é reconhecer os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
2. COMPARAR – é descobrir as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
3. COMENTAR - é relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, opinando a respeito.
4. RESUMIR – é concentrar as ideias centrais e/ou secundárias em um só parágrafo.
5. PARAFRASEAR – é reescrever o texto com outras palavras.

Exemplo:

TÍTULO DO TEXTO	PARÁFRASES
"O HOMEM UNIDO "	A integração do mundo A integração da humanidade A união do homem Homem + homem = mundo A macacada se uniu (sátira)

CONDIÇÕES BÁSICAS PARA INTERPRETAR

Fazem-se necessários:

- a) Conhecimento Histórico – literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- c) Capacidade de observação e de síntese e
- d) Capacidade de raciocínio.

INTERPRETAR x COMPREENDER

INTERPRETAR SIGNIFICA	COMPREENDER SIGNIFICA
- Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.	- Intelecção, entendimento, atenção ao que realmente está escrito.

- Tipos de enunciados:
• Através do texto, INFERE-SE que...
• É possível DEDUZIR que...
• O autor permite CONCLUIR que...
• Qual é a INTENÇÃO do autor ao afirmar que...

- Tipos de enunciados:
• O texto DIZ que...
• É SUGERIDO pelo autor que...
• De acordo com o texto, é CORRETA ou ERRADA a afirmação...
• O narrador AFIRMA...

ERROS DE INTERPRETAÇÃO

É muito comum, mais do que se imagina, a ocorrência de erros de interpretação. Os mais frequentes são:

a) Extrapolação (viagem)

Ocorre quando se sai do contexto, acrescentado ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

b) Redução

É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto, esquecendo que um texto é um conjunto de ideias, o que pode ser insuficiente para o total do entendimento do tema desenvolvido.

c) Contradição

Não raro, o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errando a questão.

OBSERVAÇÃO: Muitos pensam que há a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso qualquer, o que deve ser levado em consideração é o que o AUTOR DIZ e nada mais.

COESÃO - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relacionam palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

OBSERVAÇÃO: São muitos os erros de coesão no dia-a-dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os **pronomes relativos** são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

Que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

Qual (neutro) idem ao anterior.

Quem (pessoa)

Cujo (posse) - antes dele, aparece o possuidor e depois, o objeto possuído.

Como (modo)

Onde (lugar)

Quando (tempo)

Quanto

(Montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

• VÍCIOS DE LINGUAGEM

Há os vícios de linguagem clássicos

(BARBARISMO, SOLECISMO, CACOFONIA...); no dia-a-dia, porém, existem expressões que são mal empregadas, e, por força desse hábito cometem-se erros graves como:

- “Ele correu risco de vida”, quando a verdade o risco era de morte.

- “Senhor professor, eu lhe vi ontem”. Neste caso, o pronome correto oblíquo átono correto é O.

- “No bar: “ME VÊ um café”. Além do erro de posição do pronome, há o mau uso.

REESCRITA DE PASSAGENS DO TEXTO

Reescrever um texto significa moldá-lo, visando a perfeição.

Antes de discorrermos acerca de um assunto tão importante, convidamos você, caro (a) usuário (a), a se enlevar mediante as palavras do grandioso mestre de nossas letras, João Cabral de Melo Neto, que, por meio de uma metalinguagem, cumpre bem seu trabalho de lidar com as palavras e deixar claro para nós, leitores, quão grandioso e magnífico é o exercício da escrita. Voltemo-nos a elas, portanto:

Catar feijão

1.

*Catar feijão se limita com escrever:
joga-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.*

2.

*Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluvial, flutual,
açula a atenção, isca-a como o risco.*

Poema intitulado “Catar feijão”, parte constituinte do livro “Educação pela pedra”, publicado em 1965.

A comparação ora estabelecida parece casar perfeitamente diante daquele momento em que as ideias são elencadas. No entanto, é preciso ser hábil para escolher palavra por palavra, de modo a fazer com que o discurso (as orações, os períodos, os parágrafos) torne-se claro e preciso, atendendo às expectativas de nosso interlocutor. Dessa forma, como aqueles grãos que boiam fora, desnecessários por sinal, algumas palavras também parecem não se encaixar, pois por **um motivo ou outro** acabam escapando aos nossos olhos.

O porquê de escaparem? É simples, haja vista que nesse momento essa habilidade antes mencionada entra em ação e, em meio a esse ínterim, conhecimentos de toda ordem parecem se relacionar, sejam eles de ordem ortográfica, semântica, sintática e, sobretudo, aqueles indispensáveis a todo bom redator: o conhecimento de mundo.

Dada essa manifestação, é impossível não abordar um procedimento, tão útil quanto necessário: **a reescrita textual**. Acredite que, por meio dele, você, enquanto emissor, encontrará os *grãos pesados entre um grão qualquer, pedra ou*

indigesto, um grão imastigável, de quebrar dente. Vale dizer, contudo, que essa reescrita não deve se dar somente no âmbito de corrigir aqueles possíveis erros... digamos assim... gramaticais. Importantes eles? Sim, sem dúvida alguma, mas não são tudo. Cumpre afirmar que a reescrita deve ir além, haja vista que nos permite reconhecer aquelas “falhas” que certamente seriam reconhecidas por outra pessoa, sobretudo em se tratando do “teor”, da “essência” discursiva.

Tendo em vista que a coesão representa um dos principais aspectos na produção textual, muitas vezes, mediante a leitura daquilo que escrevemos, constatamos que os parágrafos não se encontram assim tão harmoniosamente ligados como deveriam. **Às vezes, uma conjunção ali, um advérbio acolá e um pronome adiante não se encontram bem distribuídos**. Outras vezes, percebemos uma quebra de simetria (revelada pela falta de **paralelismo**), em que uma ideia poderia ter sido expressa de outra forma.

Assim, de modo a constatar como esse aspecto assimétrico se manifesta na prática, analise o seguinte enunciado:

A leitura é **importante, necessária, útil e traz benefícios** a todo emissor que deseja aprimorar ainda mais a competência discursiva.

Inferimos que com o uso de “traz benefícios” houve uma quebra de simetria dos adjetivos explicitados (importante, necessária, útil...). Não que isso seja considerado uma falha de grande extensão, mas a ideia ficaria mais clara se outro adjetivo tivesse sido utilizado, justamente para acompanhar o raciocínio antes firmado, ou seja:

A leitura é **importante, necessária, útil e benéfica** a todo emissor que deseja aprimorar ainda mais a competência discursiva.

Outro aspecto, não menos importante, materializa-se pela “abundância” de orações intercaladas, as quais corroboram para a extensão da ideia, fazendo com que o interlocutor perca o “fio da meada” e passe a não entender mais o que se afirma no início da oração. Dessa forma, para que fique um pouco mais claro, analisemos o parágrafo que segue, revelando ser um bom exemplo da ocorrência em questão:

A leitura, esse importante instrumento – o qual o torna mais culto, mais apto a expressar seus pensamentos –, pois amplia significativamente seu vocabulário, contribui para o aperfeiçoamento da escrita.

Tudo aquilo que se afirma acerca da eficácia da leitura, ainda que relevante, tornou extensa e cansativa a ideia abordada. Dessa forma, retificando a oração, poderíamos obter como essencial somente estes dizeres, os quais seguem expressos:

A leitura contribui para o aperfeiçoamento da escrita.

Mediante os pressupostos aqui elencados, acreditamos ter contribuído de forma significativa para que você aprimore ainda mais suas habilidades no que tange à construção textual. E que, por meio da reescrita de suas ideias, possa ser hábil em jogar fora o *leve o oco*, assim mesmo como ressalta nosso grande mestre, e reelabore seu discurso pautando-se na concretude das palavras, tornando-as claras, precisas, objetivas.

FATORES DE TEXTUALIDADE

Textualidade é o conjunto de características que permite uma sequência de palavras e frases escritas, ou faladas, ser reconhecida como um texto. Isso acontece porque as palavras se organizam e interagem com certos fatores essenciais, tornando a mensagem compreensível e coerente para o leitor ou ouvinte.

OS 7 FATORES DE TEXTUALIDADE

A textualidade de um texto é obtida através dos seguintes fatores: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade.

1. Coerência

O que é? É a relação lógica que une as ideias de um texto.

Para que serve? Serve para ajudar leitores ou ouvintes a entender a mensagem principal e a sequência das informações.

Exemplo: um texto que começa falando sobre alimentação saudável e, de repente, passa a falar sobre carros de corrida sem nenhuma ligação entre os temas é incoerente.

2. Coesão

O que é? É o uso de palavras que conectam frases e parágrafos.

Para que serve? Serve para garantir a fluidez e a continuidade do texto.

Exemplo: em vez de repetir o mesmo termo, podemos substituí-lo por um pronome: “*Maria* chegou cedo. *Ela* trouxe café.”

3. Intencionalidade

O que é? É a intenção de quem produz o texto, ou seja, aquilo que se pretende conseguir através de um texto.

Para que serve? Serve para cumprir o objetivo do texto, como informar, pedir, convencer.

Exemplo: um bilhete deixado na geladeira com “Não esquecer de comprar leite!” tem a intenção clara de lembrar alguém para comprar leite.

4. Aceitabilidade

O que é? É a disposição do leitor ou ouvinte em aceitar um texto como válido ou relevante.

Para que serve? Serve para assegurar que o leitor ou ouvinte entenda ou acredite na mensagem transmitida no texto.

Exemplo: um texto científico que tenha sido escrito com gírias dificilmente é aceito como sério, porque as gírias não são aceitáveis nesse contexto.

5. Situacionalidade

O que é? É a ligação entre o texto e o contexto em que ele aparece.

Para que serve? Serve para garantir que um texto esteja adequado à situação, ou seja, que seja relevante.

Exemplo: um convite de casamento é diferente de uma notificação judicial porque cada um está inserido em contextos diferentes.

6. Informatividade

O que é? É a medida das informações contidas em um texto. Um texto pode ser mais ou menos informativo do que outro de acordo com a previsibilidade das suas informações.

Para que serve? Serve para garantir que um texto seja interessante, novo ou útil para o leitor.

Exemplo: um artigo que apenas repete o que o leitor já sabe pode parecer desnecessário, porque é previsível, mas um texto que explica algo novo ou apresenta uma nova perspectiva é mais informativo.

7. Intertextualidade

O que é? É a relação de um texto com outros textos já existentes.

Para que serve? Serve para permitir que o leitor perceba referências, comparações, citações ou inspirações de outros textos.

Exemplo: uma propaganda que diz “Ser ou não ser cliente X, eis a questão” faz referência direta à famosa frase de Shakespeare.

GÊNERO TEXTUAL / TIPOLOGIA TEXTUAL

Entender o que são gêneros, qual é a relação com as tipologias de texto e quais são as principais características de cada um é um grande passo para não errar na prova.

O que é o gênero textual?

Os gêneros textuais se referem a **agrupamentos de textos conforme suas características de estrutura e de função**. As produções que se encaixam em um mesmo gênero também têm em comum o tipo de interação que promovem entre o emissor e o receptor (interlocutores) da mensagem.

Por exemplo, todas as receitas de bolo do mundo compõem o gênero textual de receita culinária. A estrutura é sempre dividida entre uma listagem dos ingredientes e um modo de preparo, com a função de ensinar como é feita essa sobremesa. Ou seja, mesmo com conteúdos diferentes, todas as receitas de bolo são semelhantes em sua intenção comunicativa.

Gêneros e tipos textuais

Os gêneros, por sua vez, enquadram-se dentro de diferentes tipologias textuais. Essa é uma categoria mais ampla, que envolve a natureza linguística da produção. Luiz Antônio Marcuschi, um dos maiores nomes da Linguística Textual no Brasil, explica que **os gêneros textuais são a materialização comunicativa dos tipos textuais**.

Uma narração pode ser materializada na forma de um conto, de um romance ou de uma crônica, por exemplo. Todos esses gêneros, embora tenham estruturas diferentes, trazem recursos linguísticos próprios do tipo narrativo, como a presença de um narrador, de personagens reais ou fictícios e de um enredo.

Principais tipos e gêneros textuais

De acordo com Marcuschi, existem basicamente cinco tipos de tipologias de texto. Conhecer cada uma delas é parte fundamental de como estudar gênero textual. Veja!

Narrativo

A principal marca dos textos narrativos é a **existência de acontecimentos, reais ou fictícios, vividos por personagens, também reais ou fictícios, em um determinado tempo e espaço**. A trama que envolve os personagens, chamada de enredo, é essencial para a compreensão do conflito.

Em geral, a estrutura narrativa se divide em exposição, complicação, clímax e desfecho. Alguns gêneros textuais desse tipo são:

- romance;
- conto;
- fábula;
- crônica;
- novela;
- história em quadrinho.

Descritivo

Já os textos descritivos servem para **relatar como é algo, seja uma pessoa, seja um sentimento, seja um acontecimento**. O objetivo principal é estimular os sentidos do

48 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

receptor para que ele tenha a mesma impressão que o emissor sobre o objeto relatado.

Por isso, são cheios de adjetivos e de apresentações de percepções com recursos imagéticos. Alguns gêneros textuais desse tipo são:

- texto de diário;
- relato de viagem;
- relato histórico;
- biografia;
- autobiografia;
- anúncio classificado.

Dissertativo-argumentativo

É o tipo de texto cobrado na redação do Enem. Sua principal característica é a **apresentação de um tema (chamado de tese), sobre o qual o emissor tem um ponto de vista e precisa defendê-lo**. Apesar de ser destinada à persuasão do leitor, a dissertação não tem marcas de 2ª pessoa, como vocativos, mas sim uma linguagem impessoal.

Para que a construção da opinião do emissor seja mais clara, esse tipo textual costuma ser dividido em introdução, argumentação, antítese e conclusão. Alguns gêneros textuais desse tipo são:

- sermão;
- artigo de opinião;
- editorial jornalístico;
- resenha crítica;
- monografia.

Expositivo

Os textos expositivos, por sua vez, servem para **definir ou conceituar algo no mundo, por meio de informações imparciais e mais literais**. Esse tipo de texto costuma vir com uma enumeração de características, comparações e contrastes. Alguns gêneros textuais desse tipo são:

- verbete de dicionário;
- enciclopédia;
- resumo;
- entrevista;
- seminário.

Injuntivo

Por fim, o tipo de texto injuntivo, também conhecido como instrucional, tem caráter prescritivo. Ou seja, serve para **orientar o locutor sobre como determinada ação deve ser feita**. Sua característica principal é a presença de verbos no imperativo e de figuras de linguagem. Alguns gêneros textuais desse tipo são:

- manual de instrução;
- receita culinária;
- regulamento;
- propaganda;
- bula de remédio.

QUESTÕES DE PROVAS UECE

Agente Comunitário/Pref. Tianguá /UECE

Texto 1

Sonho de Paz

01	Wilbur MacDermott pediu que o deixassem a
02	sós no cenário do discurso, apenas com os técnicos
03	de televisão. Uma lágrima teimava em brotar-lhe os
	olhos e o americano tentou contê-la.

04 — Pronto, senhores – disse aos operadores
05 das câmeras. — É meia-noite. Vamos começar...

06 As luzes acenderam-se e as câmeras foram
07 ligadas, transmitindo para os satélites a imagem do
08 presidente americano.

09 — Senhoras e senhores, meus irmãos de
10 todo o mundo. Este é o momento mais difícil de minha
11 vida. Como se sabe, os sequestradores de minha filha
12 exigem que eu não vá avante com as reformas que
13 pretendo propor nesta noite. Sequestraram minha filha
14 para que eu me veja obrigado a apoiar a sinistra
15 proposta para a 25ª Emenda à Constituição do meu
16 país...

17 Respirou fundo e retomou:

18 — Infelizmente, esses covardes não me
19 deixam escolha. Não posso trocar a vida da minha filha
20 pela felicidade do mundo. Tenho de prosseguir, custe
21 o que custar...

22 A lágrima teimosa conseguiu escorrer por seu
23 rosto, brilhando sob as luzes fortes da televisão e
24 sendo transmitida por milhões de receptores
25 espalhados pelo mundo.

26 Por todo o globo, sobrava oxigênio à vontade.
27 A respiração da humanidade estava suspensa, à
28 espera da continuação do discurso. [...]

29 Wilbur MacDermott já não conseguia impedir
30 as lágrimas. Mas continuava o discurso, como o pai de
31 um condenado que vê o filho caminhando para o
32 patíbulo e ainda mantém a certeza de que sua causa
33 merece o sacrifício.

34 — Meus irmãos do mundo inteiro! Nosso
35 sonho de paz nunca será possível enquanto um país
36 poderoso como os Estados Unidos ainda insistir em
37 manter um arsenal nuclear, capaz de arrastar o
38 planeta milhares de vezes, uma depois da outra, e
39 enquanto conservar um estoque de armas químicas e
40 biológicas capazes de impor epidemias mortais às
41 populações inocentes de outros países. Por isso,
42 precisamos ter a coragem de, unilateralmente, destruir
43 por completo essas armas, antes que elas nos
44 destruam! Proponho um desmantelamento total das
45 armas nucleares, químicas e biológicas do mundo
46 inteiro, a começar pelas nossas, as armas dos Estados
47 Unidos. Nesse momento, meus assessores estão
48 distribuindo à imprensa um mapa do meu país, com a
49 localização de todos os arsenais, laboratórios e
50 fábricas de artefatos nucleares, químicos e biológicos.
51 Convido a Organização das Nações Unidas para que
52 envie comissões de fiscalização para testemunhar a
53 destruição das armas do Juízo Final. O Apocalipse,
54 nunca!!

55 BANDEIRA, Pedro. *Droga de americana*. São Paulo:
56 Moderna, 2009. p.150-1;161-163. Texto adaptado

01. A respeito do texto, é correto afirmar que

A) o personagem protagonista é denominado no texto ora como “Wilbur MacDermott” (linha 01), ora como “americano” (linha 04), ora como “presidente americano” (linha 10), ora como “pai de um condenado” (linha 33).

B) a realização do sonho de paz está diretamente relacionada, na visão do presidente, ao desaparecimento das armas nucleares, químicas e biológicas.

C) a expressão “Juízo Final” retoma a ideia de julgamento de quem fez uso correto ou não de armas nucleares, químicas e biológicas.

D) a proposta do presidente restringe-se aos países poderosos como os Estados Unidos.

02. Atente para as seguintes passagens:

- I. “Uma lágrima teimava em brotar-lhe os olhos e o americano tentou contê-la.” (linhas 3-5)
- II. “Respirou fundo e retomou...” (linha 19)
- III. “A lágrima teimosa conseguiu escorrer por seu rosto...” (linhas 24-25)
- IV. “Wilbur MacDermott já não conseguia impedir as lágrimas.” (linhas 31-32)

As passagens apresentadas indicam, em relação ao presidente, a gradação de

- A) seu desespero.
- B) seu poder.
- C) sua serenidade.
- D) sua fraqueza.

TEXTO II



Fonte: <http://sem-hipocrisia.blogspot.com>. Acesso em 26/07/2016

03. Agente Comunitário/Pref. Tianguá– 2016/UECE) O texto II se trata de

- A) uma capa de revista.
- B) uma placa.
- C) um fôlder.
- D) um bilhete.

04. Agente Comunitário/Pref. Tianguá– 2016/UECE) O objetivo do texto é

- A) informar os bandidos a respeito da segurança deles.
- B) alertar as pessoas de que não há armas em casa.
- C) criticar os que defendem a lei do desarmamento.
- D) proibir os visitantes de usar armas dentro de casa.

05. Agente Comunitário/Pref. Tianguá– 2016/UECE) O locutor do texto é alguém

- A) defensor do desarmamento.
- B) pacífico e contra o uso de armas.
- C) pacífico e sem opinião própria.
- D) defensor do uso de armas.

06. Agente Comunitário/Pref. Tianguá– 2016/UECE) A forma de tratamento direcionada aos bandidos sugere

- A) respeito.
- B) solidariedade.
- C) raiva.
- D) desprezo.

Gabarito

1. B	2. A	3. B	4. C	5. D	6. A
------	------	------	------	------	------

Técnico em Saneamento/Pref. Sobral - 2019/UECE

Fé, calma e sabedoria contra o caos: o que recomenda o líder indígena Ailton Krenak

Autor de 'Ideias para adiar o fim do mundo', Ailton Krenak debateu-as em BH, durante o Encontro Internacional Arte, Cultura e Democracia no Século 21

Ana Clara Brant

01	Em 1987, no contexto das discussões da Assembleia
02	Constituinte, o líder indígena, ambientalista e escritor
03	Ailton Krenak fez um gesto que entrou para a história. Em
04	sinal de luto pelo retrocesso na tramitação dos direitos
05	indígenas, ele pintou o rosto de preto com pasta de
06	jenipapo enquanto discursava no plenário do Congresso
07	Nacional, em Brasília. “Se for para repetir esse gesto,
08	tomara que seja com mais gente. Um homem sozinho não
09	consegue nada. Mas não adianta ficar estressado,
10	angustiado. Mesmo diante desse caos, precisamos não
11	perder a fé e a calma. É preciso resolver as coisas com
12	sabedoria”, afirma Krenak, que esteve em Belo Horizonte
13	na quinta-feira passada (22), como convidado do
14	Encontro Internacional Arte, Cultura e Democracia no
15	Século 21, promovido pela Prefeitura.
16	Apesar do tom sereno, Krenak não esconde a
17	preocupação, sobretudo com relação às mais recentes
18	tragédias ambientais, como as queimadas em curso na
19	Amazônia. “A Amazônia é um bioma complexo e
20	regulador do clima e distribui chuvas, além de reciclar e
21	limpar o oxigênio do planeta. Os governos europeus
22	sabem dessa importância e por isso estão se
23	manifestando, preocupados com a situação”, observa
24	Krenak. Para os povos indígenas, no entanto, a relação é
25	outra. “É como se fosse uma entidade à qual muitos povos
26	se sentem vinculados e na obrigação de protegê-la.”
27	Embora valorize a preocupação dos governantes
28	europeus, o líder indígena avalia que eles deveriam ter
29	tomado decisões em relação à proteção da Amazônia há
30	muito tempo, como a suspensão das importações de
31	carne de boi, de frango, soja e minério. “A pecuária, a
32	mineração, tudo isso está devastando nossas paisagens,
33	nosso meio ambiente. França, Alemanha e outros países
34	deveriam colocar alguma restrição na hora de importar
35	esses produtos. Já que nosso presidente decidiu
36	avacalhar tudo, ele mesmo poderia fazer algo nesse
37	sentido. Proibir a venda dessas mercadorias, por
38	exemplo”, sugere.
39	Krenak é pessimista com as perspectivas do governo
40	de Jair Bolsonaro. Particularmente, ele se refere ao
41	presidente como Nero, o imperador romano famoso por
42	ter incendiado Roma. “Vivemos um período crítico, com
43	ameaças aos direitos humanos, à ideia do Estado de
44	direito. Enquanto existir esse governo agredindo o senso
45	comum, desrespeitando tudo e todos, dismantando a
46	infraestrutura de governança que recebeu, a gente não
47	tem esperança nenhuma de melhorar. Mas temos que
48	seguir firmes, fortes e resistentes”, afirma.
49	Atualmente morando em Resplendor (MG), às
50	margens do Rio Doce, região de origem dos Krenak, ele
51	
52	
53	

54	lamenta as condições a que seu povo está submetido,
55	principalmente após o rompimento da barragem da
56	Samarco, em 2015. “Ainda estamos sentindo os efeitos.
57	Estamos refugiados dentro de casa, como se fosse um
58	acampamento dentro do nosso próprio território. Temos
59	caminhão-pipa trazendo água, os animais sendo
60	alimentados com ração. Infelizmente, o Rio Doce ainda
61	vai demorar muito para voltar a ser uma fonte de
62	subsistência. Ouso dizer que ele está pior do que o
63	Arrudas.”
64	Enquanto isso, o líder indígena segue a filosofia de sua
65	etnia, com a “cabeça na terra”, que é o significado da
66	palavra Krenak. “Cada cultura tem a sua maneira de orar.
67	No nosso caso, a gente se ajoelha e coloca a cabeça na
68	terra para se ligar a ela, fazendo contato com esse planeta
69	tão maravilhoso. É assim que temos que continuar.”
70	Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/08/
71	25/interna_cultura,1079473/fe-calma-e-sabedoriacontra-o-caos-o-que-
72	recomenda-lider-indigena.shtml .
73	Acesso em 19/10/2019

01. Técnico em Saneamento/Pref. Sobral - 2019/UECE) O texto permite deduzir que

- A) o líder indígena demonstra-se resiliente e ativo, apesar de preocupado, crítico e choroso quanto à questão ambiental.
 B) os governos europeus e os povos indígenas possuem a mesma percepção em relação à Amazônia.
 C) a preocupação dos governos europeus é legítima, mas nada podem fazer para proteger a Amazônia.
 D) os governos brasileiro e europeu colocarão restrições na venda e compra de mercadorias oriundas da pecuária e da mineração.

02. Técnico em Saneamento/Pref. Sobral - 2019/UECE) Pela fala do líder indígena ao referir-se a seu gesto que entrou para a história, infere-se que ele

- A) conseguiu reverter o retrocesso na tramitação dos direitos indígenas.
 B) entrou para a história por ter conseguido fazer tramitar os direitos indígenas.
 C) resolveu, com sabedoria, a problemática motivadora do gesto.
 D) reconheceu que sozinho seus protestos continuarão sem surtir efeito.

03. Técnico em Saneamento/Pref. Sobral - 2019/UECE)

O texto possibilita o entendimento de que a filosofia da etnia Krenak em relação à terra é de

- A) humildade e derrotismo.
 B) religiosidade e ostentação.
 C) respeito e sintonia.
 D) interrelação e soberania.

04. Técnico em Saneamento/Pref. Sobral - 2019/UECE) A respeito do substantivo “gente” empregado em “Se for para repetir esse gesto, tomara que seja com mais gente.” (linhas 8-9), é correto afirmar que o substantivo

- A) inclui, em seu significado, o falante, logo equivale ao pronome “nós”.
 B) equivale semanticamente a “algumas pessoas”.
 C) apresenta significado equivalente ao do termo sublinhado na frase “...a gente não tem esperança nenhuma” (linhas 51-52).
 D) apresenta significado equivalente ao do termo sublinhado na frase “No nosso caso, a gente se ajoelha” (linhas 70-71).

GABARITO

1. A	2. D	3. C	4. B
------	------	------	------

MORFOLOGIA

ESTRUTURAS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

1. ESTRUTURA DE PALAVRAS

MORFEMA

É a menor unidade portadora de sentido de uma palavra.

Ex.: Menin - o

Menin é o primeiro morfema, que designa ‘criança’.

O é o segundo morfema, que informa sobre o ‘gênero’.

ELEMENTOS MÓRFICOS

Elementos mórficos, ou morfemas, é o nome dado para cada “pedacinho” da palavra. Eles se unem para formar termos completos e, quando alterados, podem trazer um novo significado para a palavra, ou reestruturar o tempo verbal, por exemplo.

Os elementos mórficos são:

- 1) Radical;
- 2) Vogal temática;
- 3) Tema;
- 4) Desinência;
- 5) Afixo;
- 6) Vogais e consoantes de ligação.

1)RADICAL:

O significado básico da palavra está contido nesse elemento; a ele são acrescentados outros elementos.

Ex.: **pedra**, **pedreiro**, **pedrinha**.

2)VOGAL TEMÁTICA:

Tem como função preparar o radical para ser acrescido pelas desinências e também indicar a conjugação a que o verbo pertence.

Ex.: **Casa**, **poço**, **peixe**, **inteligente**.

Ex.: **cant**ar, **vend**er, **part**ir.

OBSERVAÇÃO: Nem todas as formas verbais possuem a vogal temática. Ex.: parto (radical + desinência número pessoal)

3)TEMA:

É o radical com a presença da vogal temática.

Ex.: **CHOR A VA**

Rad. VT

4)DESINÊNCIAS:

São elementos que indicam as flexões que os nomes e os verbos podem apresentar. São subdivididas em:

- DESINÊNCIAS NOMINAIS;
- DESINÊNCIAS VERBAIS.

DESINÊNCIAS NOMINAIS

Indicam o gênero e número. As desinências de gênero são **a** e **o**; as desinências de número são o **s** para o plural e o singular não tem desinência própria.

Ex.: **GAT O**

Rad. Dês. nominal de gênero

GAT O S

Rad. d.n.g d.n.n

d.n.g » desinência nominal de gênero

d.n.n » desinência nominal de número

DESINÊNCIAS VERBAIS

Indicam o modo, número, pessoa e tempo dos verbos.

Ex.: **CANT** **Á** **VA** **MOS**
 Radical VT DMT DNP

VT » vogal temática

DMT » desinência modo-temporal

DNP » desinência número-pessoal

5) AFIKOS: sufixos e prefixos

São elementos que se juntam aos radicais para formação de novas palavras. Os afijos podem ser:

PREFIXOS – quando colocado antes do radical;

SUFIXOS – quando colocado depois do radical

Ex:

Pedrada.

Inviável.

Infelizmente

6) VOGAIS E CONSOANTES DE LIGAÇÃO

São elementos que são inseridos entre os morfemas (elementos mórnicos), em geral, por motivos de eufonia, ou seja, para facilitar a pronúncia de certas palavras.

Ex.: SILVÍCOLA, PAULADA, CAFÉCULTURA.

2. PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

Inicialmente observemos alguns conceitos sobre palavras primitivas e derivadas e palavras simples e compostas

PALAVRAS PRIMITIVAS

Palavras que não são formadas a partir de outras.

Ex.: PEDRA, CASA, PAZ, ETC.

PALAVRAS DERIVADAS

Palavras que são formadas a partir de outras já existentes.

Ex.: PEDRADA (derivada de pedra), FERREIRO (derivada de ferro).

PALAVRAS SIMPLES

São aquelas que possuem apenas um radical.

Ex.: FLOR, PÉ, BEIJO.

PALAVRAS COMPOSTAS

São palavras que apresentam dois ou mais radicais.

Ex.: PÉ-DE-MOLEQUE, BEIJA-FLOR, GUARDA-CHUVA.

FORMAÇÃO DAS PALAVRASOs processos de formação de vocábulos podem acontecer das seguintes formas, de acordo com o que esclarece Ribeiro (2005): **Derivação e Composição.****Formação de palavras****Derivação**

adição de prefixos e sufixos

re + começo
quart+ inho**Composição**

combinação de palavras

guarda + roupa
áqua + ardente**1. DERIVAÇÃO**

É a formação de palavras com base em outras, com o acréscimo de afijos. Ela pode ocorrer das seguintes maneiras:

- **Derivação prefixal:** quando temos a adição de um prefixo à palavra primitiva. Exemplos:
 - *Desleal:* formada pela adição do prefixo des- a *leal*, indicando oposição.
 - *Refazer:* composta pelo prefixo re- somado à palavra *fazer*, indicando repetição da ação.
- **Derivação sufixal:** quando há a adição de um sufixo à palavra primitiva.

Exemplos:

- *Felizmente:* formada por *feliz* + sufixo *-mente*, transformando o adjetivo em advérbio.
- *Amoroso:* composta por *amor* + sufixo *-oso*, indicando qualidade relacionada ao radical.
- **Derivação prefixal e sufixal:** nesse caso, são adicionados um prefixo e um sufixo à palavra primitiva, mas não simultaneamente.

Exemplos:

- *Infelizmente:* formada pela adição do prefixo *in-* e do sufixo *-mente* a *feliz*.
- *Desagradável:* composta pela adição do prefixo *des-* e do sufixo *-ável* ao radical *agrad*.
- **Derivação parassintética:** nesse caso, temos a adição simultânea de prefixo e sufixo à palavra primitiva, sem que a palavra exista sem esses elementos.

Exemplos:

- *Envelhecer:* formada pela adição do prefixo *en-* e do sufixo *-ecer* ao radical *velh*, sendo que *envelh* não existe isoladamente.
- *Emagrecer:* composta pelo prefixo *e-* e o sufixo *-ecer* adicionados simultaneamente ao radical *magro*.

- **Derivação imprópria:** quando ocorre a mudança de classe gramatical sem adicionar afixo nenhum à palavra primitiva.

Exemplos:

- *O correr (verbo → substantivo):* o verbo *correr* é usado aqui como substantivo na frase: *O correr das águas*.
- *O verde (adjetivo → substantivo):* o adjetivo *verde* transforma-se em substantivo, como em: *O verde da natureza*.

2. COMPOSIÇÃO

52 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

É o processo de unir duas ou mais palavras para formar uma nova, algo que pode ser feito por justaposição ou aglutinação.

- **Justaposição:** ocorre quando as palavras se unem sem que haja alterações em sua forma original, ou seja, ambas permanecem intactas.

Exemplos:

- *Passatempo*: união de *passa* + *tempo*, formando uma palavra que significa atividade para ocupar o tempo.
- *Couve-flor*: união de *couve* + *flor*, formando o nome de uma planta que lembra uma flor.

- **Aglutinação** ocorre quando as palavras se unem, mas, pelo menos, uma delas sofre alteração em sua forma.

Exemplos:

- *Planalto*: junção de *plano* + *alto*, resultando na perda da vogal *o* de *plano*.
- *Vinagre*: união de *vinho* + *acre*, resultando na perda das vogais finais, formando a palavra que significa vinho ácido.

3. TIPOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

→ Hibridismo

É a formação de palavras por meio da junção de elementos de origens diferentes.

Exemplos:

- *Automóvel*: *auto* (do grego, movimento) + *móvel* (do latim, que se move).
- *Televisão*: *tele* (do grego, distância) + *visão* (do latim, ato de ver).
- *Burocracia*: *burô* (do francês, escritório) + *cracia* (do grego, poder).

→ Neologismo

É a criação de palavras novas com o propósito de nomear objetos recentes ou expressar conceitos novos.

Exemplos:

- *Selfie*: palavra nova para designar autorretrato fotográfico.
- *Baixar*: termo relacionado ao download de arquivos digitais.
- *Blogar*: verbo criado para indicar a ação de escrever em um blog.

QUESTÕES DE PROVAS

01. (SESI SP - Professor de Educação Básica - Área: Língua Portuguesa - 2023)

Texto 11A1

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação, em razão de sua inerência à cidadania e aos direitos humanos, foi positivada como direito do cidadão e dever do Estado.

A prática de declarar direitos significa, por um lado, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro, que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no âmbito social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político, conforme Marilena Chaui (1989).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o sistema educacional brasileiro é definido e organizado de forma a assegurar o direito social à educação. Assim, a educação básica torna-se um direito do cidadão à educação

e um dever do Estado de atendê-lo mediante oferta qualificada.

Ao estabelecer os seus parâmetros, a lei da educação define a educação infantil como a raiz da educação básica, o ensino fundamental como o seu tronco e o ensino médio como seu acabamento. É dessa visão holística de base que se pode ter uma visão consequente das partes.

Carlos Roberto Jamil Cury. **A educação como desafio na ordem jurídica**. In: Eliana M. T. Lopes, Luciano M. Faria Filho e Cynthia G. Veiga (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 (com adaptações).

Considerando o vocabulário empregado no texto 11A1, assinale a opção em que todas as palavras são formadas pelo mesmo processo morfológico.

- A "Constituição", "cidadania", "positivada"
- B "reconhecimento", "consentimento", "inscreve"
- C "origem", "ensino", "acabamento"
- D "direito", "portadores", "qualificada"
- E "fundamental", "declaração", "raiz"

02. (Prefeitura de Florianópolis - Enfermeiro - 2024) Sobre processos de formação de palavras, analise as afirmações a seguir:

- I. A palavra "geneticista" foi formada pelo processo de _____.
- II. A palavra "bioinformata" foi formada pelo processo de _____.
- III. A palavra "pesquisa" foi formada pelo processo de _____.
- IV. A palavra "minoritários" foi formada pelo processo de _____.

Assinale a alternativa que correta e respectivamente preenche as lacunas nos excertos:

- A derivação imprópria - derivação parassintética - derivação sufixal - composição por aglutinação.
- B composição por justaposição - derivação imprópria - derivação prefixal - derivação parassintética.
- C derivação sufixal - derivação prefixal - derivação regressiva - derivação sufixal.
- D derivação regressiva - composição por aglutinação - derivação prefixal e sufixal - derivação regressiva.
- E derivação prefixal - derivação sufixal - derivação imprópria - derivação prefixal.

03. (Câmara de Cidade Ocidental - Assistente Administrativo - 2024) Texto 3

Antigamente

Carlos Drummond de Andrade

Antigamente, as moças chamavam-se mademoiselles e eram todas mimosas e muito prendadas. Não faziam anos: completavam primaveras, em geral dezoito. Os janotas, mesmo sendo rapagões, faziam-lhes pé-de-alferes, arrastando a asa, mas ficavam longos meses debaixo do balaio

Disponível em:
<https://variacoeslinguisticas.blogspot.com/2011/01/poemas.html>.
Acesso em: 28 mar. 2024

O processo de formação da palavra rapagão é caracterizado como

- A prefixal, pela junção do prefixo aumentativo -*gão*.
- B sufixal, pela junção do sufixo diminutivo -*gão*.
- C prefixal, pela junção do prefixo diminutivo -*gão*.
- D sufixal, pela junção do sufixo aumentativo -*gão*.

Gabarito: 01/A; 02/C; 03/D

QUESTÕES UECE

01. **Analista de Infraestrutura/Pref. Sobral- /UECE)** Assinale a opção em que os três exemplos seguem o mesmo **processo de formação de palavras**.

- A) contracheque – impunidade – representante
- B) estradinha – igualmente – poderosos
- C) desgraça – intocável – servidores
- D) representante – contracheque – igualmente

02. **Analista Trânsito-Adm. /DETRAN -CE- /UECE)** O prefixo de “imprescindível” difere semanticamente de

- A) incomum.
- B) imigrante.
- C) irregular.
- D) desnecessário.

03. **Analista Trânsito-Adm. /DETRAN -CE- /UECE)** As palavras “responsabilidade, responsabilizar e responsável” têm a mesma raiz, por isso são cognatas. Assinale a opção em que há uma palavra intrusa exatamente por ser um falso cognato.

- A) trânsito — intransitável — transitar
- B) ciclismo — ciclovias — cíclico
- C) motor — motorista — automotor
- D) educador — educação — mal-educado

04. **Analista Trânsito-Adm. /DETRAN -CE- /UECE)** Assinale a opção que corresponde à correta classificação da palavra apresentada, quanto ao seu **processo de formação**.

- A) pedestre — derivação sufixal
- B) Denatran — derivação imprópria
- C) transversal — hibridismo
- D) democrático — derivação prefixal

05. **Guarda Municipal/Pref. Acopiara- UECE)** Escreva V (verdadeiro) ou F (falso)

Texto

Passamos muito tempo olhando para nossos próprios umbigos ou mergulhados em nossas crises existenciais e não reparamos nos pedidos de **ajuda** de quem está ao nosso lado. (...) O que as pessoas que ajudam outras nos mostram é que **basta** querer, para mudar o mundo.

I – As palavras “ajuda”, e “basta” no texto, estão empregadas como verbos ()

II – Os elementos mórficos da palavra “individualista”, se separam assim: idividu(o) (raiz), al (sufixo) + ista (sufixo)()

III – A palavra “bem-vindo”, é formada por composição por justaposição e a palavra “conhecimento” é derivada por sufixação. ()

É (são) verdadeira(s)

- A) I, II e III
- B) somente I e II
- C) somente I e III
- D) somente II e III
- E) somente I

Gabarito 01/B; 02/B; 03/B; 04/A; 05/D

COGNATOS

Palavras Cognatas

Palavras cognatas são as palavras que apresentam um mesmo radical primário, pertencendo desta forma a uma mesma família de significação.

Exemplo: As palavras *corpo, corporal, corpúsculo, corporação, encorpar, incorporação, corpete, corpanzão e corpuscular* são palavras cognatas, sendo que todas são derivações da palavra latina originária *corpus*.

QUESTÕES DE PROVAS

01. As palavras **adivinhar - adivinho e adivinhação** - têm a mesma raiz, por isso são cognatas. Assinalar a alternativa em que não ocorrem três cognatos:

- a) alguém - algo - algum
- b) ler, leitura - lição
- c) ensinar - ensino, ensinamento
- d) candura - cândido – incandescência
- e) viver - vida – vidente

Gabarito: 01:C

CLASSES DE PALAVRAS

Substantivo	nomes em geral, desde objetos, fenômenos, lugares, qualidades, ações, dentre outros. Exemplos: caneta, beleza, Brasil.
Verbo	ações, estados ou fenômenos da natureza. Exemplos: sorrir, estar, chover.
Adjetivo	características dos substantivos. Exemplos: feliz, interessante, amável.
Pronome	relação das pessoas do discurso. Exemplos: eu, contigo, aquele.
Artigo	vem antes do substantivo e serve para o especificar ou generalizar. Exemplos: o, as, uns, uma.
Numeral	indica posição ou número de elementos. Exemplos: um, primeiro, dezenas.
Preposição	liga dois elementos da oração. Exemplos: a, após, para.
Conjunção	liga dois termos ou duas orações de mesmo valor gramatical. Exemplos: mas, portanto, conforme.
Interjeição	exprime emoções e sentimentos. Exemplos: Olá! Viva! Psiu!
Advérbio	exprime circunstâncias de tempo, modo, intensidade, entre outros. Exemplos: agora, melhor, demais.

CLASSES DE PALAVRAS: FUNÇÕES, GÊNERO, NÚMERO, EMPREGO.

54 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

As palavras se distribuem em classes fora de contexto, na forma como aparecem do dicionário. Já a função só pode ser determinada a partir da análise de sua ocorrência em frases.

Vejamos a diferença entre classe e função. O dicionário classifica a palavra galinha como substantivo. Esta é a classe de que a palavra faz parte. Em frases, podemos identificar a função do substantivo galinha:

A galinha bota ovos.

Nesta frase, o substantivo galinha exerce a função de núcleo do sujeito.

Vi uma galinha carijó

Nesta outra, o substantivo galinha exerce a função de núcleo do objeto direto.

Gosto de carne de galinha.

Nesta terceira frase, o substantivo galinha exerce a função de núcleo do adjunto adnominal.

A NGB divide as palavras da língua portuguesa em dez classes, chamadas de **classes gramaticais**. São elas:

- 1) **substantivo** - palavra que dá nome aos seres: crianças, língua, tribo, Brasil.
- 2) **adjetivo** - palavra que caracteriza os seres e as coisas: longa, humanitário, novo.
- 3) **verbo** - palavra que indica fato ou estado: aprender, mandar, permanecer, estar.
- 4) **pronome** - palavra que representa ou acompanha o substantivo, considerado-o apenas como pessoa do discurso: eles, sua.
- 5) **numeral** - palavra que indica quantidade ou ordem: 1533, II.
- 6) **artigo** - palavra que acompanha o substantivo, determinado ou indeterminado-o: a, uma.
- 7) **advérbio** - palavra que indica circunstância de lugar, modo, intensidade etc.: aqui, bem,
- 8) **preposição** - palavra que serve para ligar dois termos de uma oração: de.
- 9) **conjunção** - palavra que serve para relacionar duas orações ou termos semelhantes de uma mesma oração: e.
- 10) **interjeição** - palavra que expressa sentimento ou emoção: Nossa!

Essas dez classes de palavras distribuem-se em dois grupos:

- a) **variáveis**: palavras que podem apresentar mudança na forma, quando contextualizadas. São elas: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, pronome e numeral.
- b) **invariáveis**: palavras que não apresentam mudança na forma, mesmo contextualizadas. São elas: advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

TIPOS DE CLASSES DE PALAVRAS

→ Palavras variáveis

Os substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes e verbos são palavras variáveis, pois têm a constituição modificada para marcar alguns elementos gramaticais, como o

- gênero (masculino/feminino);
- número (singular/plural);
- pessoa (primeira, segunda e terceira);
- tempo (pretéritos, presente, futuros);
- modo (indicativo, subjuntivo, imperativo).

→ Palavras invariáveis

Os advérbios, as preposições, as conjunções e as interjeições são palavras invariáveis, já que não comportam transformações em suas formas.

SUBSTANTIVO

Substantivo é uma classe gramatical cuja função é nomear os seres em geral. Apesar de essa conceituação estar presente em vários locais, há que se destacar a sua

incompletude, já que o substantivo pode também ser responsável por denominar:

- ações (abraço, chute);
- postulados físicos (inércia);
- aspectos emocionais e psicológicos (covardia, esquizofrenia, ansiedade, amor, ódio);
- elementos socioculturais (pobreza, inteligência), entre outros.

→ Classificações dos substantivos

• **Comum**: é responsável por nomear a generalidade dos seres da mesma espécie, dos elementos abstratos, dos objetos e dos fenômenos da natureza. **Exemplos**: casa, ódio, neve.

• **Próprio**: faz referência a um ser específico. **Exemplos**: Maria, Panela de Barro Restaurante (no caso, panela de barro identifica um restaurante determinado).

• **Primitivo**: termos que não se originaram de outros existentes na mesma língua. **Exemplos**: maçã, porta, livro.

• **Derivado**: palavras que provêm de outras. **Exemplos**: macieira (árvore) – maçã (fruta), portaria – porta, livreiro – livro.

• **Simples**: são constituídos por apenas um radical (parte da palavra que carrega o sentido principal dela). **Exemplos**: garrafa, tênis, feijão.

• **Compostos**: têm mais de um radical em sua estrutura. **Exemplos**: beija-flor, passatempo (verbo passar + substantivo tempo).

• **Concreto**: nomeiam seres de existência própria, isto é, figuras independentes que fazem parte de um universo real ou imaginário. **Exemplos**: caneta, vampiro (entidade), São Paulo (cidade), Ministério da Saúde (instituição).

• **Abstrato**: designam qualidades, ações, sentimentos, estados, sensações. **Exemplos**: soberba, riso, solidão, juventude, conforto.

ARTIGO

O artigo é a palavra que **precede os substantivos a fim de determiná-los**, tanto de maneira particular, por meio do uso de o, a, os, as, quanto de modo vago, ao utilizar um, uma, uns, umas.

→ Classificações dos artigos

• **Definido**: individualiza o substantivo, ou seja, leva o interlocutor a saber do que se trata especificamente.

Exemplos:

- O amor de Antônio era forte (não é qualquer amor, sabe-se que é um específico).
- A história revelará a verdade (refere-se à história da humanidade).
- Os bandidos atacaram novamente (sabe-se que são as mesmas pessoas que cometeram os crimes).
- As rosas do jardim estão secas (o sujeito que fez tal afirmação fez menção a determinadas flores).

• **Indefinido**: generaliza o substantivo.

Exemplos:

- Falta um cantor para completar o espetáculo (pode ser o João, o José, o Miguel, qualquer um que cante).
- Gostaria de saber se há uma lanchonete na região (no caso, a pessoa não especificou qual a lanchonete, podendo ser a do João, a da Maria, entre outras)
- Em cima da mesa, estão uns biscoitos (a informação impossibilita saber a marca, o tipo das bolachas).
- Seria ótimo conhecer umas atrizes famosas (não se sabe quais atrizes são).

ADJETIVO

O **adjetivo** é uma palavra ou locução (iniciada por preposições: *de, em, com, sem*) que **confere características, estados, qualidades aos seres**. Também pode instituir

relações de tempo, de espaço, de finalidade, de procedência com o substantivo.

Exemplos:

- Banca de revistas (locução adjetiva)
- Avaliação semanal (tempo)
- Cidade estrangeira (espaço)
- Vinho chileno (procedência)
- Emergência ortopédica (finalidade)

→ **Classificações dos adjetivos**

• **Primitivos:** não advêm de outro termo existente na língua e possuem apenas um radical. Ressalta-se que existem poucos adjetivos primitivos.

Exemplos: azul, roxo, verde, branco, grande, escuro, liso, feliz, triste.

DICA: A maior parte dos adjetivos primitivos são cores

• **Derivados:** são originados de outras palavras. Assim, são acrescentados afixos (partes das palavras que carregam um sentido complementar ao principal, por exemplo, **infeliz**, em que o **in** significa não) ao radical.

Exemplos:

- **desfavorável** - favor
- **esverdeado** - verde
- **européia** – Europa

• **Simples:** tem apenas um radical.

Exe.: azul, desfavorável, escuro.

• **Compostos:** possuem mais de um radical.

Exe.: amarelo-canário, sociopolítico.

NUMERAL

O numeral é responsável por **quantificar, de forma exata, os seres** (pessoas, objetos, entre outros). Além disso, também tem a função de **identificar a posição ocupada** por um ser em um contexto específico.

→ **Classificações dos numerais**

• **Cardinais:** apresentam o número preciso de algo. Destaca-se o fato de que, mesmo que os numerais sejam considerados palavras variáveis, nesta categoria, apenas o termo um, o dois e os referentes às centenas a partir de duzentos são modificados.

Exemplos:

- Encontrei apenas um lápis no estojo.
- Na sala de cirurgia, havia uma enfermeira e quatro médicos.
- Recebi duzentas moedas.

• **Ordinais:** conforme a própria palavra já anuncia, diz respeito à ordem, assim sempre se estabelecerá uma relação entre vários seres.

Exemplos:

- O segundo a alcançar a linha de chegada é goiano.
- É a milésima vez que digo isso.

PRONOME

O pronome, além de **estabelecer quais são os seres que fazem parte diretamente da interlocução** (1ª e 2ª pessoas), ainda são empregados para indicar os demais presentes no discurso (3ª pessoa), ou seja, essa classe gramatical faz referência a quem fala, com quem se fala e a de quem ou do que se fala. Diante dessa característica, **normalmente substituem os substantivos**.

Exemplo:

Luíza (substantivo) comprou um carro.

Agora, ela (pronome) chega mais rapidamente aos lugares.

→ **Classificações dos pronomes**

• **Pronomes pessoais:** representam as pessoas gramaticais.

	Caso reto (função de sujeito)	Caso oblíquo (função de complemento)	
		Átonos (sem preposição)	Tônicos (com preposição)
Singular	eu	me	mim
Singular	tu	te	ti
Singular	ele/ela	se, o, a, lhe	si, ele/ela
Plural	nós	nos	nós
Plural	vós	vos	vós
Plural	eles/elas	Se, os, as, lhes	si, eles/elas

Exemplos:

- Eu fui ao shopping hoje.
- Os professores nos auxiliaram a entender a matéria.
- A informação não foi enviada a eles.

• **Pronomes possessivos:** determinam uma relação de posse, de algo pertencente às pessoas do discurso.

	Um possuidor		Vários possuidores	
	Um objeto	Vários objetos	Um objeto	Vários objetos
1ª pessoa	Meu/ minha	Meus/ minhas	Nosso/ nossa	Nossos/ nossas
2ª pessoa	Teu/ tua	Teus/ tuas	Vosso/ vossa	Vossos/ vossas
3ª pessoa	Seu/ sua	Seus/ suas	Seu/ sua	Seus/ suas

Exemplos:

- Nossas férias foram especiais.
- João, onde está a sua tarefa?

• **Pronomes demonstrativos:** são utilizados para determinar as distâncias tanto físicas quanto cronológicas de algo em relação às pessoas do discurso.

Variáveis	Invariáveis
este, esta, estes, estas	isto
esse, essa, esses, essas	isso
aquele, aquela, aqueles, aquelas	aquilo

Exemplos:

- Este joelho só serve para doer. (proximidade de quem fala)



DICA:

Para se referir ao celular, o homem deve utilizar o pronome "este".

- Finalmente chegou esta hora. (atualidade)
- O grande acontecimento de hoje foi este: ir ao supermercado. (introduz uma ideia)
- Nossa, essa pulseira é linda. (proximidade de quem ouve)
- Nesse intervalo, eu fiz muitas coisas. (tempo que está imediatamente antes do presente)
- Comprei um celular, mas esse não funciona muito bem. (retoma uma informação)
- Você conhece aquela cachoeira? (distância tanto de quem fala quanto de quem ouve)

56 SEDUC CE – Comum a todos os cargos – DEMONSTRAÇÃO

- Consegui construir um celeiro e um lago. Este ficou bem-feito, entretanto aquele não. (elemento referido anteriormente a outro)

- Naquela década, as mulheres não podiam votar. (tempo distante)

OBS: contração da preposição em + pronome aquela = naquela.

• **Pronomes indefinidos:** fazem referência, de maneira vaga, à 3ª pessoa gramatical.

Exemplos:

- Alguns membros da plateia gostaria de falar?
- Todas as flores estão belíssimas durante a primavera.
- Certas pessoas não praticam os exercícios **certos**.

Pronome (antes do substantivo)

adjetivo (depois do substantivo)

• **Pronomes relativos:** iniciam novas orações ao substituírem um substantivo ou mesmo um pronome antecedente.

Exemplos:

- Visitamos a cidade onde minha avó mora.
- Fui eu quem escolheu a decoração.
- Caíram as ações cujas liquidez era tida como certa.

• **Pronomes interrogativos:** são observados em frases ou orações interrogativas, sejam elas diretas, ou seja, cuja conclusão se dá por meio do uso de ponto de interrogação e o início mediante a colocação do pronome, sejam elas indiretas, isto é, terminadas por ponto-final e entremeadas pelos termos de teor questionador.

Exemplos:

- Quanto custa esta dúzia de bananas?
- Eu gostaria de saber quem teve a brilhante ideia de pintar a parede.
- Qual é o dia da Proclamação da República?

VERBO

Os verbos são palavras que **expressam uma ação, um estado, um fenômeno**, os quais se encontram situados cronologicamente. Essa classe de palavras é uma das que mais flexiona, pois se adapta à pessoa, ao número, ao tempo, ao modo, além de conter as **formas nominais**.

→ Formas nominais

• **Infinitivo:** expressa o fato verbal em si, portanto não há pistas do início ou término da ação, estado ou fenômeno. Assim, adquire valor de substantivo.

Exemplo: Nadar é um ótimo esporte.

• **Gerúndio:** determina o processo, ou seja, algo que está acontecendo no momento do discurso. **Exemplo:** Victor está caminhando.

• **Particípio:** marca a conclusão de um fato. Muitas vezes adquire valor de adjetivo.

→ Conjugações

• 1ª conjugação: verbos terminados em **-ar**. Exemplos: cantar, beijar, mascarar.

• 2ª conjugação: verbos terminados em **-er**.

Exs: beber, comer, fazer.

• 3ª conjugação: verbos terminados em **-ir**. Exemplos: partir, dividir, rir.

→ Modos

• **Indicativo:** exprime certeza.

Exemplo: Eu paguei a conta da internet.

• **Subjuntivo:** apresenta hipóteses, dúvidas.

Exemplo: Se eu quisesse, estudaria muito mais.

• **Imperativo:** manifesta ordem, pedido, sugestão.

Exemplo: Faça a sua tarefa, Rodrigo.

→ Tempos

• **Presente:** o instante no qual ocorre a ação verbal coincide com o do discurso.

Exemplo: Eu amo você.

• **Passado:** o momento em que acontece a ação verbal é anterior ao do discurso.

• **Pretérito perfeito:** o fato exposto tem final bem delimitado e concluído antes de ser exteriorizado, por meio do uso da língua.

Exemplo: Eu corri durante a manhã de hoje.

• **Pretérito imperfeito:** o episódio exteriorizado pelo verbo não foi finalizado quando um novo aconteceu.

Exemplo: No momento em que começamos a ler, havia o barulho da reforma.

Além disso, também apresenta fatos passados que eram habituais.

Exemplo: Andrea cuidava de seus animais diariamente.

• **Pretérito mais-que-perfeito:** a ocorrência contida no verbo é anterior à outra que também é situada no passado.

Degustei a sobremesa feita pela Fernanda, mas, antes disso, eu comera um macarrão.

• **Futuro do presente:** indica episódios cujas ocorrências serão concretizadas depois da fala ou da escrita.

Exemplo: Amanhã viajarei para a praia.

• **Futuro do pretérito:** expressa um fato futuro, mas conectado a um segundo que está situado no passado.

Exemplo: A cabeleireira confirmou que viria agora.

→ Classificações dos verbos

• **Regulares:** independentemente da conjugação, o verbo segue o paradigma, ou seja, mantém o seu radical, e as desinências (final da palavra) seguem um padrão.

Exemplos:

- Eu amo, tu amas, ele ama, nós amamos, vós amais, eles amam.

- Eu abraço, tu abraças, ele abraça, nós abraçamos, vós abraçais, eles abraçam.

Perceba que o radical **am-** e **abraç-** permanecem os mesmos, e as desinências coincidem entre os dois verbos.

• **Irregulares:** não estão de acordo com o paradigma, assim podem sofrer modificação tanto o radical quanto as desinências.

Exemplo:

- Eu faço, tu fazes, ele faz, nós fazemos, vós fazeis, eles fazem.

Observe que o radical **faz** foi modificado na conjugação da 1ª pessoa do singular: faço.

• **Anômalos:** apresentam substanciais irregularidades em seus radicais.

Exemplo:

Verbo ir – eu vou (presente do indicativo), eu ia (pretérito imperfeito do indicativo), eu fui (pretérito perfeito do indicativo), quando eu for (futuro do subjuntivo).

• **Defectivos:** são verbos cuja conjugação não existe em determinadas pessoas do discurso.

Exemplo: eu chovo (inexistente).

• **Abundantes:** apresentam mais de uma forma para uma flexão específica.

Exemplo: participio de matar — matado e morto.

ADVÉRBIO

São palavras que **se conectam aos verbos** a fim de apresentar uma circunstância relativa à ação, estado, fenômeno verbal. Além disso, podem associar-se **aos adjetivos**, conferindo uma determinação das qualidades expressas por eles. Por fim, são capazes de se juntar a **outros advérbios**, o que desencadeia uma intensificação dos sentidos ali presentes.

→ **Principais classificações dos advérbios**

• **Modo:** advérbios que acrescentam ao verbo, adjetivo ou a outro advérbio a maneira como aconteceu o que eles expressam.

Exemplos: bem, mal, assim, depressa, devagar, tranquilamente, facilmente.

- Rosana pegou rapidamente a vassoura.

• **Intensidade:** constituem uma maximização ou minimização da ideia manifestada pelo termo a que se ligou.

Exemplos: muito, pouco, meio, bastante, ainda, bem, mal, quase, apenas.

- Jônatas gritou bastante no show.

• **Afirmação:** confirmam a mensagem transmitida.

Exemplos: certamente, realmente, seguramente, sim, efetivamente.

- A classe desistiu realmente de fazer a atividade.

• **Negação:** trazem uma ideia contrária à existente no verbo, adjetivo ou advérbio.

Exemplos: jamais, não, absolutamente.

- Não quero comer sanduíche.

• **Dúvida:** transmitem uma incerteza relativa ao que está previsto na oração.

Exemplos: acaso, provavelmente, eventualmente, quiçá, talvez, porventura.

- O evento, provavelmente, será cancelado.

• **Tempo:** situam a ação, a qualidade ou a circunstância no tempo.

Exemplos: amanhã, sempre, cedo, tarde, hoje, nunca, antes, depois, outrora, então, aí.

- Farei isso depois.

• **Lugar:** marcam o local no qual ocorreu um episódio, ou onde se percebeu uma qualidade, ou circunstância.

Exemplos: lá, ali, aqui, aí, longe, onde, perto, abaixo, acima.

- Nossa, como você está longe de casa.

CONJUNÇÃO

Conjunção é um elemento gráfico, sonoro e semântico que **estabelece uma união entre orações ou entre palavras**, desde que estas exerçam idênticas funções sintáticas e estejam na mesma oração. Essa classe de palavras pode ser dividida em: